



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

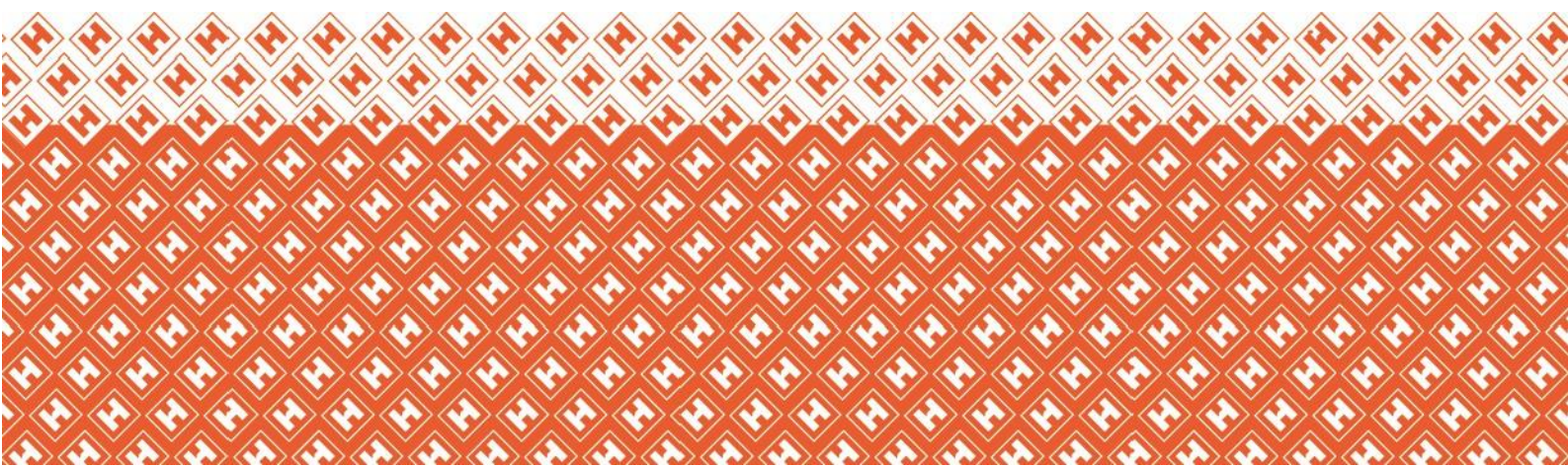
FRANCISCA CLAUDIANA DO NASCIMENTO VIERA

As Muitas Vozes de Icó - CE: Ensino de História Local e Memória



Universidade Regional do Cariri-URCA

05/2024



Francisca Claudiana do Nascimento Viera
As Muitas Vozes de Icó-CE: Ensino de História Local E Memória

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História/Ensino de História

Orientador/orientadora: Dra. Ana Isabel Ribeiro
Parente Cortez Reis

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema de geração automático da
Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri – URCA

Vieira, Francisca Claudiana Do Nascimento

V658m As muitas vozes de Icó-CE: Ensino de História Local e Memória / Francisca
Claudiana Do Nascimento Vieira. Crato-CE, 2024.

126p. il.

Dissertação. Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do
Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis

1.Ensino de História, 2.História Local, 3.Icó-CE; I.Título.

CDD: 907

Francisca Claudiana do Nascimento Viera
As Muitas Vozes de Icó-CE: Ensino de História Local E Memória

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri-URCA para obtenção do título de Mestre em História em: 29/05/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANA SARA RIBEIRO PARENTE CORTEZ IRFFI
Data: 12/06/2024 11:20:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi (UFC)

Documento assinado digitalmente
 DARLAN DE OLIVEIRA REIS JUNIOR
Data: 13/06/2024 10:35:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Darlan de Oliveira Reis Junior (URCA)

Documento assinado digitalmente
 ANA ISABEL RIBEIRO PARENTE CORTEZ REIS
Data: 12/06/2024 11:17:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis
Orientador

À minha família,
meus pais, Antonio Lucas do Nascimento e Francisca Ferreira Lima,
meu esposo, Elialdo Gonçalves Vieira,
e meus filhos, Maria Sofia do N. Gonçalves e Emanuel Benício do N. Gonçalves.

AGRADECIMENTOS

Concluir o Metrado Profissional em História é a realização de um sonho, que em alguns momentos parecia algo distante da realidade, mas com o apoio e acolhimento, consegui chegar ao fim dessa trajetória, com grandes conquistas, e por isso, minha gratidão.

Sou imensamente grata à Deus, pela vida, pela força e sustentação em todos os momentos vivenciados.

Gratidão aos meus pais, Antonio Lucas do Nascimento e Francisca Ferreira Lima, por sempre me mostrar a educação como uma conquista valiosa, e assim me estimular a prosseguir nos estudos e nunca parar.

Ao meu esposo, Elialdo Gonçalves Vieira, pelo amor, companheirismo, e paciência nessa jornada de estudos, de viagens semanais, de fim de semanas reclusos. Também, por sempre me encorajar a prosseguir nessa busca pelo conhecimento.

Sou grata aos meus filhos, Maria Sofia e Emanuel Benício, por todo amor, por toda crença e inspiração. Vocês me fazem todos dias buscar um mundo melhor, mais justo e cheio de empatia.

Também minha imensa gratidão a minha orientadora, Ana Isabel Parente Cortez Reis, pelo acolhimento, pela fé em mim, pelas orientações e por todos os momentos que fez acreditar o quão pode ser transformadora a prática educativa, os momentos de orientação foram uma fonte de inspiração.

Gratidão especial aos amigos, Pedro Henrique e Carla Emanuela pelas trocas compartilhadas, por serem essa fonte de energia, companheirismo, confiança e apoio nessa trajetória de estudos. Também aos amigos especiais, Talita, Leilane e Antônio José, pelo encorajamento e por me fizeram acreditar nesse sonho, vocês foram essenciais durante toda a jornada.

Sou grata a todos professores do programa ProfHistória URCA, por todo conhecimento construído e compartilhado durante as aulas, esses momentos foram uma fonte de prazer durante esse período. Aos professores na qual fui aluna nas disciplinas obrigatórias e optativas, todos foram uma fonte de conhecimento e inspiração ao longo dos dois anos do programa.

Gratidão aos colegas do curso, pela troca de conhecimento, pelas experiências compartilhadas e também o apoio sempre demonstrado.

Também sou grata a Universidade Regional do Cariri – URCA, pela oportunidade de educação de excelência ofertada no interior cearense, também pelo apoio e acolhimento aos educandos na instituição.

A EEM Vivina Monteiro, pelo apoio incondicional para realização do mestrado, me oportunizando uma logística de trabalho que permitiu cursar o ProfHistória e me dedicar aos estudos.

A população icoense, que me inspira a buscar na história, as respostas da origem e formação ao longo do período de convivência entre povos diferentes.

A todos minha sincera gratidão.

Oh, meu corpo, faça de mim um homem
que sempre questiona!
Frantz Fanon

RESUMO

O trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo a História de Icó-CE, destacando a narrativa apresentada na História Local e o silenciamento da história dos povos indígenas e africanos. A linha de pesquisa se insere em saberes históricos no espaço escolar. O estudo tem como objetivo, identificar outras possibilidades para o Ensino de História Local em Icó, que aborde a história além dos europeus. Para isso, se desenvolveu um estudo sobre a História Local apresentada e evidenciada pela população icoense, onde a Icó, se destaca como uma cidade cheia de história e memórias, evidenciados também no sítio histórico tombado pelo IPHAN como patrimônio histórico e cultural no ano de 1998. A partir desse estudo, sobre a história da cidade, uma investigação sobre a história não contada ou não evidenciada se desenvolve, trazendo povos silenciados que coexistiram com os europeus no processo de formação da cidade, como os povos originários Icós, e os povos africanos. Essa lógica de exaltação e silenciamento na História Local na construção da cidade, será compreendida a partir das ideias de Homi Bhabha (1998) que trás os conceitos de hibridismo, multiculturalismo e fronteiras para uma compreensão da narrativa apresentada na História de Icó. As ideias de Bhabha (1998), destacam uma visão que exalta e valoriza todos os povos e permite compreender o Icó, como um local de cultura. A partir dessa compreensão, se desenvolve um estudo sobre o ensino de História Local, que valorize o multiculturalismo, o hibridismo e as fronteiras existente na história de Icó e deve ser oferecido a população. Com base, nos dados da pesquisa, apresenta-se a necessidade de uma estratégia para trabalhar o Ensino de História Local na cidade, e assim, é produzida duas oficinas de História Local para os professores de História e demais profissionais de ensino para o trabalho da disciplina.

Palavras-chave: Ensino de História. História Local. Icó-CE.

ABSTRACT

The research work's object of study is the History of Icó-CE, highlighting the narrative presented in Local History and the silencing of the history of indigenous and African peoples. The line of research is part of historical knowledge in the school space. The study aims to identify other possibilities for Teaching Local History in Icó, which addresses history beyond Europeans. To this end, a study was developed on the Local History presented and evidenced by the Icoense population, where Icó stands out as a city full of history and memories, also evidenced in the historic site listed by IPHAN as historical and cultural heritage in 1998. From this study on the city's history, an investigation into the untold or unrevealed history develops, bringing together silenced peoples who coexisted with Europeans in the city's formation process, such as the original Icó's peoples, and the African peoples. . This logic of exaltation and silencing in Local History in the construction of the city will be understood based on the ideas of Homi Bhabha (1998) who brings the concepts of hybridism, multiculturalism and borders to an understanding of the narrative presented in the History of Icó. Bhabha (1998) ideas highlight a vision that exalts and values all people and allows us to understand Icó as a place of culture. Based on this understanding, a study on the teaching of Local History was developed, which values multiculturalism, hybridism and the borders that exist in the history of Icó and must be offered to the population. Based on the research data, the need for a strategy to work on Teaching Local History in the city is presented, and thus, two Local History workshops are produced for History teachers and other teaching professionals for the work of discipline.

KEYWORDS: Teaching History. Local History. Icó-CE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Icó em destaque o núcleo urbano formado no Século XVIII.....	42
Figura 2 – Mapa da Cidade de Icó – Núcleo Urbano Século XIX.....	43
Figura 3 - Mapa da Cidade de Icó – Núcleo Urbano final do Século XX – Em destaque o sítio histórico.....	51
Figura 4 - Rua General Piragibe I.....	95
Figura 5 – Rua General Piragibe II.....	96
Figura 6 – Igreja do Rosário em Icó-CE.....	97
Figura 7 – Teatro da Ribeira dos Icó - Início do Século XX.....	108
Figura 8 – Igreja do Rosário em Icó - Início do Século XX.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: ICÓ E SUA HISTÓRIA	21
1.1 – Icó a princesa do Sertão – a Origem de uma narrativa.....	24
1.2 – A História silenciada da cidade de Icó – Marcas de Colonialismo e Epistemicídio.....	37
CAPÍTULO 2: A QUESTÃO DO LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL.....	54
2.1 – Conceituando o Local como um Lugar de Cultura a partir de Homi Bhabha	58
2.2 – A História Local como objeto de aprendizagem para o Ensino de História..	72
CAPÍTULO 3: O PROFESSOR DE HISTÓRIA E A MEDIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS HISTÓRICOS ATRAVÉS DE AULAS OFICINAS (BARCA, 2012) EM HISTÓRIA LOCAL	90
Oficina 1: As Diversas Vertentes Históricas da Rua General Piragibe na Cidade de Icó - Ceará	93
Oficina 2: Os Dois Icós: relatos sobre vivências e percepções de uma perspectiva histórica da cidade.	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

AmarElo

Presentemente eu posso me
Considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço
Me sinto são e salvo e forte

E tenho comigo pensado
Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado

Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
[...]

É um mundo cão pra nós, perder não é opção, certo?
De onde o vento faz a curva, brota o papo reto
Num deixo quieto, num tem como deixar quieto
A meta é deixar sem chão quem riu de nós sem teto, vai
[...]

Figurinha premiada, brilho no escuro
Desde a quebrada avulso
De gorro, alto do morro e os camarada tudo
De peça no forro e os piores impulsos

Só eu e Deus sabe o que é não ter nada, ser expulso
Ponho linhas no mundo, mas já quis pôr no pulso
Sem o torro, nossa vida não vale a de um cachorro, triste
Hoje cedo não era um hit, era um pedido de socorro
[...]

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes (oh)
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência (oh)
É roubar o pouco de bom que eu vivi
Por fim, permita que eu fale, não (não) as minhas cicatrizes (oh)
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir

Tenho sangrado demais (falei)
Tenho chorado pra cachorro (é o meu Sol que invade a cela)
Ano passado eu morri (ei)
Mas esse ano eu não morro (ah, ah, ah, ah)
[...]
Emicida, Pablo Vittar e Majur.

Parafraseando o cantor e poeta Belchior, Emicida (2019), um homem preto, periférico, no documentário AmarElo apresenta um discurso, reproduzido em alguns versos, com trechos citados acima, que busca vozes silenciadas numa

narrativa histórica construída ao longo dos séculos de colonização portuguesa no Brasil. A gravação do show, que resultou no documentário disponível na Netflix, ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo, em 2019. Espaços como o teatro municipal de São Paulo são representações coloniais tombadas oficialmente no país, esses espaços de representações são observados nas cidades mais antigas do país, tanto no interior como nas capitais. Icó, localizada no sertão cearense e tombada como patrimônio histórico cultural pelo IPHAN, apresenta um conjunto arquitetônico de monumentos que compõe o sítio histórico da cidade cheio de representações coloniais.

Assim, como Emicida canta, é necessário permitir que vozes possam falar, vozes que foram silenciadas durante um longo tempo de exploração no território brasileiro. As vozes silenciadas hoje buscam suas representações na história, nos livros e nos patrimônios edificados.

Em cidades brasileiras com monumentos coloniais tombados existe uma narrativa na construção da História Local, que confere aos patrimônios um ponto central na historiografia apresentada. No entanto, é importante uma leitura desses patrimônios, como também uma leitura de mundo (FREIRE, 1991) do seu entorno, isso partindo de uma construção conceitual, que apresente nessas leituras as referências de identidade, memória e pertencimento de povos que formam a construção social do lugar.

Ler o mundo (FREIRE, 1991), vai além de um sistema de codificação ou decodificação, apesar desse algo primordial na formação humana, ele constitui olhar para o mundo e ser um letrado, alguém que consegue compreender em sua plenitude o conhecimento em diferentes áreas das letras, a partir das vivências / experiências ao longo da sua existência, nesse sentido, na História existe a necessidade de um letramento histórico (ROCHA, 2010) em todas as suas dimensões, inclusive na conceitual.

Os conceitos de História Local, podem ser variados, mas Schmidt e Caineli (2009, p. 50) afirmam “o estudo da localidade ou da história regional contribui para uma compreensão múltipla da História, pelo menos em dois sentidos: na possibilidade de se ver mais de um eixo histórico na História Local e na possibilidade da análise de micro histórias [...]”. Sua abordagem possibilita inserir o sujeito na história do seu lugar, permitindo assim, ele desenvolver historicidade e identidade.

Essa perspectiva, sobre um ensino de História Local que contribua para o desenvolvimento da criticidade dos educandos, no ambiente escolar, e lhe permitam adquirir uma aprendizagem significativa (que permita aos educandos reconhecer a importância dessa aprendizagem, a tal ponto de visualizar uma abordagem útil ou com sentido na sua vida) se faz necessário pensar sobre o objetivo do conhecimento histórico para vida humana.

O conhecimento histórico deve ser orientado no sentido de indagar a relação dos sujeitos com os seus objetos de conhecimento, provocando seu posicionamento, questionando as formas de existência humana e promovendo a redefinição de posicionamentos dos sujeitos no mundo em que vivem (NIITIUK, p. 28, 2001).

Numa perspectiva de provocação, questionamento e busca pelas perguntas que indagam a humanidade sobre sua existência, é importante o homem se permitir vivenciar como sujeito histórico, e tomar parte em busca da história do seu lugar, a tal ponto que a possar compreender a partir da leitura de mundo que o cerca, e assim visualizar a História Local com uma parte da sua própria história.

Ao trabalhar a História Local, deve-se destacar nas cidades com monumentos tombados, conceitos e estudos sobre Educação Patrimonial, pelo pensamento de Horta (2010) “A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA, 2010, p 4). Inseridos num universo com um rico patrimônio arquitetônico os educandos da cidade de Icó, necessitam de uma abordagem na sua formação escolar para o convívio com o patrimônio, sendo esse um processo que possa levá-los a buscar na sua trajetória os conhecimentos produzidos no seu meio.

Outra importante leitura de mundo, ocorre no momento que se compreende o conceito de memória, Le Goff (1990) no livro *História e Memória*, que apresenta “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”. Destacando que existe uma diferença entre história e memória, porém reconhecendo que a memória é um dos objetos da história e como tal deve ser analisado e construído para uma formação de uma identidade histórica.

Assim, é comum o ensino de História Local, ter como objetivo a formação de uma identidade histórica própria do lugar, no entanto nesse ensino o que muitas vezes é priorizado a valorização de personagens da história tradicional do lugar, que no contexto atual entendemos como colonial, visto que representam uma elite europeia, branca, colonizadora, de homens que até certo tempo atrás eram vistos como heróis nacionais. Esse sentido de identidade, é alheio a população local e não valoriza os sujeitos que convivem com os patrimônios, por isso é necessária uma proposta de ensino de História Local que reconheça a história dos sujeitos, que valorize suas memórias e trabalhe o conceito de identidade a partir da história que os identifica.

Sobre identidades, é importante refletir a partir Alain Bourdin “Nossa identidade, até a mais individual, é construída a partir de um grupo de pertença” (2001, p. 35). Nesse sentido as identidades são compreendidas a partir de uma construção, sendo essa coletiva em torno das relações dos sujeitos com o seu meio. Assim, a escola, as aulas de história são instrumentos importantes nesse processo de construção. Joël Candou (2011, p. 84), também traz contribuições para compreensão de memória e identidade “as representações da identidade são inseparáveis do sentimento de continuidade temporal”, não se pode desvincular o presente das representações que se classifica como identidade, visto que ela apresenta a necessidade de continuidade, de uma construção inacabada.

No ensino de História Local, a produção de Bittencourt (2008) Ensino de História: fundamentos e métodos, a autora destaca:

A história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e a obra dos antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração das festas (BITTENCOURT, 2008, p. 171).

Nessa perspectiva de ensino de História local, é possível pensar sobre a crítica à História Local tradicional, os personagens exaltados, homens com “valiosas contribuições” para o surgimento ou marcos de tempo do lugar.

Esse ensino de história deve ser superado, a história do lugar deve apresentar um ensino que estabeleça vínculos com a população. Assim, os conceitos compreendidos podem desenvolver propostas de ensino que ajudem os professores

de história a trabalhar numa abordagem que envolvam os educandos a se identificar e construir sua identidade a partir das memórias de todos os povos inseridos nesse lugar.

Ao pensar num ensino de História Local, que traga os conceitos e referências que permitam os sujeitos terem voz ativa, sem o silenciado imposto pela ordem de poder existente, a cidade de Icó, passa a ser objeto de estudo pela sua História Local apresentada.

Localizada na região centro sul do Ceará, Icó tem sua origem histórica, bem antes do povoamento realizado pelo homem branco europeu no seu território. Os tapuias, primeiros habitantes do Ceará, antes do início da colonização portuguesa no interior, viviam em comunidades, uma delas as margens do rio salgado, afluente do rio Jaguaribe, denominada *Icós*, provável origem do nome da cidade. No início do século XVIII a preferência dos colonizadores europeus para a implementação de povoado ainda era no litoral, porém com o desenvolvimento da pecuária, o interior nordestino foi sendo ocupado, o governo português começou a distribuição de Sesmarias para ocupar e desenvolver novas atividades econômicas (Lima, 1995).

Nesse contexto, o surgimento do povoamento português no interior do Ceará, resultou a partir de uma disputa de território, os *Icós* que era uma comunidade indígena habitante do lugar a pelo menos alguns séculos, frente aos homens brancos, europeus que vinham numa missão econômica e religiosa para o novo mundo (LIMA, 1995).

No final do século XVII e início do século XVIII, foram doadas pelo governo português as primeiras Sesmarias na região, com destaque a doação a João da Fonseca Ferreira em 1704 e 1706, cuja as terras eram as margens do rio Salgado, em seguida outras Sesmarias foram doadas a Francisco de Montes e Silva em 1706 e 1736, iniciando dois povoados portugueses, o Icó de Baixo com a família Fonseca e o Icó de Cima com os Montes (LIMA, 1995). As comunidades indígenas que habitavam a região se opuseram tenazmente ao elemento colonizador, essas famílias portuguesas tentaram escravizar a população indígena e também os forçaram a participar de guerras ligadas a disputas de terra na região entre os anos de 1710 e 1720.

Assim, os portugueses foram se estabelecendo e formando um grande povoado no sertão cearense, o Arraial do Icó. Rapidamente a criação de gado e

comércio ligado a essa atividade transformaram esse povoado, em uma vila de destaque na capitania no Ceará (LIMA, 1995), os portugueses conseguiram tornar a pecuária e o comércio desta uma das atividades mais lucrativas, e isso foi se percebendo nas habitações e construções, a arquitetura predominante ao estilo Barroco, representa sobretudo a elite portuguesa que vivia na cidade.

A riqueza econômica do Icó foi expressa por meio da arquitetura do período. As construções traziam uma impressão que caracterizava o contexto político, econômico e social dos europeus residentes no Arraial. E essas impressões encontram-se ainda edificadas, preservadas e tombadas, as edificações estão ao alcance visual de todos os icoenses que transitam pelo centro histórico da cidade.

Até meados do século XVIII a pecuária representava a riqueza da cidade de Icó, no entanto, a cidade manteve seu destaque político, social e sua riqueza econômica até o final do século XIX, explorando outra atividade, a plantação de algodão, na região conhecida como “ouro branco”. Nesse binômio gado-algodão, a população do Icó se manteve com destaque na economia cearense, mas no início do século XX a cidade perdeu sua importância política e econômica no estado, nesse período o centro comercial do interior foi deslocado para o Crato, em virtude da construção da ferrovia.

No sítio histórico de Icó encontram-se duas ruas largas, conhecidas como rua Larga e Rua Grande, a Rua Dr. Inácio Dias e a Avenida Ilídio Sampaio respectivamente, elas contêm as principais edificações, os casarões, o teatro, sobrados e igrejas em estilo Barroco colonial, entre essas duas ruas também se encontram tombada uma rua estreita, a rua General Piragibe (popularmente conhecida como rua do meio ou rua dos escravos). Em pontos isolados encontram-se outros patrimônios edificados e tombados, como o mercado municipal, a Igreja do Monte, entre outros.

O traçado do sítio histórico de Icó, expressa marcas de um passado colonial muito dominador, onde o eurocentrismo era predominante e essas evidências, ao longo dos séculos, foram sendo impressas na História, que sempre destaca, aborda ou mesmo se propaga a visão dos colonizadores como pai fundadores de um lugar, e a cidade incorpora esse discurso para estabelecer que isso torna sua história especial.

A abordagem da História local na cidade costuma apresentar como referência única o passado colonial, isso também pela história apresentada graças

aos patrimônios edificados. Há uma valorização em grande escala de referências a personagens e feitos europeus, a tal ponto, que a cidade se caracteriza como uma cidade europeia no sertão do nordeste brasileiro. Os patrimônios contam a história, e isso é algo muito importante nas narrativas, no entanto, é importante que a história não aborde apenas um grupo, e silencie os demais.

Assim, na narrativa da História Local apresentada em Icó, existe uma exaltação ao passado colonial eurocêntrico, e, ao mesmo tempo, um silenciamento dos outros povos que contribuíram na construção social da cidade, como os indígenas e os povos africanos. É importante pensar que mesmo que exista um conjunto de patrimônios tombados na cidade, esses podem contar a história de todos os sujeitos que conviveram com ele. Nesse sentido, eles existem e sua preservação deve-se realmente pautar na História, mas não na limitação de sua abordagem a um único povo formador da sociedade.

A partir, da narrativa apresentada na História Local em Icó-CE, as fontes selecionadas buscam entender a construção dessa narrativa, formada através dos documentos oficiais, em especial as cartas do capitão mor Gabriel Silva ao rei D. João IV, visando compreender a visão o tratamento destinado pelos portugueses ao povo originário que existia onde hoje é a cidade, e em seguida aos livros que trabalham no ambiente escolar o ensino de História Local, sendo esses produções de autores memorialistas e também coletâneas de cartilhas e livros produzidos pelo IPHAN, desde o tombamento do sítio histórico na cidade em 1998.

É pretensão nossa conhecer a história de Icó, mas não apenas a que se exalta e se valoriza pelo destaque no período da colonização portuguesa e Império brasileiro, também a história dos povos formadores e dos sujeitos que viveram e conviveram com os monumentos de pedra de cal edificados na cidade. E para adquirir tal conhecimento é importante um estudo que permita aos sujeitos realizarem diversos questionamentos, principalmente compreendendo as marcas da exploração e opressão impressa nos patrimônios preservados do sítio histórico.

Para compreender o contexto da cidade no período colonial e imperial, outras fontes foram utilizadas, como os documentos (XVIII) com transcrições de viajantes no século XIX que visitam a cidade em visitas oficiais de estado ou de exploração do território durante o período, como também jornais e revistas do século XIX com relatos da sociedade da cidade no período citado, que se encontram hoje arquivados e preservados por institutos, como o IPHAN e o Instituto do Ceará, com

o objetivo de preservar a história do país.

Os autores a serem apresentados na pesquisa foram selecionados a partir dos conceitos inseridos nas abordagens para o ensino de História Local, em especial Homi Bhabha (1998), apresentando as contribuições sobre o conceito de Local, como lugar de cultura e trazendo uma abordagem que compreende a história do lugar a partir da ideia de multiculturalismo, presente pela junção das culturas que contribui a formação de lugar, assim como na cidade de Icó.

Diante do exposto, surgiu a necessidade da pesquisa sobre a temática História Local, numa linha de pesquisa que perpassasse pelos conhecimentos produzidos no âmbito escolar, para serem compartilhados na sua comunidade. Como também, um aprofundamento para compreensão da prática de ensino de História de Local na cidade e a formação docente continuada nesse campo historiográfico. E assim, novas abordagens que contraponha a narrativa colonial que pudessem se fazer presente nas aulas de História Local.

A pesquisa se divide em três capítulos que apresentam reflexões à abordagem História Local na cidade de Icó-CE e do ensino dessa à população local.

O primeiro capítulo apresenta a narrativa da História Local da cidade, iniciando a partir de pesquisas sobre a comunidade indígena existente antes da chegada dos portugueses no último quartel do século XVII. O capítulo traz uma análise dos *Icós*, a partir de cartas escritas pelos colonizadores sobre essa comunidade, e reflete sobre as expressões e termos designados para caracterizá-los junto ao rei de Portugal no período. Discorre também, sobre o modo de vida dos portugueses no Arraial do Icó, e sobre as impressões dos viajantes que visitaram esse povoado, e como foi se constituindo o termo princesa do sertão para designar o lugar. O primeiro capítulo também aborda um estudo sobre os povos silenciados na lógica de poder estabelecida na escrita da história. E assim, personagens silenciados serão apresentados como José Luís Napoleão, compreendendo os motivos que levaram a uma escrita que valoriza alguns personagens e silencia outros, em especial, no caso de Icó personagens dos povos originários e dos povos africanos.

O segundo capítulo se dedica a uma investigação bibliográfica sobre como se constitui a construção de uma História Local, partindo da ideia de local, com referência principal em Homi Bhabha, um professor de História de Harvard, que possui dupla nacionalidade, indiana e inglesa, e compreende o local como um lugar

de fronteiras. A partir dessa lógica, suas ideias são expressas através dos conceitos de hibridismo e multiculturalismo, e assim, ideias como distanciamento, vão enfraquecendo, frente uma compreensão de aproximação das culturas pelo convívio entre todos. Na perspectiva de Bhabha, a cultura pura, única e rara não existe, pois o convívio (as fronteiras) transformou local num campo híbrido, onde as culturas são misturadas, como no caso de Icó-CE. Outro tema abordado é o ensino de História Local, compreendendo o valor desse componente curricular, não apenas no âmbito educacional, mas também seu valor social, apresentando a necessidade de compreender os objetivos do ensino de uma forma que contribua para os educandos se situarem como sujeitos históricos e como o seu lugar pode se situar na história nacional ou global.

O terceiro capítulo discorre sobre a necessidade da formação continuada do professor de história e em especial a formação sobre o Ensino de História Local, apresentando como estratégia para esse momento formativo as oficinas de História Local. Compreendendo as oficinas como um momento prático de formação docente, serão ofertadas como produto educacional aos professores de História duas oficinas de História Local, como formar de refletir e inserir de forma prática nas aulas de história, reflexões com uma abordagem que critique, investigue e busque as vozes silenciadas na história do lugar. As oficinas buscam oferecer aos docentes uma reflexão sobre sua prática e seus objetivos no ensino de História Local.

Para finalizar, a pesquisa oferece um produto educacional prático para as aulas de História Local na cidade, que consiste em uma proposta com os professores de História, que serão multiplicadas em sala de aula, fazendo um caminho de diálogo na prática educativa do Ensino de História Local, por meio de aulas oficinas independentes ou interligadas numa narrativa que valorize todos os povos que contruíram na construção social da cidade de Icó-CE.

CAPÍTULO 1: ICÓ E SUA HISTÓRIA

Vai passar

Vai passar
 Nessa avenida um samba popular
 Cada paralelepípedo
 Da velha cidade
 Essa noite vai
 Se arrepiar
 Ao lembrar
 Que aqui passaram
 sambas imortais
 Que aqui sangraram pelos
 nossos pés
 Que aqui sambaram
 nossos ancestrais

Num tempo

Página infeliz da nossa história
 Passagem desbotada na memória
 Das nossas novas gerações

Dormia

A nossa pátria mãe tão distraída

Sem perceber que era subtraída

Em tenebrosas transações

[...]

Palmas pra ala dos barões famintos

O bloco dos napoleões retintos

E os pigmeus do bulevar

Meu Deus, vem olhar

Vem ver de perto uma cidade a cantar

A evolução da liberdade

Até o dia clarear

[...]

Chico Buarque de Holanda.

Desde a Revolução Francesa nos foi apresentado a ideia do conhecimento como algo universal, todos deveriam ter acesso a ele, a partir desse momento, o saber surge como pauta de luta. Após séculos, surge com a luta dessa pauta, a escola pública (BOTO, 2003). Ela foi se instituindo e encontra-se presente nas diferentes sociedades contemporâneas, porém o fato delas existirem não é uma garantia que o conhecimento se tornou na prática uma conquista social de todos.

Ao refletir sobre o conhecimento histórico especificamente é possível observar que ele foi e continua sendo centro de uma disputa de poder, produzido por muito tempo pelos grupos dominantes. Hoje, o conhecimento aos poucos passa a ser produzido de maneira mais democrática apresentando como sujeitos históricos todos que se encontravam envolvidos na história, na verdade, os demais grupos sociais

reivindicam sua História. As sociedades nem sempre usam o conhecimento histórico para democratizar ou mudar o contexto social, há uma intencionalidade no seu uso, por isso, é importante olhar o passado.

Olhar para o passado é uma atividade emergente da humanidade. Nesse sentido, Boaventura Santos (1996) afirma que a transformação e emancipação social só é possível se reinventar o passado, isso de costas para o futuro. Essa ideia de transformação social a partir do olhar do passado remete a um novo olhar para o passado, para história, seria uma nova perspectiva não antes observada ou não abordada sobre ele. Assim, atualmente é possível olhar o passado e rever vários conceitos impregnados na sociedade como a ideia de progresso, o passado dessa forma vai ganhando novos significados e transforma também os seus atores.

Por muitos anos, na História do Brasil os portugueses apareceram como heróis, como missionários da civilização moderna, no entanto, essa narrativa não é mais admitida no tempo presente, a herança portuguesa no Brasil ganhou novos significados e novos sentimentos frente aos impactos por sua presença durante um longo período de colonização, a história, a sociedade, os conhecimentos e práticas sociais foram moldados de acordo com a imposição do colonizador.

Desta feita, poderíamos pensar que o passado realmente tem ganhado novos significados e tem ajudado na transformação social atualmente, no entanto, tem que se refletir sobre os grupos que olham para o passado não conforme a ideia de Santos (1996) de ressignificar, mas de justificar as heranças deixadas por ele.

Estamos a viver um momento de perigo, no sentido que lhe atribui Walter Benjamin. Em meu entender, ele reside em boa medida no facto de a equação moderna entre raízes e opções, com que aprendemos a pensar a transformação social, está a passar por um processo de profunda desestabilização que se afigura irreversível. Essa desestabilização se apresenta sob três formas principais: turbulências das escalas; explosão de raízes e opções; trivialização da equação entre raízes e opções (SANTOS, 1996, p. 15).

Há uma visão sempre positiva sobre os efeitos do conhecimento na humanidade, produzida desde os ideais iluministas, mas que Boaventura Santos

(1996), citando Walter Benjamin¹ sobre a queda do *Angelus Novus*², apresenta uma versão contrária, sendo essa desastrosa para o conhecimento histórico. Talvez no conhecimento histórico o perigo nunca esteve tão iminente como no cenário atual, na qual as lutas ganharam novos lugares de disputa, e sua abordagem traz ideais de identidades, até certo ponto forçados.

Se considerarmos que a produção científica da história é relativamente recente, temos que concordar com o fato de que diversas outras instituições que não a Universidade ou institutos de pesquisa produziram, ao longo do tempo, discursos sobre o passado, o presente e o futuro, com os mais diversos objetivos, inclusive mobilização e controle de grupos e sociedades inteiras (CERRI, ZOMBONI, 2022, p. 111).

No Brasil, a história era produzida pela elite e pelos grupos conservadores, esses atendiam no início ao projeto imperial, mantendo o poder nas mãos do mesmo grupo e ao longo do período republicano a história também foi produzida por quem detinha o poder, como no caso do período da República das Oligarquias, ou mesmo de Getúlio Vargas, ou do golpe em 1937, o golpe foi apresentado como uma vitória da democracia frente a ameaça comunista.

É estranho pensar sobre como se inicia a História ou mesmo qual a sua utilidade na vida dos sujeitos, e pensar sobre a História Local, talvez seja mais estranho ainda, quando uma série de nomes se destacam, além de datas que aparecem como referências para serem os marcos temporais e os sujeitos são estimulados a amarem e referenciarem essa história, até mesmo se apropriar dessa como sendo sua própria história.

Chico Buarque, na canção “Vai passar” traz uma reflexão sobre uma velha cidade que inviabilizou num passado colonial a história povo negro, que não percebeu o quão cruel era a redução dessa história a personagens e etnias dominantes. Ao ouvir essa canção é possível se deparar com a História Local de diversas cidades brasileiras, como Icó-CE, com suas ruas, suas igrejas, casarões e diversos monumentos que contam a história apenas dos europeus na cidade.

¹ Walter Benjamin (1892-1940) foi um filósofo, ensaísta, crítico literário e tradutor alemão. Deixou vasta obra literária, além de ter contribuído para a teoria estética, para o pensamento político, para a filosofia e para a história. Foi um grande expoente da Escola de Frankfurt.

² É uma alegoria da História produzida por Walter Benjamin, onde um anjo olha para o passado, contemplando uma verdadeira catástrofe que ele chama de progresso, com as asas abertas e de costa para o futuro. Seria o Anjo da História.

Em Icó, a tradição se impõe de diversas maneiras para contar a História Local, e assim reforçar o mito fundador do lugar, junto com os sujeitos notáveis, dignos de fazerem parte dessa narrativa. Talvez seja possível dessa maneira apresentar a História de duas Icó's.

A cidade é conhecida como a “princesa do sertão”, título esse atribuído graças a eventos notáveis dessa cidade na História do Ceará, como participação na Confederação do Equador e na Abolição da escravidão, também por seu conjunto arquitetônico tombado como patrimônio histórico nacional, pelo IPHAN em 1998. Conhecer as origens do lugar que se destaca, uma cidade especial em relação as demais cidades do Ceará ou mesmo nordeste, se faz necessário para compreender a narrativa apresentada na História Local.

1.1 – Icó a princesa do Sertão – a Origem de uma narrativa

A História Local em Icó costuma aparecer em uma sequência narrativa semelhante, tanto na literatura produzida sobre o tema, como nas aulas da disciplina, e também nos discursos das pessoas que amam e sentem orgulho em viver em uma cidade tombada como Patrimônio Histórico Nacional pelo IPHAN. Essa sequência narrativa é cheia de significados para a importância da cidade, que a faz ser classificada como Princesa do Sertão. Os primeiros registros escritos sobre o Icó a destacam como sendo esse lugar especial para História do Brasil.

Nesse sentido, pode-se afirmar que existem duas Icó's, A primeira delas, a princesa do Sertão, é a da história narrada e abordada na História Local, talvez a única conhecida pela população da cidade. Essa história inicia-se com a chegada dos portugueses na região no final do século XVII: eram homens que vinham em busca de explorar o interior do nordeste, conhecidos como homens do São Francisco, seu objetivo era encontrar terras favoráveis para pecuária, sendo essa atividade econômica necessária para o desenvolvimento da colônia.

Ao chegarem à região onde hoje se localiza Icó, os homens do São Francisco, encontraram o lugar propício para o que desejavam. As terras eram planas, férteis, e tinha água muito próxima, graças aos rios, Salgado e Jaguaribe, e encontravam-se os povos originários nesse território: os Icó's, que poderiam ser utilizados para o trabalho. A concessão das Sesmarias era um processo simples para as famílias portuguesas, assim ainda na primeira década do século XVIII, algumas

famílias portuguesas se instalaram na região através da concessão portuguesa das Sesmarias, sendo as mais famosas, a família Monte e a Feitosa, que foram agraciadas com mais de uma doação (LIMA, 1995).

Após, a chegada dos portugueses na região, foi iniciado um período de disputas pela terra com os povos nativos e também entre as famílias portuguesas que se fixaram no território. Os confrontos foram desastrosos para os povos nativos que se tornaram vítimas da ganância em busca de riqueza dos europeus. Os sobreviventes desses povos deixaram a região ainda no primeiro quartel do século XVIII, tomando assim posse das terras os portugueses e trazendo para o trabalho os povos africanos (LIMA, 1995).

No século XVIII e meados do século XIX, o Ceará e o Icó, viveram o esplendor do ciclo do couro. A pecuária foi instituída como uma atividade muito lucrativa, na qual gerou um legado observado na arquitetura preservada da cidade, o sítio histórico de Icó é fruto desse período de riqueza dos europeus que viviam na cidade, e exploravam a mão de obra primeiro dos povos originários e posteriormente, dos povos africanos, mesmo sendo a maioria utilizados para trabalhos domésticos ou urbanos, eram eles que impregnavam sua força e seus conhecimentos nas atividades econômicas da região, bem como mestiços e homens brancos pobres que atuavam como vaqueiros.

Posteriormente, ao chamado ciclo do couro, no período do algodão como ouro branco, a cidade continuou como referência na econômica na província. E suas edificações refletiam essa riqueza também. Durante o período da Guerra da Secessão Americana, o Ceará se tornou o maior produtor de algodão do mundo e isso permitiu a algumas cidades usufruir da riqueza advinda dessa atividade econômica, uma delas a cidade de Icó. Foi nesse período de Guerra Americana que o Teatro da Ribeira dos Icó foi finalizado pelo médico e historiador Pedro Theberge, tornando, assim ficando nítida a tentativa de tornar a cidade ainda mais próxima em suas características com as cidades europeias.

Em 1859, o imperador D. Pedro II, patrocinou uma Comissão Científica de Exploração, que foi enviada ao Ceará pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim, o chefe da Comissão Francisco Freire Alemão, descreveu suas impressões sobre a cidade de Icó, e como essa era vista pelos sertanejos da região.

Naqueles dias a cidade do Icó era o maior empório comercial e social do centro da província. Tinha uns seis mil habitantes, muitos deles comerciantes, portugueses ou descendentes destes, que supriam o interior e os sertões das províncias vizinhas com mercadoria europeias. Mais de mil carros de boi transitavam anualmente do Icó para o Aracati. Comboios de centenas de cavalgaduras, por ocasião da safra, vindo do Cariri, dos altos sertões do Jaguaribe, do Piauí e das proximidades paraibanas, enchia o quadro urbano, constituído de três ruas principais, quatro igrejas, uma cadeia, um mercado, uma escola de latim e duas primarias atendiam a religião, à Ordem, ao Ventre e as Letras da cidade.

Meia dúzia de sobrados revestidos de azulejos, plantados no meio da casario chato e pesadão, envaideciam os icoenses e pasmava-os simplórios sertanejos (BRAGA, p. 225 e 226, 1956).

Nas descrições da comitiva científica é possível perceber o quanto a cidade já era apresentada como destaque em relação as demais cidades do interior nordestino, especialmente por suas edificações, que evocavam nos icoenses o sentimento de vaidade graças ao seu lugar, eram construções que evidenciavam a riqueza advinda da economia colonial, também transportava aos moradores a ideia de uma cidade construída nos moldes europeus e impressionava aos demais sertanejos por não representar ao comum para o período e para o local.

Esse sentimento de vaidade sempre enalteceu a população icoense que buscou imprimir nas suas edificações símbolos de distinção social, com marcas coloniais fortes, referenciando o colonizador português. Em anos posteriores essa impressão foi acentuada, a cidade dava ideia de semelhança com a Europa, não só graças a suas edificações, mas também a europeus residentes na cidade.

As descrições de Francisco Freire Alemão, ainda perpassam por descrever as ruas, as casas desde a área externa até o interior dessas, e também alguns detalhes sobre a população do lugar durante sua visita, destacando a composição da população e hábitos destas.

Aqui como no Aracati, há mais escravos que indígenas, o povo composto de brancos, pretos e mulatos – cabras – e poucos indígenas e mamelucos. [...] Quando se entra em uma sala, as moças aparecem nas sentam-se a parte na conversação [...] as meninas frequentam colégios, ou casas de ensino, algumas moças tocam, ou aprendem a tocar piano, [...] a na terra quatro pianos, e parece que se deve à introdução a família Thébege, cuja a mulher e filha (francesas) tocam, e a mulher dá lições (BRAGA, 285, 1956).

O legado a família Theberge se perpetuou na História do Icó, durante o período que ali residiam. Duas grandes construções marcaram a cidade trazendo ares de modernidade: a construção do primeiro teatro do Ceará, o Teatro da Ribeira dos Icós e a construção de um cemitério público, ainda espaço de representação de

classes na cidade. Atrelado à construção arquitetônica, a família ofereceu durante sua estadia na cidade, serviços médicos, aulas de francês e piano para a população e esse sentimento de identidade europeia para o lugar.

Icó continuou com ar europeu no sertão do Ceará até a primeira década do século XX. Pós esse período a economia foi enfraquecendo, e graças ao empobrecimento da elite local, o conjunto arquitetônico existente construído com inspiração europeia, até mesmo no traçado das principais ruas foi preservado. O empobrecimento da cidade Icó ocorreu após a forte concorrência americana na produção algodoeira após 1880, e a períodos de seca enfrentados no Ceará no ultimo quartel do século XIX. Também contribuíram de maneira significativa para perda econômica da cidade a construção ferroviária no Estado (LIMA, 1995).

Atrelado ao processo de enfraquecimento econômico, que contribui para manutenção da preservação da arquitetura icoense, surge na década de 1930, com Getúlio Vargas, ideias de preservação do patrimônio importante para história da nação brasileira, na qual se buscou alinhar essa política pública com representações de eventos memoráveis e pessoas notáveis na história do país.

Nesse cenário, na década de 1930, a Constituição brasileira foi apresentada a ideia de patrimônio para população brasileira.

Art. 134. Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (Brasil, 1937).

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei (BRASIL, 1937).

Na Constituição brasileira de 1937, e também no Decreto Lei nº 25 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro, pode-se observar características peculiares sobre a ideia de patrimônio: conceitos advindos da Revolução Francesa sobre preservação se expressam no texto, que apresenta o conceito de patrimônio com a ideia de monumento, desprovido de significados referente a memória ou mesmo identidade.

Nesse cenário de criação de órgão de proteção que passaria a definir o que era importante ou não preservar, baseado em eventos importantes para a História da nação, a Icó, princesa do sertão, foi forjada como um importante lugar da História no país. Ainda na década de 1930 a cidade recebeu as primeiras visitas do IPHAN, que a classificam como única e rara por sua arquitetura característica do litoral e não do interior nordestino, criando assim a ideia de ser uma “perola do sertão” digna de ser tombada oficialmente.

Os estudos sobre o tombamento de Icó foram desenvolvidos na década de 1970 e novamente as pesquisas na cidade resultaram nos primeiros tombamentos. Os documentos utilizados no período para referenciar as evidências históricas da cidade, destacava não apenas a arquitetura, mas também o desenvolvimento econômico e social da cidade nos séculos XVIII e XIX. Desde o primeiro reinado, expedições oficiais do governo visitavam a cidade e a descreviam como grandiosa.

Milliet de Sant Adolphe, no Dicionário Geographico Histórico e Descriptivo do Império do Brazil, publicado em 1845, vol 1, pg. 445, diz que Icó era a “vila mais mercantil e populosa da província do Ceará”, onde se fazia o comercio de farinha de mandioca e de açúcar vindos do Crato, do sal proveniente de Açú, no Rio Grande do Norte, de bois, de courama e de algodão do sertão cearense, com Pernambuco, com a região do São Francisco e com Oreias, no Piauí (BRASIL, 1974).

A narrativa sobre o legado do destaque econômico da cidade Icó, deixado do período de grande desenvolvimento, como centro mercantil, foi um importante meio para justificar os primeiros prédios tombados na cidade a partir de 1974. Icó já aparecia em textos que descreviam a vila e posteriormente a cidade como referência na província do Ceará no século XIX. Assim, os tombamentos realizados em 1975 e 1983, se justificam pela narrativa de centro mercantil. Os prédios tombados foram a Casa e Câmara e Cadeia e o Teatro das Ribeiras dos Icó respectivamente.

Percebe-se que o tombamento individual era realizado em monumentos que preservavam a história e memória de uma elite, como no caso do Teatro da Ribeira dos Icó ou de lugares de poder se tratando da Casa de Câmara e Cadeia. Uma história erudita, europeia, de dominação e poder sobre as minorias estava sendo criada a partir desses tombamentos.

Para compreender o porquê dessa escolha, basta perceber os planos criados por Mário de Andrade no IPHAN e o período histórico que vivia o Brasil.

O interesse de Mário de Andrade pelas chamadas artes históricas compreendia tanto as manifestações palacianas (prédio neogótico da Ilha Fiscal, onde ocorrera o último baile da Monarquia), quanto aquelas outras de natureza estritamente factuais e biográficas, porque “viveram nelas figuras ilustres da nacionalidade”. Mário de Andrade compreendia como de importância histórica os “objetos de valor evocativo à memória nacional”, que ele denominava “iconografia nacional” (RIBEIRO, 2012).

Evidencia-se nas palavras de Ribeiro a percepção que Mário de Andrade tinha sobre o que deveria ser considerado patrimônio cultural, e por isso deveria ser tombado. Mas claramente, ao evocar a construção dessa identidade nacional, deixava-se de lado a história das minorias, invisíveis no processo de construção do Brasil. Trata-se de uma política de preservação voltada a defender a ideia de nação, típica do governo Vargas, que inspiradas nas ditaduras europeias do período, buscam fortemente essa ideia de união, e assim, a História encontra-se a serviço da sua política, no governo do Estado Novo.

Além disso, nesse período de 1940 à 1990 tem-se um processo político muito difícil instaurado no país, onde a democracia aparece por pouco tempo, até a liberdade deixar de existir. A preocupação com a educação, com a cultura com o patrimônio era apenas voltada para a construção de uma identidade nacional de exaltação da pátria e da elite brasileira, ainda mais forte no período de ditadura militar instaurado em 1964 (CHUVA, 2008).

Em 1950, começaram a ocorrer as principais intervenções na cidade, com a construção da nova Igreja do Senhor do Bonfim, ou “Igreja Nova”, percebe-se que nesse período não há uma intenção em preservar os patrimônios, pois a construção da igreja vai levar a descaracterização do traço urbano, visto que a nova igreja foi construída na Rua Dr. Inácio Dias (Rua Larga), precisamente no meio dela. Essa obra provocou uma mudança significativa na paisagem que hoje compõe o Largo do Theberge. A construção da Igreja Nova, evidenciada como era a convivência dos moradores com o patrimônio arquitetônico da cidade, percebe-se que não houve nenhum processo ou protesto em busca pela preservação do patrimônio na cidade, mesmo esse ainda não sendo tombado.

Nas décadas seguintes, o enfraquecimento econômico de Icó foi acentuado com a queda na produção algodoeira, devido a praga do bicudo. Mais invenções foram ocorrendo, com a construção da BR 116 que passa pela cidade e também a CE 282, que liga o município a cidade de Iguatu (antigo distrito do Icó), a

construção do perímetro irrigado através do açude Lima Campos foi uma tentativa do DNOCS de desenvolver a economia da cidade, a pavimentação das ruas, aumento da área urbana, surgiram novos bairros periféricos, isso em torno das antigas ruas da cidade.

Em 1997, a visita técnica do IPHAN visando o tombamento de várias ruas da cidade, ocorreu de forma surpreendente para boa parte dos moradores, que até aquele ano, definia Icó, como uma cidade antiga, mas sem referências sólidas para compreendê-la como patrimônio histórico. Nesse sentido a patrimonialização ocorre sem a necessidade de reivindicação da população local.

Embora o tombamento e a preservação da cidade de Icó/CE seja baseado na relevância arquitetônica em primeiro plano, assim como na memória e identidade que os bens materiais são capazes de evocar. Importante considerar que outros espaços possuem a capacidade de evocar uma memória sensível. Compreendendo estes espaços para além de seu valor artístico ou arquitetônico, mas que apresentam elementos que são caros à memória individual ou coletiva, pelo valor que representam ou que foram construídos ao longo do tempo (PEREIRA, p.62 e 63, 2021).

As reflexões apresentadas por Pereira (2021) permitem identificar que nesse período o patrimônio já não deve ser composto apenas por edificações, mas por uma importância que sobrepõe a História da Nação, a identidade e memória devem ser evocados nesses espaços que compõe o patrimônio local. Também é importante quando o autor destaca que outros espaços fazem evocação da memória e identidade do lugar, assim não se deve limitar a história da cidade apenas ao seu patrimônio edificado e tombado oficial.

Patrimônio é uma palavra antiga, que remete ao período da antiguidade clássica em Roma, sua origem latina *patrimonium*, se referia a tudo que pertencia ao pai da família. Essa compreensão baseada na origem da palavra sempre permeou a compreensão de patrimônio nas pessoas, assim essa compreensão era limitada no sentido de ver como herança, diferente do sentido que hoje ela apresenta, como a pertencimento ou reconhecimento. Outras abordagens para o termo patrimônio devem ser analisadas, uma delas afirma "a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais" (Poulot, 1997, p. 36).

Poulot (1997) destaca a história do patrimônio entendendo que esse seja

algo com uma função mais ampla do que apenas manutenção de uma herança de família, ou dos antepassados para o tempo presente.

Olhar para o patrimônio e se reconhecer, saber que ele faz parte da sua história, não pelo passado, mas pela sua convivência com ele é algo essencial, por isso a ideia de Poulot (2007) é tão significativa, pois ele remete a identidade com patrimônio, aqui que pode lhe trazer uma noção de pertencimento. Infelizmente essa noção de pertencimento não ocorreu no momento da patrimonialização em Icó.

O patrimônio ocupa, atualmente, uma posição privilegiada nas configurações de legitimidade cultural, nas reflexões sobre a identidade e nas políticas do vínculo social. Do ponto de vista da legitimidade, ele tem a ver com uma antropologia jurídica e política de longa duração, permitindo inscrever-se em uma filiação e reivindicar uma transmissão (POULOT, 2009, p. 199).

Quando se pensa em patrimônio várias imagens podem surgir de imediato no imaginário como, edificações, paisagens, objetos, costumes tradicionais, entre outras representações. Essa compreensão que se associa a patrimônio não poderá ser concreta se de fato não existir a ideia de identidade, se não existir o que Poulot (2009) caracteriza como vínculo social, as relações com patrimônio devem um fator essencial para o identificar como patrimônio. Nesse sentido, a constituição deveria ocorrer por meio de um processo de reivindicação e não de forma de legislações que classificam o que deve ou não ser preservado apenas por razões baseadas na estética ou em datações.

No Brasil que se inaugura com a colonização portuguesa, um processo de naturalização das diferenças se expressou ao longo dos anos através das desigualdades de oportunidades experimentadas pelos indivíduos e grupos como atributos étnico-raciais distintos [...] Ao refletirmos sobre a produção dos últimos quinhentos anos da história do Brasil, necessitamos repensar essa naturalização do referencial europeu como aquele que nos orienta para atribuir imagens de quem somos, pois essa foi a tônica do jeito como fomos construído nossa ideias de nação brasileira (GIL, MEINERZ, 2017, p. 19).

O referencial europeu no Brasil ainda é muito explícito, foram mais de trezentos anos de domínio territorial, assim nos patrimônios oficiais, tombado pelo IPHAN como patrimônio material, apresentam referências e valores europeus. Um lugar onde pode se observar essa lógica de tombamento colonial, é a cidade de Ouro Preto em Minas Gerais. Ao olhar o patrimônio dessa cidade, tombado oficialmente,

se percebe a época do Brasil colonial, se observa naqueles bens a representação da elite europeia e seu processo de exploração do território e de povos escravizados para manutenção da sua riqueza.

Hoje, existe um movimento de decolonialidade³ muito forte no Brasil, assim repensar ou ressignificar os patrimônios coloniais se tornam importante para que a população não veja patrimônio apenas como sendo algo que representa a elite europeia, para que possa ver no patrimônio tombado conhecimento de outros povos, que no período colonial eram vistos com inferiores, que também encontrem nos patrimônios arquitetônicos o conhecimento e a força de trabalhado que não representam a Europa. Nesse sentido, a população pode pensar em conviver com o patrimônio como a ideia de pertencimento, assim ele pode ser reivindicado como objeto importante na sua identidade.

A nível local, somente alguns anos após o tombamento, ocorreu a construção histórica, de mudanças de concepção de sujeitos no Icó, especificamente o sítio histórico tombado pelo IPHAN, composto por um conjunto arquitetônico e urbanístico contendo 428 monumentos protegidos pelo órgão, passou a ter iniciativas de reconhecimento deste como objeto de identidade da população local. Dentro essas concepções, destaca-se as casas da Rua General Piragibe, popularmente conhecida como Rua do Meio, onde ficavam as moradias dos africanos escravizados, evidenciando uma mudança de paradigmas e evocando a construção de uma história popular, simples, vista a partir de novos ângulos e personagens.

Levando em consideração essas mudanças na construção das ideias do que tomba, existem algumas características comuns que podem nortear na hora de pensar se o bem pode/deve ou não ser tombado. Deve-se levar em consideração a relevância histórica, ou seja, se este está associado a eventos, períodos ou personalidades importantes da história local, regional ou nacional; O valor arquitetônico e Artístico; Valor cultural, observando se o bem desempenha um papel significativo na cultura e na vida social da comunidade onde está inserido; Se este manteve a integridade e a autenticidade ao longo do tempo, não passando por nenhuma transformação ou mesmo descaracterização; Se este é raro, único ou

³ Decolonialidade é um conceito que surgiu como proposta de enfrentamento da colonialidade e pensamento moderno, ela foi apresentada por um grupo de estudiosos composto por Aníbal Quijano (2005), Catherine Walsh, Edgar Landier (2005), Enrique Dussel (2000), Nelson Maldonado-Torres (2017) e Walter Dignolo. Ela também é considerada um caminho para resistir e desconstruir padrões, em especial exposto pelos colonizadores.

referente a uma época específica; Se possui relevância científica, sendo este aplicado a sítios arqueológicos, paleontológicos ou naturais que contenham informações valiosas para a pesquisa; Se beneficia a sociedade como um todo, e não apenas interesses privados; O seu estado de conservação; e por fim o valor sentimental que a comunidade atribui a um bem cultural pode influenciar a decisão de tombamento. Talvez também seja importante destacar um elemento essencial nesse processo, a memória da população em torno do patrimônio (BEZERRA, 2016).

Tomando-se como partida algumas dessas características, fica mais fácil de identificar os bens que devem receber o tombamento. No caso do Icó, como já citado, tombou-se em 1998 um conjunto de monumentos relevantes para a história e memória da cidade, pois entendeu-se que não eram apenas um ou dois monumentos que retratavam o passado icoense, mas um conjunto de imóveis que representavam as classes sociais, as histórias e as memórias da população local. Embora exista uma exaltação a elite nas referências do patrimônio na história local, é necessário contar outras histórias nesses espaços, para que todos os sujeitos podem desenvolver um sentimento de reconhecimento ou pertencimento frente aos patrimônios.

É importante, observar qual a narrativa histórica está sendo evidenciada nas aulas de história ou história local, pelo poder público ou mesmo pelo IPHAN que defende e fiscaliza as políticas de preservação dos patrimônios na cidade. A população necessita olhar para o patrimônio e encontrar nele parte da sua identidade e memória, para toma-lo como sua história, isso no Icó ainda parece algo bem distante.

Mesmo processo de tombamento tendo sido feito pelo IPHAN, e dentro das normas necessárias, um fator relevante foi deixado de lado, o que causou e ainda causa um enorme desequilíbrio de interesses históricos, culturais e sociais na cidade: o tombamento não foi feito de forma participativa, incluindo a comunidade, ou pelo menos explicando para a comunidade local o porquê do tombamento ou ainda promovido ações que incluísse a comunidade de forma que esta se sentisse parte do processo. Como está disposto nas palavras de Pereira (2021, p. 83) “Embora a visão do órgão fosse a de integração da preservação com os interesses da população local, não há evidências nos documentos sobre o envolvimento da comunidade ou mesmo menção aos seus anseios em relação ao tombamento”.

No início do processo de tombamento em 1997, foi entregue uma cartilha elaborada pelo IPHAN para reconhecimento do tombamento pelos moradores

(apenas para aqueles que moravam na parte a ser tombada no sítio histórico). Essa cartilha possuía apenas alguns informes sobre o patrimônio da cidade, alguns conceitos de patrimônio cultural e contém também a legislação brasileira que rege a preservação desse patrimônio sobre a constituição federal. Nesse sentido, percebe-se que esta ação foi realizada sem nenhum diálogo com os donos dos imóveis tombados, o que refletiu em parte na falta de identificação do patrimônio por esses moradores.

Assim como afirma Scifoni (2015),

[...] é preciso repensar a Educação Patrimonial, uma vez que as cartilhas, folhetos, são identificadas como transmissão de informações, pensados e executados de cima para baixo, muitas vezes nem sequer atendem às demandas locais mas à visão preconcebida dos técnicos (SCIFONI, 2015, p. 197-198).

Ainda comungando da mesma ideia Bezerra (2019, p. 63) “no entanto a entrega da cartilha pelo Iphan durante o tombamento se concretiza muito mais como um produto de divulgação do patrimônio que estava sendo tombado naquele momento do que uma ação educativa”. Aconteceu uma preocupação por parte do IPHAN em informar os moradores, mas não houve nenhuma prática de incluir suas memórias nesse processo de tombamento, dificultando assim a população a sentir o patrimônio como objeto de identidade e memória da atual população da cidade.

Nessa perspectiva percebe-se que no momento de tombamento houve um desequilíbrio, pois não houve um compartilhamento de ideias ou ações que traduzissem para a comunidade o que estava acontecendo ali, de forma clara e direta, utilizando-se de uma linguagem simples para que a população pudesse entender e fazer parte desse processo, existia apenas um discurso de exaltação da cidade pela riqueza arquitetônica que caracteriza o período colonial na História do Brasil.

Da forma como se desencadeou o processo para que a cidade de Icó/CE fosse incluída no rol dos conjuntos urbanos tombados como patrimônio cultural do Brasil, desde os primeiros olhares e registros externos dos pesquisadores e viajantes, até as análises técnicas dos representantes dos órgãos de preservação, não se percebeu uma tentativa de envolvimento da população no processo. Não somente dos proprietários dos imóveis localizados na poligonal de tombamento e proteção, como também, educadores e grupos ou entidades da comunidade, que deveriam ter sido envolvidos não somente nas ações de preservação e educação patrimonial, mas também, nas decisões sobre os novos rumos que a cidade tomaria. Esta ausência repercutiu após o tombamento e gerou conflitos em torno do patrimônio (PEREIRA, 2021, p. 84).

Somente após os anos 2000, outras ações de cunho preservacionistas foram efetivadas na cidade, através do programa Monumenta. Mas sem participação no ato de tombamento e sem compreender de fato a necessidade de tombar e as peculiaridades de morar em um imóvel tombado, a comunidade já demonstrava uma certa resistência aos trabalhos feitos pelo IPHAN, até hoje existe uma forte resistência dos moradores a presença do órgão na cidade, que exerce uma função fiscalizadora.

De acordo com Bezerra (2019), a partir do programa Monumenta foram destacadas algumas ações efetivadas na cidade: Curso de educação patrimonial, Curso de conservação e pintura, Grupos Icó patrimônio vivo e de olho no patrimônio Icoense, Projeto qualidade do sabor, Projeto núcleo de música canela preta, Coleção de livros didáticos infância e patrimônio, Oficina casa do patrimônio de Icó, Exposição bem do brasil, Semana do patrimônio de Icó.

Essas ações se fizeram importantes, pois o programa buscava integrar a comunidade, objetivando que estes compreendessem a necessidade do preservar e assim abraçassem a ideia do tombamento iniciada em 1997.

Observou-se que desde o processo de tombamento da cidade, a maioria das ações educativas foram fomentadas a partir do Programa Monumenta, sendo um importante passo em prol de uma política preservacionista na cidade, que além dos restauros buscou o desenvolvimento urbano da cidade, incentivando as práticas preservacionistas (BEZERRA, 2019).

A partir das palavras de Bezerra (2019), fica explícito que o Monumenta foi uma importante ferramenta, onde as ações e programas tinham como foco o conhecimento, conscientização e promoção de atitudes preservacionistas. Todavia, essas ações propostas pelo Programa Monumenta não foram suficientes para apagar da memória da comunidade a forma como ocorreu o tombamento, tão pouco para engajar toda a cidade em prol da preservação. Mas mesmo de ocorrendo de forma bastante pontuais, elas efetivaram algumas mudanças na comunidade.

No entanto as tensões identificadas sobre o Iphan e a comunidade, os órgãos públicos e espaços tombados é uma problemática ainda presente na comunidade desde o processo de tombamento, que nos leva a entender que as ações educativas seriam estratégias importantes para o reconhecimento desse patrimônio como importante, e da necessidade de preservar, pois a comunidade necessitava se reconhecer como parte desse patrimônio. Essa relação conflituosa suscita no distanciamento entre as instâncias e a

comunidade e, entre a comunidade e o patrimônio, o que dificulta uma política de preservação desse patrimônio. Em um contexto onde acreditamos que as ações de preservação e valorização do patrimônio e da memória são essenciais quanto a missão de envolver a comunidade sobre as questões até então despercebidas e esquecidas, por meio destes se tem uma reconstrução da vida social e das dimensões humana no presente (BEZERRA, 2019 p. 93).

Hoje, mesmo com algumas dificuldades, percebe-se diversas ações sendo desenvolvidas com foco na preservação e salvaguarda do patrimônio local. Na educação formal, nas escolas municipais existe uma disciplina eletiva de educação patrimonial que se torna obrigatória para todos os estudantes de primeiro a nono ano do ensino fundamental. Nas escolas estaduais, existe também uma disciplina eletiva que não é obrigatória, mas que tem sido utilizada, além dos projetos científicos desenvolvidos por professores de história com alguns estudantes buscando levar a discussão para os demais estudantes e sociedade local.

As aulas de História Local são obrigatórias durante todo o Ensino Fundamental, nelas ou mesmo nas eletivas de Educação Patrimonial, percebe-se um direcionamento para abordar a História da cidade, com referências ainda a população que vivia nos sobrados e casarões dos séculos XVIII e XIX, uma elite europeia, que ver esse lugar como um pedaço da Europa do sertão nordestino. E ainda, uma exaltação a cidade como princesa do sertão, com referências a essa elite europeia.

Além da área da educação, a Secretaria de Cultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Icó na pessoa do Secretário Adjunto, Professor Cláudio Pereira, têm promovido ações voltadas à temática sempre que possível, mesmo tendo foco a história elitista da cidade. E também se percebe essa preocupação em algumas associações como a Amicó⁴ que a muito tem lutado pela cultura, memória e história icoense, e a Aproarte⁵. O que se percebe é que todas as ações se direcionam a contar a História da cidade apenas a um dos povos que a formou, e isso silencia os demais povos, na qual prejudica a população local a se reconhecer nessa história, a arte pode ser usada para resgatar a história e não apenas para reproduzir o que se exalta dessa história local.

⁴AMICÓ, é Associação dos Filhos e Amigos de Icó, uma entidade privada sem fins lucrativos, como cede na cidade Icó-CE. Fundada em 2010, que tem como objetivo realizar projetos, atividades e mobilizações na área cultural na cidade.

⁵ APROARTE – Associação dos Produtores de Artesanato, Gestores Culturais e Artistas de Icó. Uma associação fundada em 2005 com objetivo de estimular a produção artesanal local e valorizar o patrimônio cultural de Icó-CE.

Fora essas organizações, entidades e associações, alguns profissionais historiadores, memorialistas, arquitetos tem disseminado ações preservacionistas na comunidade. Todos estes embora lancem ações pequenas e pontuais, juntas já formam um grande avanço para a solidificação do sentimento de pertencimento gerando assim atitudes preservacionistas na comunidade, mas que não compõe toda a população, ou mesmo não representa toda a população.

Percebe-se que existe um longo caminho até o momento da população icoense se ver representada nos patrimônios e na História Local, inúmeras ações devem ser desenvolvidas para que História do Icó apareça e seja contada aos icoenses, mas ações dessa magnitude são essenciais para criação de uma nova geração consciente do seu lugar na História. Não se trata de contar uma nova história, mas sim de contar a história que até agora foi silenciada, em detrimento de atender a elite e os seus discursos de dominação.

1.2 – A História silenciada da cidade de Icó – Marcas de Colonialismo e Epistemicídio

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais).” (SANTOS, 2010, p. 328).

A construção da História de uma cidade envolve diversos elementos que devem ser considerados essenciais para o povo desenvolver o sentimento de identidade e também valorizar suas memórias, assim, parece inaceitável uma história que traga apenas nomes “notáveis” e “eventos gloriosos” para formação da nação. Refletindo a partir das ideias de Boaventura sobre o genocídio e epistemicídio⁶, é

⁶ O termo epistemicídio criado pelo sociólogo português **Boaventura de Souza Santos**, se caracteriza como a outra face do genocídio, seria o reconhecimento que a produção do conhecimento científico foi construída de acordo com um único modelo epistemológico. Dessa forma, o mundo, apesar de sua complexidade, ganhou contornos monoculturais que barravam a popularização de outras formas de conhecimento que destoassem do modelo vigente.

possível identificar na História da cidade de Icó os processos de eliminação das práticas sociais e dos povos “estranhos” ao colonizador europeu.

Nesse sentido, rever a história dos povos e suas práticas sociais deve ser objetivo de todos que pesquisam e ensinam a História Local. Em Icó, sua história não foi iniciada com as chegadas dos homens do São Francisco, que receberam as sesmarias e se estabeleceram formando o Arraial, mas sim com os povos originários que viviam nesse território antes da presença do colonizador, os Icó.

Existe poucas fontes históricas que permitem conhecer os povos originários que viviam onde hoje é a cidade de Icó, os textos que abordam ou relatam sua presença são obras dos portugueses. Há uma limitação de percepções, acometida pela visão do homem branco, responsável pelo genocídio e pelo epistemicídio desses povos. Desta feita, o que se pode fazer, para buscar o conhecimento que se tentou silenciar durante vários séculos, é uma análise crítica as fontes, e a partir das palavras encontrar as vozes que foram silenciadas.

Na Carta Régia do Capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 06 de junho de 1709, há uma descrição das suas impressões sobre o território que está sendo povoado. O capitão-mor informou que os “bárbaros gentios” do Icó naquele período estavam apresentando atritos com as famílias viviam no Arraial: ele destaca insultos e hostilidades contra os moradores daquela ribeira e por fim, “receoso de que estes desamparassem suas fazendas, os mandara socorrer e fazer arraial para segurança dos povoadores”. Na carta, o capitão – mor pede ao rei para enviar armas e defender seu território da presença dos nativos. A ajuda real, vem no ano posterior a solicitação.

Por causa do Arraial levantado por ordem do capitão Gabriel do Lago, passou o do coronel João da Fonseca Ferreira a ser denominado Arraial velho. O novo foi erigido no lugar onde se acha hoje a cidade do Icó. A vista, pois, do exposto, o coronel Teodósio - Nogueira só poderia prestar o seu concurso ao Arraial velho até o começo do ano de 1708, tempo em que da construção do novo deu parte para Lisboa o supracitado capitão Mór Lago. À tardança de certos atos, uns por parte do governo, outros por parte dos particulares, que podiam ser realizados em época anterior, leva-me à convicção de que realmente eles se demoraram por um motivo qualquer: pelo impedimento dos Tapuias talvez ou por falta de pessoal competente (BEZERRA, 2009, p.104).

Na visão europeia os povos originários no território de domínio português foram vistos como um inimigo, um atraso no plano colonizador, e assim a solução mais eficaz seria sua eliminação. Os documentos de ordenações na época revelam

que para os europeus os atrasos na ocupação e organização do Arraial ocorreu possivelmente pelo impedimento dos Tapuias⁷.

Apesar do termo utilizado para designar os povos originários ser um termo genérico, isso revela várias informações sobre o período e permite compreender o que aconteceu com os povos que viviam no território que hoje é a cidade de Icó.

A princípio, pode-se perceber que os povos ofereceram resistência a tal ponto que se aponta pelos documentos de ordenação dos cargos, dificuldade para o território ser reconhecido com Arraial Velho, e também que eles não estavam dominados, visto que eles impediam os avanços na colonização.

Logo no começo do século (XVIII) o governo da capitania organizou varias expedições contra a indiada. Dentre elas destacaram-se a de 1708, comandada pelo capitão Bernado Coelho contra as tribos dos Icós, Cariris, Carius, Caritius e outras (Oliveira, p.329, 1979)

Gabriel da Silva do Lago, em 5 de junho de 1709, por julgar aquele capitão-mor conveniente ao serviço de Sua Majestade houvesse na dita Ribeira um oficial daquele posto, por ser a campanha aberta e estar infestada do Gentio bárbaro; de onde se conclui que era pobre de moradores [...] (BEZERRA, p.105, 2009)

O que Boaventura (2010) caracteriza como genocídio e epistemicídio pode ser observado nos eventos ocorridos contra os povos originários no território do Ceará, entre eles os Icós que, no período da formação do núcleo urbana, foram dizimados pelas expedições organizadas pelo colonizador em busca de domínio do território.

Outra observação do capitão mor Gabriel do Lago, é referente a quantidade de dos povos originários que viviam no território naquele período, para ele a Ribeira estava infestada de Gentio Bárbaro, o termo infestado revela, nas palavras do capitão a preocupação com uma quantidade de nativos tão grande frente aos “moradores” que invadiram o território. Para o capitão mor, os nativos não eram moradores, pelo contrário, representavam uma ameaça aos colonizadores, chamados de moradores. É estranho pensar como as palavras escritas já revelava a política de extermínio dos povos originários na região, que vai acorrer nas décadas seguintes.

⁷ O termo Tapuia em Tupi, significa inimigo. Esse termo foi utilizado pelos colonizadores portugueses para designar diversos e diferentes povos, os quais tinham em comum, pelo menos, o fato de não pertencerem ao tronco tupi guarani.

Outro termo que pode chamar a atenção, é o “indiada”, as expedições de Bernardo Coelho, tinham claramente a intenção de destruir as tribos citadas, entre elas a dos Icó, o termo utilizado se apresenta com uma forma de inferiorizar os povos originários, de forma pejorativa e genérica.

Nos anos posteriores a formação do Arraial Velho e Arraial Novo na Ribeira dos Icó, ocorreram violentos conflitos motivados por disputas de terra, também com conflitos familiares. As Famílias Monte e Feitosa empreenderam um conflito extremamente sangrento na região. Apesar de chegarem na região praticamente no mesmo período e terem conseguido as sesmarias que desejavam, elas logo viraram rivais e as lutas armadas começaram, nesse conflito os povos originários foram usados nas batalhas para compor exército para cada família, e assim se tornaram vítimas desse brutal conflito, Lima (1995).

Após a saída da família Feitosa, para as terras situadas no Piauí os remanescentes da família rival ficaram no Arraial, até serem vítimas de emboscadas e os nativos que sobreviveram seguiram para a região da Chapada do Araripe em busca de territórios menos povoados pelo homem branco, Lima (1995).

O Arraial Novo do Icó, estava definitivamente ocupado pelos portugueses e praticamente com pouca presença nativa no 1736. No ano referido ocorreu a fundação da vila através da carta régia de D. João V.

Dom João V por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em África Senhor de Guiné etc. FASO saber a vos ouidor geral da Capitania do Seara que havendo visto o que me escreveo o Governador de Pernambuco em Carta de 16 de Janeiro do anno passado a respeito de ser conveniente criarse hua Villa no Lugar do Icó não só para a boa administração da Justiça mas para aquietação daqueles povos pella distancia de 80 legoas qe ficava da Villa do Aquirres de que era termo (Cópia da Carta Régia⁸ exposta no rol do Teatro Ribeira dos Icó, 2023).

Em 17 de abril de 1736, o Arraial do Icó foi elevada a condição de vila, sendo a terceira a se formar na Capitania do Ceará. Nesse período a economia do gado já apresentava destaque na capitania, e assim Icó surgiu como uma vila prospera economicamente por ser um território crucial no desenvolvimento da colônia.

⁸ A Carta Régia escrita em 1736, pelo Rei D. João V, encontra-se atualmente exposta no rol de entrada do Teatro da Ribeira dos Icó, na carta o rei autoriza a fundação da vila de Icó, especificando o traçado das ruas a serem construídas e dá outras características urbanas segundo os padrões europeus da época.

Icó surgiu como vila urbana na capitania do Ceará sob o sangue dos povos Icós, na tomada das terras e nos conflitos das famílias. As consequências dessa invasão portuguesa no território foi o genocídio do povo nativo, hoje poucos elementos da cultura existem no município. Mesmo, identificando algumas práticas culturais da população que remete ao povo Icós, se percebe uma carência de fontes, de narrativas e até mesmo artefatos para contar essa história.

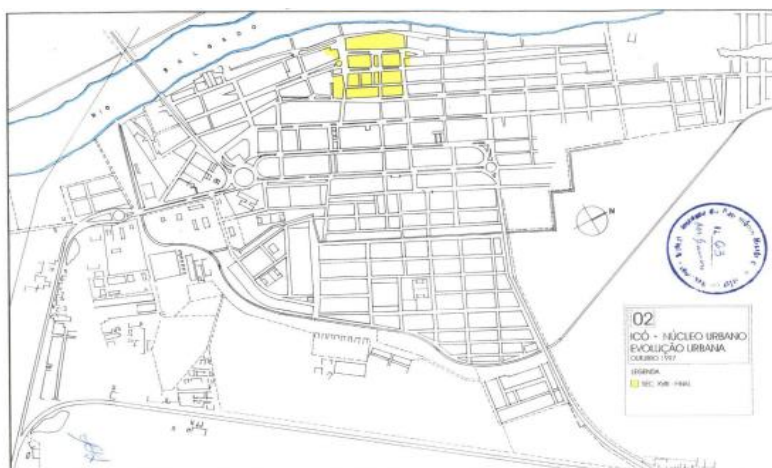
As ruas da nova vila foram construídas seguindo o padrão estabelecido na Carta Régia de fundação da Vila, remetendo ao estilo português.

Fui servido determinar [...] hua nova Villa no Icó junto aone se acha a Igreja matriz elegendo-se para ella o sitio que parecer mais saudável e com povimento de Agoa, demarcandose-le logo Lugar da Prasça no meio da qual se levante Pilourinho e m primeiro Lugar se deleniem e demarquem as ruas em linha recta com bastante largura deixando sitio para se edificarem as cazas nas mesmas direituras e igualdade com quintaes [...] e demarque o sitio em que o qual se hajão de formar a Casa da Camara e das Audiencias e a Cadea para que na mais ária se posão edificar as casas dos moradores com seus quintaes na forma que parecer a cada hum com fiquem a acia das ruas, e também se deixe sitio para Logradouro publico [...] (Cópia da Carta Régia exposta no rol do Teatro Ribeira dos Icós).

As primeiras ruas se formaram no Icó, através das orientações da Carta Régia de Dom João V, e as construções posteriores também seguiram as mesmas orientações o traçado da rua se manteve no padrão português, sugerindo assim a ideia que Icó era uma cidade europeia no sertão do Ceará. Incluindo a presença de senhores poderosos, com títulos de nobreza na cidade que perdurou como economicamente rica até a segunda década do século XIX.

Ao observar o mapa da cidade produzido pelo IPHAN, durante o processo de patrimonialização do sítio histórico de Icó, se compreende a construção da vila.

Figura 1 – Mapa do Icó em destaque o nucleo urbano formado no Século XVIII

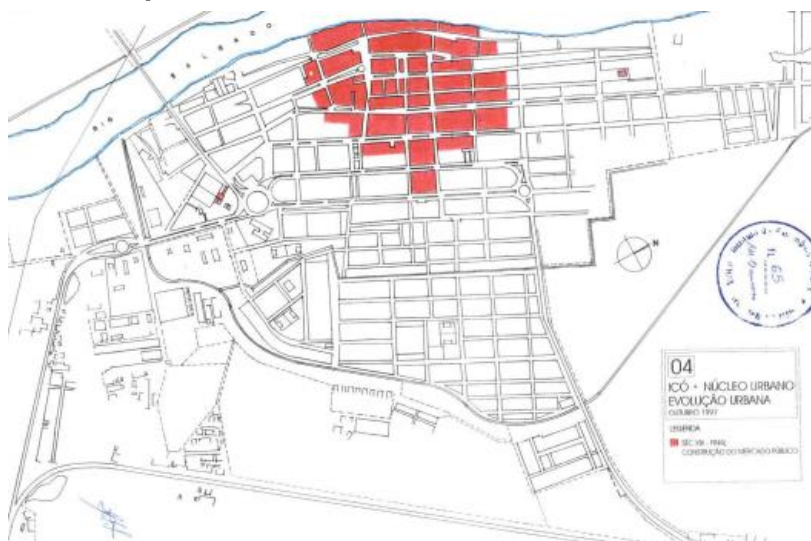


Fonte: IPHAN, 1997.

O núcleo urbano de Icó após a fundação da vila se concentrou em torno da Igreja da Matriz, conforme orientação da carta régia, com construção de duas ruas grandes, ainda hoje conhecidas como Rua Larga (Rua Dr. Inácio Dias) e Rua Grande (Rua Ilídio Sampaio), havendo entre elas uma rua estreita denominada Rua do Meio (Rua General Piragibe), essa rua representava espaço para trânsito da população escrava residente na Vila e propriedade dos senhores que residiam nas duas grandes.

A legenda do mapa destaca a o núcleo urbano na cor amarela constituído no final do século XVIII. Construções do período encontram-se ainda edificadas e hoje são tombadas junto com mais quadras que compõe o sítio histórico de Icó. Pensar nessas edificações como um símbolo de uma herança, um patrimônio para os moradores, que foram empobrecidos pelo sistema de exploração colonial, representa algo distante da realidade. Assim, se não houver uma crítica ou mesmo uma reflexão sobre como o Arraial e posteriormente a vila foi construída pelos portugueses sobre a orientação da carta regia de 1738, vai continuar sendo algo distante o desejo de pertencimento ou identidade dos moradores com o patrimônio.

Figura 2 – Mapa da Cidade de Icó – Núcleo Urbano Século XIX



Fonte: IPHAN, 1997.

O mapa apresentado na figura 2, apresenta destaque para o núcleo urbano da cidade Icó no final do século XIX, sendo esse o núcleo que compõe o sítio histórico tombado como patrimônio histórico nacional em 1998.

Os séculos XVIII e XIX, representados em destaque nos mapas encontram-se atualmente registrados nas edificações em estilo colonial que compõe a cidade. No entanto, é necessário compreender que a história preservada através das edificações, silencia outros povos que habitavam a cidade nesse período. Os povos originários perderam suas terras nesse processo de invasão europeia, e os povos africanos foram reduzidos a uma história que os limita a condição de povos escravizados sem nenhuma abordagem das práticas sociais e dos seus saberes desenvolvidos.

A orientação para construção das ruas na vila do Icó, já indicava um espaço dividido entre senhores e servos que se manteve para a posteridade, de forma a segregar os moradores conforme a posição social.

Os estudos sobre a chegada dos povos africanos no Ceará são raros, devido a imprecisão das fontes documentais. Por ser uma capitania subordinada a capitania de Pernambuco, o Ceará, recebeu os primeiros escravos através de rotas migratórias internas, advindos da capitania de Pernambuco. Os dados de coleta de informações sobre a quantidade de escravos existentes nas fazendas também variam, existe dados que apontam uma taxa média de 2,9 escravo por fazenda ou

mesmo indicava a existência de algo em torno de 27% de toda a população da província no ano de 1813 (REVISTA INSTITUTO DO CEARA, 1987).

No início do século XVIII existia a concentração de habitantes em apenas 4 vilas do Ceara, Icó era uma delas. O número de escravos na cidade pode ser uma incógnita, visto que existem poucos dados e estudos sobre o período. Porém, existem informações que permitem compreender o que fazia e como estavam organizados na estrutura social, por meio dos inventários do período. Nesses documentos os sujeitos negros aparecem como propriedade e muitas vezes silenciados por seus senhores. Alguns autores citam a presenças de escravos no Ceará no início do século XVIII, ao relatarem informações sobre as famílias Montes e Feitosa residentes em Icó.

Como unidade social, cada família mencionada [Montes e Feitosa] formava uma parentela, onde além do grupo familiar, que consiste todos os parentes reconhecidos, incluindo os que foram herdados dos pais e os incorporados por meio de um cônjuge ou cônjuges, abrangiam outras pessoas que, embora sem ligações do sangue ou casamento, viviam próximo do círculo, eram os empregados respeitados, tais como o vaqueiro, escravos de confiança e moradores que estavam com a família há muito tempo e por último os agregados, que eram pessoas que viviam na fazenda sob a permissão do proprietário, mas em situação indefinida, e variavam numa gama que ia desde os amigos da família até os pistoleiros contratados e outros tipos de marginais (MELO E CRUZ, p 217, 2016).

Os relatos indicam que as famílias residentes possuíam escravos de confiança que compunha a sua unidade social, sendo esses também usados no conflito entre as famílias, os escravos serviam para compor o exército de cada família nas disputas por terras, várias batalhas sangrentas ocorreram nesse período. O século XIX apresentou a produção algodoeira como destaque na economia da província do Ceará, mesmo essa atividade não permitindo a utilização em grande quantidade de trabalho escravo, no Ceará, os escravos africanos foram utilizados para o trabalho doméstico. Essa inserção do trabalho doméstico realizado por escravos foi uma forma da elite se enquadrar aos moldes da corte que veio para o Brasil em 1808.

Nesse momento Icó, continuava apresentando destaque econômico com a produção algodoeira e também continuava a exercer um papel de local de cultura Europeia, de modernidade e trazendo impressões de lugar de cultura superior as demais da região. Essa ideia de lugar de cultura europeia continuou exercendo influência nos diversos aspectos da vida social das pessoas, seja na construção civil

do período, ou, seja na formação social da vila, ou, mesmo na influência política exercida. Pereira (2021) vai destacar os dados do contexto social em Icó nesse período:

O contexto social do Icó no fim do século XVIII e no século XIX era marcado por traços comuns da sociedade brasileira colonial. No sertão, o grupo social foi formado por fazendeiros e sua família, por índios, africanos escravizados e homens livres que praticavam atividades comerciais e cultivavam pequenas lavouras de subsistência. Em 1872, conforme dados do Recenseamento do Brasil de 1972, a população geral alcançou o número de 14.592 (catorze mil quinhentos e noventa e duas) pessoas, correspondendo à 6,2% (seis vírgula dois por cento) da população da província. Sendo 13.807 (treze mil oitocentos e sete) a população de pessoas livres e 785 (setecentos e oitenta e cinco) de pessoas escravizadas (PEREIRA, p. 57, 2021).

Conhecer o contexto social do Icó no período anterior a libertação dos escravos na província do Ceará permite refletir sobre o cenário favorável aos acontecimentos em Icó, importante destacar que até hoje a cidade reivindica o título de ser a primeira cidade a libertar os escravos do Brasil. Na historiografia oficial, a cidade de Redenção é apresentada como primeira cidade a libertar os escravos. Percebe-se uma disputa de narrativas entre Icó e Redenção. Em Icó, essa ideia de ser um lugar com uma elite progressista persiste até hoje na política icoense, nos discursos produzidos por grupos detentores do poder, e representante ainda das elites herdeiras dos barões do algodão do século XIX e início do século XX.

Ao afirmar, que em Icó a liberdade foi “dada” aos escravos antes de qualquer outro lugar no Brasil, mesmo discurso apresentado pela cidade de Redenção, fica evidenciado o quão o discurso da elite se perpetua, silenciando sujeitos que lutaram e através de conquistas pessoais dignas de honra, foram silenciados na História, para que sujeitos se tornassem notáveis.

Ao buscar apresentar à História abordagens decoloniais, não se pretende descartar ou mudar a História, mas conhecer os sujeitos que foram silenciados por não estarem nos grupos dominantes, detentores do poder no lugar. Assim, é necessário pensar que existe outras vozes e narrativas, para compreender melhor o tempo presente na sociedade. Um sujeito silenciado, mais que teve uma importância significativa na libertação dos escravos no Ceará, foi Jose Luis Napoleão. Miranda (2020), descreve o liberto Jose Luis Napoleão como um personagem de destaque na História do Ceará, como se observa na descrição:

Ele nasceu em torno de 1830, presumivelmente no município do Icó, no interior do Ceará. De acordo com ele próprio, era “filho da parda liberta Benedita Maria do Rosário” e “foi escravo de dona Maria Adelaide do Sacramento, tendo se libertado à custa de esforçado trabalho e economia”. Com pode ser visto, Napoleão foi cuidadoso em observar que havia se tornado livre por esforço próprio, e não que sua liberdade lhe havia sido dada. Teófilo, que conhecia Napoleão desde que este chegara em Fortaleza, capital do Ceará, disse que ele havia requisitado a seu senhor que o permitisse trabalhar em Fortaleza e ganhar dinheiro para comprar sua manumissão, o qual lhe foi concedido devido a “sua excelente conduta e capacidade para o trabalho.” (MIRANDA, p.232, 2020).

O Jose Luis Napoleão, possivelmente icoense representa um dos muitos sujeitos que mesmo desempenhando um papel importante num evento notável da História do Ceará, foi esquecido, ou silenciado em detrimento de outros sujeitos, que participaram do evento e se enquadrava nos moldes de heróis da época. Napoleão só tinha o nome de batismo, José, Luis Napoleão ele adotou após seus companheiros de trabalho do porto de Fortaleza o chamarem assim, por ele ser admirado ao ponto de ter conquistado a própria libertação e de outros escravos também, e assim adotar o nome do francês, conhecido como grande conquistador. Em 1860, ele comprou a liberdade da sua mãe. (MIRANDA, 2020)

Os anos posteriores na vida do liberto Napoleão estão relacionados ao clube dos libertos no Ceará e a sociedade Cearense Libertadora.

O que está claro é que ele foi um dos fundadores do Libertador, o jornal oficial da Cearense Libertadora. Em janeiro de 1881, em um anúncio relativo ao lançamento do jornal, seu nome consta na lista de acionistas, indicando que fornecera apoio financeiro para o empreendimento. Também é notável que pelo menos outro liberto, Matias Tristão Madeira (c.1824–1884), apareça entre os acionistas. Bastante abastado, o artesão Madeira viria a fundar o Clube dos Libertos com Napoleão, este como presidente e aquele como vice-presidente. A maioria dos demais acionistas, no entanto, parecem ter pertencido às classes sociais superiores, incluindo os fundadores da Cearense Libertadora (MIRANDA, p. 242, 2020).

É espantoso pensar como um homem com tamanha dedicação a uma causa, e um dos responsáveis por evento tão aclamado no Ceará teve sua história silenciada, seu lugar de fala não lhe permitiu naquele período “entrar para História”, apesar de sua História ter sido registrada, durante o período os abolicionistas o citarem, ele não ganhou as honras de herói e somente hoje com novas narrativas se reconhecem a importância de sujeitos como o liberto Napoleão, de acordo com as descrições de Miranda (2020) sua importância foi imprescindível para libertação dos escravos no Ceará.

De qualquer maneira, ainda nas horas anteriores ao amanhecer de 27 de janeiro, Napoleão havia reunido mil pessoas, incluindo capatazes, jangadeiros e lancheiros, o que é uma extraordinária demonstração de liderança, principalmente se considerarmos que toda a população de Fortaleza não excedia 30 mil habitantes.

[...]

Durante a noite, Napoleão conseguiu o apoio dos trabalhadores do porto para a planejada greve. No dia 27 de janeiro, quatorze escravos, tanto homens quanto mulheres, deveriam ser transportados para o navio Pará, mas os jangadeiros se recusaram e foram apoiados por 1.500 homens “de todas as classes e condições”. Os senhores de escravos procuraram mudá-los de ideia, fazendo promessas, oferecendo suborno e até ameaçando, sem sucesso. A multidão reunida na orla gritou em uníssono: “No porto do Ceará os escravos não são mais embarcados! (MIRANDA, p. 245-246, 2020).

O papel dos libertos na luta pelo fim da escravidão do Ceará, foi extremamente significativo e fundamental para o evento que pôs fim a esse sistema escravista. Terra da Luz, é um título atribuído a província pelos eventos notáveis na história do pioneirismo cearense, mas que silencia muitas vozes que lutaram por essa causa. Apesar de Chico de Matilde, está na galeria de heróis dessas histórias, muitos outros foram apagados como o icoense Jose Luis Napoleão.

Tendo como referência o censo de 1872, é possível perceber que existiam setecentos e oitenta e cinco escravos na cidade Icó, na data referência, esse número pode parecer pequeno diante de uma população que ultrapassa quatorze mil habitantes, mas ainda assim, precisa ter sua História apresentada e referenciada. São sujeitos que por um longo período foram tratados como propriedades, e depois trataram como invisíveis, sujeitos como Napoleão que dedicaram sua vida a uma causa, mas, ao conquistar, os méritos recaem sobre a elite, que se apresenta sempre como civilizadora.

Em Icó as referências da população negra na História Local, são apresentadas a partir de três perspectivas, a primeira no evento que culminou na libertação dos escravos na cidade, que reivindica o título de primeira cidade do Brasil a acabar com a escravidão. A segunda através, de uma rua tombada, a Rua General Piragibe (Rua do Meio), que é caracterizada como uma senzala urbana, visto que era a única rua onde os escravos poderiam transitar livremente nos séculos XVIII e XIX. E, por fim, na Igreja de Nossa Senhora do Rosario dos Homens Pardos, que é uma igreja construída pelos escravos e destinada a irmandade dos mesmos.

Essas referências são limitadas, e não contam ou apresentam a história dos negros na cidade de Icó de forma a identificar os grupos sociais, as atividades

que esses desenvolviam ou mesmo os saberes que trouxeram. Dois grandes pesquisadores da História do Ceará no século XIX, eram intelectuais que tinham ligação com a cidade de Icó, o Dr. Pedro Theberge, escreveu o “Esboço sobre a História do Ceará”, publicado em cinco anos após sua morte, Pedro Theberge, apesar de Francês, viveu no Icó entre 1845 e 1864 ano da sua morte. E Tristão de Alencar Araripe, icoence nascido em 7 de outubro de 1821, enquanto Icó ainda era uma vila, escreveu “História da província do Ceará”.

Ambos os escritores atendendo aos objetivos da História no século XIX, procuram destacar nas obras, eventos importantes província do Ceará, como a partição na Revolução Pernambucana e também na Confederação do Equador, iniciando sua História a partir da “conquista” dos europeus no território, frente aos tapuias. Assim, nos primeiros escritos da História do Ceará, os povos nativos e os povos africanos já eram silenciados, para os feitos dos heróis brancos, civilizados, vindo da Europa.

Adília de Albuquerque Morais, uma escritora feminista do início do século XX, icoense, com destaque na imprensa estadual, costumava nas suas publicações escrever suas memórias da princesa do sertão, como se referia a sua cidade natal em publicações em jornais na década de 1920 e 1930, “a gloriosa Icó, primeira cidade livre do Império”.

Ao romper da aurora a população foi despertada com estrugir de 21 tiros, ouvindo-se, em seguida, os accordes do hymno da “libertadora”. Pouco tempo depois teve início solene *Te Deum*, “em ação de graça pelo faustoso acontecimento que marcava nova era de prosperidade, à heroica cidade de Icó, abrindo-lhe a larga senda de um futuro esplendente, cimentado pela liberdade, e animado pelas esperanças de igualdade cívica (SOUSA, p. 252, 1929).

As memórias de Adília de Albuquerque Morais, extraídos por Eusebio de Sousa (1929), são textos publicados na Gazeta de Fortaleza. Nessas memórias, Adília mesmo tentando exaltar seu lugar como motivo de orgulho por tamanha glória, ela destacou como o evento foi construído, seguindo o imaginário dos heróis do período, homens brancos, com valores europeus que eram dignos de entrar para História. As lembranças de Adília, é de uma festa de brancos, celebrando os feitos deles em prol de um fato histórico, glorioso e mui digno de honra, o fato de “dar” a liberdade aos escravos.

Ainda no tempo presente, o evento que culminou na libertação dos escravos de Icó, é um fato que costuma ser evidenciado com orgulho pela população, trazendo ainda a ideia de que a cidade é destaque por sua história única e gloriosa produzida pela elite local, advinda da Europa.

A outra referência, são os patrimônios negros, que hoje preservados contam a história do período dos povos escravizados na cidade. Esses patrimônios são evidenciados por compor elementos de destaque ao apresentar a história dos escravos no Brasil, como senzalas, troncos e irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Em Icó, existe algumas particularidades, principalmente no traçado urbano, uma delas é existência de uma rua classificada como senzala urbana do século XIX, a rua do meio, localizada nos fundos dos casarões dos barões e elite que residiam nas ruas principais. A Rua General Piragibe (antiga rua do meio), é apresentada como senzala urbana, compostas por casas individuais, um trajeto livre para os escravizados e libertos, nela era possível a população negra desenvolver práticas culturais, desde as festas em celebrações aos reisados, até a roda de capoeira e outros elementos comuns na prática social dos povos africanos nos terreiros. Ao final da antiga Rua do Meio, se localizadas a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pardos, sua irmandade como apresenta Campos (2008), funcionava a partir das seguintes orientações:

Art. 1. - A irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Icó, se comporá de ilimitado número de pessoas de ambos os sexos, pretos forros e escravos, e também de pessoas de outras côres, de qualquer condição que seja, com tanto que professem a religião catholica apostolica romana; sendo cada irmão a pagar de sua entrada 4\$000 réis e annualmente 1\$000 réis.

Art. 2. Não poderão ter ingresso na irmandade:

1. Os menores de 15 annos.
2. Os maiores de 40 annos.
3. os velitudinarios; contudo poderão ser admitidos os maiores de 50 annos, que derem entrada de 20\$000 réis e os velitudinarios de qualquer idade, que derem 40\$000 réis (CAMPOS, 1980, p. 57).

Na irmandade de Nossa Senhora do Rosário como se apresenta na História do Icó, há uma forte evidência do uso dessa ordem para a incluir os negros nas práticas católicas dominantes do período. Era quase uma prática social necessária no período, no entanto, percebe-se o sistema de separação das práticas

de senhores e escravos, bem como a influência financeira no sistema espiritual da época.

A imposição da fé católica aos povos africanos é considerada uma forma de aculturação dos povos, mas hoje percebe que se manter uma irmandade que agregava preferencialmente libertos e escravos, permitiu a resistência da fé e a manutenção de práticas religiosas originais dos povos africanos.

O século XX, trouxe para Icó infortúnios provocados pela concorrência com outros centros comerciais, com destaque a Crato, na região do Cariri. Icó em 1920 já vivência o empobrecimento da elite local, que não consegue mais acompanhar o estilo europeu adotado nos séculos anteriores em sua história de glória. Como herança de um período pomposo da cidade, sobraram os casarões e o orgulho de durante dois séculos ser a representação da elite europeia no interior do nordeste brasileiro.

Com as visitas realizadas pelo IPHAN na década de 1930, 1970 e posteriormente com o tombamento em 1998 do sítio histórico, a cidade passou a evidenciar os patrimônios como símbolos da cultura do lugar, destacando a arquitetura como símbolo do período de glória da cidade. As evidências para destacar a cidade de Icó como símbolo de riqueza e valores europeus que a destacam no sertão do Ceará aparecem de maneira muito intensa na História de Icó, deixando pouco espaço para narrativas que abordem a História de outros povos.

O lugar de fala dos icoenses em muitos momentos são representações de uma elite que deixou sua marca através de um patrimônio edificado. Nesse sentido, é compreensível a ausência de valores que possam desenvolver na comunidade o sentimento de identidade ou pertencimento junto ao patrimônio que compõe o sítio histórico de Icó, o que acontece ao invés desse sentimento, é na verdade um problema pela falta de identificação.

Muitos moradores da cidade vivem em conflito com o IPHAN, em disputas, visto que o patrimônio deve ser preservado e o órgão atua com a função fiscalizador na cidade. Muitos moradores não concordam ou não compreendem as regras do tombamento, e assim, eles não entendem o porquê tantas limitações no seu direito de propriedade.

Existe também em Icó, os moradores de bairros que não compõem o centro histórico, muitos são bairros periféricos ao redor do centro, que não se encontram representados na história da cidade, e assim a falta de identificação

Assim, deve-se pensar nas diferentes marcas existentes na história local, começando pelo genocídio e epistemicídio dos Icó, seguido pelo domínio do território a famílias europeias herdeiras das sesmarias, pela presença dos europeus na cidade por muito tempo, depois o silenciamentos dos povos africanos na cidade e, por fim, a herança dessa história nos patrimônios edificadas.

Desta feita, ao observar o mapa da figura 3, ainda se observa uma quantidade significativa de moradores distante dessa área tombada, no mapa aparece os bairros periféricos próximo ao centro, que se formou a partir de pessoas simples que, num processo de êxodo rural, deixaram o campo em busca de trabalho na região urbana, e que não encontram sua história registrada no sítio histórico e nem nas narrativas da História Local apresentada.

Criticar a história do Icó, não é deixar de reconhecer sua importância histórica, pelo contrário, é justamente encontrar os reais motivos porque essa história é importante e deve ser preservada.

A construção do sujeito colonial no discurso, e exercício do poder colonial através do discurso, exige uma articulação das formas das diferenças raciais e sexuais. Essa articulação torna-se crucial se considerarmos que corpo está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo colonial na economia do discurso, da dominação e do poder (BHABHA, p. 107, 1998)

Em Icó, por um longo período sua história esteve associada aos sujeitos coloniais que existiam na cidade, e deixaram suas marcas, no entanto, esses sujeitos não estavam isolados. É preciso reconhecer que no discurso da História Local o desejo dos colonizadores de firmar no poder, na economia e na sociedade, e que para isso acontecer eles silenciaram os outros povos. A cidade, ao se tornar patrimônio Histórico Nacional, não deveria reproduzir esses discursos, porque ao mantê-lo, o colonial está novamente tentando vencer esses povos e mantendo seus discursos de privilégios ou mesmo de dominação.

O que se pode perceber na História de Icó, é sua importância histórica por todos os sujeitos que a formaram e que ainda hoje a formam não num campo de disputas, mas no lugar de fronteiras, onde eles convivem e constroem seu lugar.

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a

justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. [...] Portanto, apesar do "jogo" no sistema colonial que é crucial para seu exercício de poder, o discurso colonial produz o colonizado como uma realidade social

que é ao mesmo tempo um "outro" e ainda assim inteiramente apreensível e visível. Ele lembra uma forma de narrativa pela qual a produtividade e a circulação de sujeitos e signos estão agregadas em uma totalidade reformada e reconhecível (BHABHA, p. 111, 1998).

No discurso colonial existente em Icó, vários outros sujeitos foram tratados na condição que Bhabha (1998) caracteriza como degenerados, e assim sua história foi sendo silenciada, em oposição a história do colonizador que apareceu como grandiosa e digna de honra pelos feitos realizados nesse processo de dominação. Nesse sentido, é preciso repensar na história do lugar, a partir da representativa dos seus sujeitos, não apenas como uma história ímpar e singular, talvez considerada uma "pérola do sertão".

Icó não foi importante pelo domínio do colonizador ou pelas marcas deixadas por ele, mas por ter na sua história a marca das fronteiras do encontro de povos diferentes que desenvolveram as práticas sociais do lugar e ajudaram na sua formação como um lugar da História. Desta feita, é importante refletir sobre esse lugar como um lugar da cultura e da história.

CAPÍTULO 2: A QUESTÃO DO LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma «imagem» capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é (CHARTIER, 1990, p. 20).

O patrimônio é uma palavra antiga, que remete ao período da antiguidade clássica em Roma, sua origem latina *patrimonium*, se referia a tudo que pertencia ao pai da família. Essa compreensão baseada na origem da palavra sempre permeou minha compreensão de patrimônio, uma compreensão limitada no sentido de ver como herança, diferente do sentido que atribuo hoje, como a pertencimento ou reconhecimento. Gosto de outros conceitos e definições para o termo patrimônio, um deles de Poulot (1997) "a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais" (POULOT, 1997, p. 36).

Quando se pensa em patrimônio várias imagens podem surgir de imediato no nosso imaginário como, edificações, paisagens, objetos, costumes tradicionais, entre outras representações. Essa compreensão que associamos a patrimônio não poderá ser concreta se de fato não existir em torno dela a ideia de identidade, se não existir o que Poulot (2009) caracteriza como vínculo social. As nossas relações com patrimônio devem ser um fator essencial para o identificarmos como patrimônio. Nesse sentido, a instituição deveria ocorrer por meio de um processo de reivindicação, na qual a comunidade onde patrimônio se encontra, a partir de um reconhecimento da sua importância para memória coletiva ou mesmo afetiva da comunidade, possa buscar junto ao poder público torna-lo um patrimônio legal, tombado para melhor sua preservação.

É necessário compreender também que os patrimônios foram produzidos sobre uma perspectiva que atendia a um objetivo no seu tempo "os monumentos e os patrimônios históricos adquirem um duplo estatuto. São obras que facultam o saber e o prazer, colocadas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, embalados e difundidos tendo em vista seu consumo" (CHOAY, 2014, p. 126). Ao pensar estratégias de preservação não se pode esquecer que refletir sobre sua produção, deve-se contextualizar sua construção e uso, e apresentar uma crítica reflexiva sobre ele.

No Brasil que se inaugura com a colonização portuguesa, um processo de naturalização das diferenças se expressou ao longo dos anos através das desigualdades de oportunidades experimentadas pelos indivíduos e grupos como atributos étnico-raciais distintos [...] Ao refletirmos sobre a produção dos últimos quinhentos anos da história do Brasil, necessitamos repensar essa naturalização do referencial europeu como aquele que nos orienta para atribuir imagens de quem somos, pois essa foi a tônica do jeito como fomos construindo nossa ideias de nação brasileira (GIL & MEINERZ, 2017, p. 19).

O referencial europeu no Brasil ainda é muito explícito, foram mais de trezentos anos de domínio territorial, assim nos patrimônios oficiais, tombado pelo IPHAN como patrimônio material, apresentam referências e valores europeus. Hoje, existe um movimento de decolonialidade muito forte, inclusive no Brasil, para repensar ou ressignificar os patrimônios coloniais, é importante que a população não veja patrimônio como apenas sendo algo que representa a elite europeia, mas que possa ver no patrimônio tombado o conhecimento de outros povos, que no período colonial eram vistos como subalternos, que também encontrem nos patrimônios arquitetônicos o conhecimento e a força de trabalho que não representam com exclusividade a Europa. Nesse sentido, a população pode pensar em conviver com o patrimônio como a ideia de pertencimento, ele pode ser reivindicado como objeto importante na sua identidade.

Outro conceito que precisa ter uma emergente significação é o conceito de local, na História, a produção sobre os eventos locais, se apresenta como sendo tratado de uma maneira inferior no universo acadêmico por alguns profissionais, se comparada ao que se classifica como história nacional ou internacional, parece que as narrativas produzidas pela História são apresentadas numa ordem de importância sobre o que é notório ou não pesquisar para esse grupo na academia.

Nessa perspectiva, a História Local pode aparecer próxima as suas narrativas da história dos patrimônios, percebo isso na História Local apresentada na cidade de Icó. No entanto, é preciso compreender o que representa esse conceito de local. Bittencourt (2008, p. 169) ao afirmar “a questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local”, ela nos apresenta um conhecimento histórico como essencial, o conhecimento da nossa própria história, ela também nos remete o quanto esse conhecimento está interligado aos conceitos de memória e identidade, sendo uma proposta que privilegia um ensino com significado para os educandos e a comunidade.

A Histórica local pode apresentar uma narrativa que tem o poder de envolver os sujeitos e permitir que esses se reconheçam como parte da história, conforme ressalta Samuel (1990, p.221) “A história local tem também a força popular, tanto como uma atividade quanto como uma forma literária”, ao ser uma força popular ela consegue entrelaçar o conhecimento ao mundo de toda a comunidade, mobilizando seus interesses.

Pensar o local como um lugar de produção de conhecimentos histórico se apresenta como uma necessidade urgente para as pesquisas sobre as narrativas históricas, a História Local não é um conhecimento separado o mesmo distante das outras abordagens históricas. Para Bhabha (1998) o local é um lugar de fronteiras, essa ideia é muito interessante, pois geralmente ao construir as narrativas, se escolhe um território demarcado como limites. No entanto, Bhabha (1998) identifica que os limites não existem para separar o que é ou não cultural, ele serve de ligação entre os conhecimentos.

Ao abordar História Local e Educação Patrimonial é essencial que se trabalhe narrativas que permitam os sujeitos refletir sobre a História e identificar o contexto vivenciado nas diferentes épocas. Para produzir essas narrativas o professor precisa fazer uso de pesquisas e levar esse universo para os educandos, para que a não seja apresentada apenas uma reprodução memorialista que enaltece um passado colonial. O patrimônio conta uma história, mas essa história não pode ser única ou mesmo passível de plena aceitação, como Samuel (1990) apresenta, todas as fontes devem ser questionadas, não apenas na História Local, mas em qualquer corrente historiográfica.

A partir do patrimônio e da História Local da cidade de Icó, uma cidade localizada na região centro sul do estado do Ceará, procuro aplicar os conceitos desenvolvidos por Bhabha (1998) sobre local e analiso a proposta para o ensino de História Local.

Em Icó, sua história se encontra num lugar de fronteiras (Bhabha, 1998). Desde do último quartel do século XVII, como a chegada dos portugueses, o local passou a ser palco de disputas, uma verdadeira imposição eurocêntrica e etnocêntrica se fez presente. A coroa portuguesa, distribuiu as sesmarias a famílias que se apropriaram da terra, e tentaram forçar os nativos ao trabalho escravo, bem como aculturá-los posteriormente em um aldeamento. E posteriormente os portugueses irão “desenvolver o local” através do uso do trabalho escravo africano,

adotando novamente uma prática cultural etnocêntrica, que irá perdurar até o final do século XIX.

A imposição europeia imposta aos nativos e aos africanos, não irá exterminar a cultura desses povos. Icó, durante o período colonial e imperial, é palco de um cenário de multiculturalismo, onde a cultura imposta não irá se manter pura, pelo contrário, ela irá absolver elementos da cultura dos nativos e também dos africanos. No entanto, na narrativa histórica os dominadores, eles irão tentar demonstrar que “venceram”, irão privilegiar sua abordagem, impondo como única.

Em Icó, a imposição europeia, vai perdurar no século XX, onde mesmo com o enfraquecimento político e econômico da cidade, os patrimônios vão ser preservados e a História a ser contada não vai identificar Icó, como um lugar de fronteiras.

O enfraquecimento político e econômico contribuiu para a preservação de grande parte do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade. A nova área de expansão urbana surgiu a leste do rio Salgado, poupando o núcleo histórico de maiores alterações. Uma das suas características é o traço determinante do urbanismo colonial da região: a implantação da cidade, apesar de dependente, de “costas” para o rio Salgado, afluente do rio Jaguaribe. Seu valioso acervo arquitetônico encontra-se conservado, em sua maior parte, apesar da descaracterização na paisagem, testemunho da ocupação do sertão nordestino (BRASIL, 2022, p. 30).

O processo de enfraquecimento político da cidade, conforme cita os documentos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), contribuiu para a preservação da arquitetura colonial da cidade de Icó. A partir de 1970 o IPHAN iniciou as visitas técnicas dos representantes do órgão com objetivos de tombamento. A princípio em 1975 foi tombado a Casa Câmara e Cadeia e, em 1983, o Teatro da Ribeira dos Icós. Por fim, em 1997 foi tombado um conjunto de 48 quadras, como sítio histórico. O patrimônio arquitetônico do Icó é visto com grande destaque, visto a localização da cidade, a arquitetura presente na cidade costuma ser encontrada no litoral brasileiro e não no interior.

No contexto histórico na qual a cidade de Icó-CE, encontra-se inserida é importante refletir sobre as narrativas apresentadas em torno dos patrimônios do sítio histórico, a população precisa se reconhecer para de fato desenvolver um sentimento de identidade ou pertencimento com tal bem. Mas como apresentar uma narrativa que contribuir para o reconhecimento nesses monumentos edificadas, definidos por Fonseca (2003) como de pedra e cal?

Para responder tal questionamento é importante inserir a História Local e a Educação Patrimonial o conceito de memória, Burke (1992) caracteriza a memória como uma fonte histórica na medida em que ao serem externadas possibilitam saber o que é recordado, elas ainda podem se constituir fenômenos históricos, seria caracterizada como a história social da recordação. Esse exercício de recordação realizado pela comunidade de Icó, pode contribuir para uma narrativa que considere no patrimônio as vivências das pessoas, suas memórias e suas histórias.

Ao envolver as memórias da comunidade na história do patrimônio, pode-se despertar um sentimento de identificação, sentimento esse que com objetivo de estimular o interesse pela preservação do patrimônio histórico por estabelecer vínculos sociais. Ao produzir esses sentimentos, e fazer uso da memória nos patrimônios a narrativa histórica apresentada na História Local e na Educação Patrimonial oferecida à população icoense será de inserida numa linha que busca privilegiar as vivências de todos sujeitos históricos. Diferente da narrativa eurocêntrica, que reproduz apenas a visão do colonizador que dominou a região e deixou sua história registrada através de monumentos, as narrativas que envolvem memória e identidade seguem uma abordagem que olhar para diversos sujeitos que tem sua história conectadas com tal patrimônio.

Na perspectiva de um ensino de História do Lugar e Educação Patrimonial significativos, surge a necessidade de usos dos conceitos de memória e identidade, durante as aulas através de uma narrativa que reconheça e valorize esses patrimônios como pertencendo a população que convive com eles e estão ou estiveram em torno deles nas diferentes épocas. Para isso, é importante que nós professores busquemos apresentar nas aulas de História, narrativas decolonial, para a História Local e dos Patrimônios da cidade de Icó, não podemos reproduzir apenas as narrativas com o referencial europeu, mas todos os povos que viveram na cidade devem ser referências de saberes e culturas. Assim acredito, que a relação com o patrimônio poderá se desenvolver numa perspectiva de identidade, de vínculo social e pertencimento.

2.1 – Conceituando o Local como um Lugar de Cultura a partir de Homi Bhabha

O “direito” de se expressar a partir da periferia do poder e do privilegio autorizados não depende da persistência da tradição, ele é alimento pelo poder da tradição de se reescrever através das condições de contingencia e

contraditoriedade que presidem sobre a vida dos que estão “na minoria” (BHABHA, 1998, p. 21).

O direito de expressão é uma conquista revolucionária advinda da Revolução Francesa. Pensado e idealizado pelos iluministas, Voltaire, já previa que direito seria base de divergências, mas mesmo com oposição e discordância que esse direito traria aos grupos sociais, ele defendia que todos pudessem usufruí-lo. Mais de dois séculos após a conquista dos direitos sociais, a liberdade de expressão continua sendo objeto de divergências. No cenário de pós – verdade, atualmente a liberdade de expressão representa um campo de disputa e até mesmo é utilizada como justificativas para a negação da verdade.

É como se o mundo se encontrasse inserido num dualismo antagônico constante, as ideias e expressões representam visões distintas e Bhabha (1998) capta essa essência dualista para apresenta suas ideias sobre a produção de cultura.

Alguns autores são referências quando pensamos o que representa a cultura, eles podem nos apresentar conceitos e reflexões sobre o tema que amplia nossos conhecimentos, um deles foi me apresentado recentemente, Homi Bhabha. Ao ser apresentada ao livro “O Local da Cultura”, fiquei impressionada com os conceitos e ideias defendidas pelo autor, sua dupla nacionalidade indiana-inglesa, lhe permitiu apresentar conceitos importantes e na contra mão do que nos é apresentado sobre a cultura. Se posicionando a partir de uma teoria pós-colonialista⁹, Bhabha compreende a cultura através do hibridismo, situando nessa divisão bipolar entre colonizador e colonizados. Nesse sentido, é possível compreender, a partir das reflexões de Bhabha (1998), que não existe um centro produtor de cultura.

As ideias apresentadas por Bhabha são uma proposta para cultura a partir da diversidade cultural ou multiculturalismo, o multiculturalismo é a inter-relação de várias culturas em um mesmo ambiente. Também pode ser apresentada como um fenômeno social que está relacionado com a globalização e as sociedades pós-modernas. É comum encontrarmos autores que apresentem a defesa de uma identidade cultural como sendo uma particularidade única de um grupo, como se existisse uma ideia de cultura pura, algo como sendo próprio em cada grupo. Para

⁹ Pós-colonialismo é um conjunto de teorias que buscar refletir sobre os efeitos políticos, filosóficos, artísticos e literários deixados pelo colonialismo tanto nos países colonizados quanto nos colonizadores, mesmo que compreendendo que as sequelas se apresentem de maneira mais intensa nos colonizados.

Bhabha, essa ideia é praticamente impossível, pois as culturas que se encontram ao redor do grupo irão interferir, influenciar e contribuir na formação cultural desse grupo.

Podemos compreender o multiculturalismo (GROFF; PAGEL, 2009) como conceito amplo, que procura incluir a diversidade de grupos sociais que vivem relações de disputa/luta na sociedade, oposição e consenso, e isso em busca de conquistas e reivindicações para fins de evitar as mais diversas formas de opressão, exclusão e dominação. Os grupos sociais também estão em busca de reconhecimento de suas particularidades com base na pluralidade de valores e diversidade cultural existente no seu lugar.

O cenário vivenciado desde meados do século XX, nos põe numa posição de polaridade, capitalismo versus socialismo, colonizadores x colonizados, esquerda x direita, norte x sul entre outros, um dualismo que segue também para o lado histórico cultural, embora esse seja inalcançável graças a globalização (BHABHA, 1998). Nessa perspectiva, tudo aparece com demarcações próprias e cheio de fronteiras.

A diversidade cultural é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados, mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou de cultura da humanidade. A diversidade cultural é também a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única (BHABHA, 1998, p. 63)

As reflexões sobre cultura ou não cultura sempre foram motivos de debates na sociedade, elas podem ser restritas ou apresentadas como a existência de uma cultura única, um modelo pré-estabelecido por algum grupo social que se apresenta como detentora do conhecimento a ponto de suas ideias serem o referencial para impor seu padrão aos demais grupos existentes. Iremos iniciar nossa reflexão nas ideias de Bhabha (1998) a partir do que é cultura e como ela pode ser apresentada na sociedade? Assim, depois de pensar sobre como conceituar a cultura podemos procurar entender a questão do local, como um lugar de cultura e produção dos conhecimentos históricos.

A cultura sempre foi apresentada como uma ideia de herança social, construída a partir de relações em grupo. Bhabha (1998) a apresenta numa perspectiva híbrida, para ele a cultura se forma a partir de misturas em grupos que se

caracterizam como polos antagônicos, nessa perspectiva os grupos não tem uma cultura única, mas sim uma diversidade cultural. Nesse cenário de diversidade cultural, as ideias de cultura pura são eliminadas, pois compreendemos que as ideias daquilo que representam um grupo, ou mesmo que os caracterizam, não são livres de influências ou heranças adquiridas no convívio com outros grupos, mesmo que esses outros grupos sejam adversários e lutem numa busca de aculturação.

A partir do lugar, vários elementos culturais podem se apresentar para representar um grupo, na cidade Icó no interior do Ceará, as representações culturais estão situadas na sua História e no seu patrimônio arquitetônico. A cidade busca apresentar o seu lugar de maneira particular, sem o reconhecimento da diversidade de elementos e povos formadores da sua cultura. Icó, tenta mostrar uma História pura, até certo ponto única, deferente de todas as outras cidades do interior nordestino.

A ideia de uma cultura única, particular de um grupo se manifesta na defesa de uma História coletiva, de um discurso que traz a identidade cultural do lugar como objeto de luta. Quando se fala em identidade cultural, é algo que deve ser compreendido como algo construído a partir da vivência de um grupo no lugar. Bhabha (1998), conceitua o lugar com espaço de fronteiras, ou seja, um espaço que apresenta demarcado, porém situado entre outros lugares, com ligações entre todos.

Moro na cidade histórica, de Icó-CE e, desde a escola, me foi apresentado um discurso ufanista, na qual a história da cidade era motivo de orgulho e grande admiração por ter sua História e tradição preservada através do patrimônio edificado. A crítica que identifico no discurso apresentado é a falta de reflexão do patrimônio e da cultura representada nesses patrimônios ao longo da minha formação escolar, bem a defesa desses artefatos como sendo próprios ou únicos da nossa comunidade.

A função identitária desses lugares fica explícita, na definição que é dada a eles pelo historiador: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer (CANDOU, 2011, p. 157).

Ao observar as reflexões de Candou (2011) identifico uma das funções identitárias do patrimônio de Icó, que diz respeito a enaltecer a História da cidade e identificar a cidade como centro cultural nos períodos colonial e imperial da História do país, graças ao desenvolvimento econômico e social, assim como também pela presença de europeus na cidade.

Ao pensar nos elementos simbólicos de Icó, somos quase sempre, direcionados a olhar para o patrimônio edificado, aos casarões, as igrejas, ao teatro, ao grande mercado e outras obras construídas no período colonial brasileiro. Esse patrimônio rico em sua arquitetura necessita ser um elemento simbólico para a identidade dos moradores da cidade.

Também identifico um distanciamento dos moradores da cidade com o patrimônio por falta de elementos comuns na história de ambos. Assim, seria necessário transformar esse patrimônio edificado no que Candou (2011) denomina patrimônio da memória. E talvez ao parar com o discurso que o patrimônio ou nossa história é importante e deve ser representada somente porque é única e diferente das outras cidades ao nosso meio, nos permita realmente desenvolver uma identidade cultural do lugar.

O privilegio de acreditar que desenvolvemos uma cultura única ou própria, separada do resto do mundo, não leva em conta o atual cenário da globalização, que nos insere num mundo totalmente interligado, principalmente graças à internet, as trocas de informações cada vez mais rápidas, na verdade elas hoje são instantâneas, e estão interferindo cada vez mais na nossa vida. É estranho não reconhecer como esse contexto muda nos conceitos de cultura e também de identidade. Além desse cenário de globalização, ainda nos deparamos com as mudanças na produção do conhecimento.

Os “limites” epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes até dissidentes – mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidade policiadas (BHABHA, 1998, p. 24).

Assim como nas reflexões de Meneses (2023):

A cultura diferente não é tomada a sério, e sim como uma diversão dos espectadores que a consomem: e quase sempre as imitações da cultura popular criam personagens cômicos, o que vale dizer que, no fundo, considera-se a cultura alheia hilariante ou ridícula. Isso ocorre desde os fabulosos relatos de viajantes e missionários, passando pelo indianismo romântico de Gonçalves Dias, até as butiques de arte indígena da Funai, as novelas da TV como Aritana e culmina na indústria turística em que o dinheiro suscita contrafações da cultura popular “para inglês ver” (MENESES, 2023, p. 21)

O etnocentrismo perdurou muito tempo no centro da produção do conhecimento, da cultura e da história. Ele ainda é influência e referência nas

sociedades ocidentais, a cultura de grupo se apresentando como superior aos demais grupos, em alguns momentos o outro aparece como hilário ou ridículo. Assim também existe na História, essa visão etnocêntrica nos currículos, porém é importante pensar que o conhecimento, como enfatiza Bhabha (1998), acontece nas fronteiras, e essas fronteiras nos liga a Europa, e ao nosso próprio local, como a outros grupos em diferentes locais.

As fronteiras como apresenta Bhabha (1998) reconhece as ligações existentes entre o lugar e os outros lugares onde se encontram. Em Icó, ainda existe na sua história uma presença etnocêntrica muito forte. A presença europeia é evidenciada ao contar a História Local, ao apresentar os patrimônios da cidade e também ao evidenciar a cultura local. Falta identificar o Icó, como um lugar de fronteira, e evidenciar sua história numa perspectiva híbrida, e não apenas etnocêntrica.

Nesse conceito de fronteira, compreendemos que ele não serve para separar, mas sim para interligar, para produzir conhecimentos, além da linha que nos divide. Assim, num mundo polarizado pelos antagonismos refletido principalmente nas diferenças, precisamos reconhecer que aquilo que se encontra além, também exerce influência e faz parte da nossa formação pessoal e profissional.

Existe uma pressuposição prejudicial e autodestrutiva que a teoria é necessariamente a linguagem da elite dos que são privilegiados social e culturalmente. Diz-se que o lugar do crítico acadêmico é inevitavelmente dentro dos arquivos eurocêtricos de um ocidente imperialista e neocolonial (BHABHA, 1998, p. 43);

Defender tal ideia, que apresenta a Europa como centro produtor de conhecimento, nos remete ao passado colonial, onde esse continente exercia através da colonização uma imposição cultural aos povos colonizados. É surpreendente que ao evidenciar a influência europeia na sua história, Icó, crie uma falsa perspectiva de elite, onde sua narrativa histórica exalte o passado da cidade, pela forte presença do colonizador, e por sua exploração das riquezas da terra através da dominação de outros povos. Ainda hoje, na cidade, existe a ideia de Icó, representar uma elite social e cultural no Estado por ser uma cidade com característica colonial.

No entanto, estamos vivenciando o mundo pós-colonial, onde admitidos que as sociedades ora tratadas como culturas inferiores são locais de produção do conhecimento, da cultura e da sua própria história. Então, não se pode admitir

classificar os locais, definindo onde existe ou não produção cultural, qual é mais ou menos importante. Considerar o eurocentrismo com ideias de grupos culturalmente superiores e referências para o mundo, é uma ideia ultrapassada sobre mundo e produção cultural.

A cidade de Icó, é um lugar de cultura, mas não por representar somente uma elite europeia que residia na cidade no período colonial. A cultura diz respeito ao lugar e as diferentes relações existentes nele. Em Icó, os europeus não eram os únicos na cidade, os patrimônios não foram construídos somente por eles, sua história Local não pode ser reduzida ao eurocentrismo. O que falta a Icó, é se reconhecer como um lugar de cultura pelas relações entre os diferentes povos, colonizadores e colonizados.

As grandes metrópoles estiveram como centro e referências culturais para o mundo por muitos séculos. Roma, Londres, Paris, entre outras que “iluminavam” o mundo com o que produziam, suas práticas eram enxergadas como modelo de civilidade, a tal ponto que os outros povos eram denominados bárbaros por essas cidades que se apresentavam como civilização. Ao surgir a História como ciência, em meados do século XIX, podemos observar que a disciplina adotou o caráter eurocêntrico como valorização dos conhecimentos sobre os eventos grandiosos do continente europeu.

A História, também foi utilizada no século XIX como um instrumento para unificar grupos, como ocorreu no processo de unificação da Itália e Alemanha: era missão da História contribuir para o desenvolvimento do nacionalismo, assim como reforçar as ideias que pudessem justificar as políticas imperialistas, principalmente na África e Ásia. Uma História única que promovesse a unidade do grupo, através de uma coletividade também foi um dos instrumentos no surgimento das grandes guerras do século XX. Bhabha (1998) sobre a História ser apresentada com papéis de justificativas para atos de dominação, ele identifica que as linguagens que se adota nos discursos são responsáveis nesse processo.

Estou convencido que, na linguagem da economia política, é legítimo representar as relações de exploração e dominação na divisão discursiva entre o Primeiro e Terceiro Mundo, entre Norte e Sul. Apesar das alegações de uma retórica espúria de “internacionalismo” por parte das multinacionais estabelecidas e redes de indústrias da tecnologia de novas comunicações[...] (BHABHA, 1998, p.44).

Existe uma retórica de defesa da exploração através da linguagem econômica adotada pelos países desenvolvidos sobre os países chamados “em desenvolvimento ou subdesenvolvidos”, que se aplica também a questão cultura. No discurso apresentado por eles existe a defesa da apropriação cultural através do que chamam internacionalismo, e assim os trabalhadores vão sendo obrigados a se adaptar nessa perspectiva e abandonar suas práticas culturais. Isso pode se observar sobre a influência do ocidente sobre o oriente, onde as práticas orientais são vistas como retrógradas, sem valor no mundo atual para a maior parte da população mundial

Nesse sentido, como pensar em preservar a cultura “local” frente a invasão dos países “civilizados”? Existe possibilidades de sobrevivência para a cultura local? Numa perspectiva de cultura local pura, não, pois essa está inserida num contexto de exploração e apropriação das suas práticas em favor do lucro das multinacionais, mas reconhecendo o hibridismo e valorizando como as influências além das fronteiras que nos atingem, podemos escrever nossa história e manter nossa cultura.

A pergunta “O que deve ser feito?” tem de reconhecer a força da escrita, sua metaforicidade e seu discurso retórico, como matriz produtiva que define o “social” e o torna disponível como objetivo da e para ação. A textualidade não é simplesmente uma expressão ideológica de segunda ordem ou um sintoma verbal de um sujeito político pré-dado (BHABHA, 1998, p.48).

Pensar na escrita como uma força salvadora capaz de impedir a aniquilação das explorações dos países dominadores no mundo atual, nos permite refletir como ocorreu a apropriação cultural no nosso país com a chegada dos portugueses a partir de 1500, será que o processo de aculturação teria sido menos devastador se as civilizações aqui território tivessem um sistema de escrita? O que Bhabha (1998) nos apresenta como reflexão é que a escrita, a textualidade, o registro podem representar uma forma de luta, mas não existe garantias quando o encontro cultural apresenta um julgo desigual, principalmente como no caso das civilizações pré-colombianas existentes no Brasil.

Construída numa perspectiva etnocêntrica e eurocêntrica a História Local da cidade de Icó, vislumbra uma falsa ideia que elite cultural venceu, e a cidade segue apenas numa narrativa que enaltece os colonizadores. Ao inserir as ideias de Bhabha (1998), podemos perceber que essa perspectiva é limitada, e não atende a realidade da cidade, que não se reconhece nessa narrativa eurocêntrica e nem encontra

elementos para estabelecer relações de pertencimento com o patrimônio da cidade e nem com a História Local.

Nos questionamentos apresentados por Bhabha (1998) é importante que o saber, o conhecimento de tudo aquilo que se encontra inserido no Local, seja transformado em político, a tal ponto que isso seja objeto de estudo e luta, principalmente através do discurso. Trata-se de crer que existe um significado importante, portanto se faz necessário para que seja preservado e para convívio social em torno de verdade pública, não se trata de algo exclusivo, mas sim algo coletivo que exerce influência sobre todos.

Sobre o convívio social Pollak (1992) faz uma ligação sobre a memória e a identidade:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros (Pollak, 1992, p.5)

A representação que a memória e a identidade apresentam é uma construção, mesmo quando essas são coletivas em torno da história do lugar, não podemos crer que ela foi herdada tal como se apresenta na vida dos sujeitos, em especial nos seus discursos, pois elas se apresentam a partir da relação que existe entre os sujeitos e o sentido que se é atribuído individualmente e coletivamente às imagens. Nessa perspectiva, ainda deve existir uma linguagem da crítica a ser desenvolvida.

A linguagem da crítica é eficiente não porque mantém eternamente separados os termos do senhor e do escravo, do mercantilista e do marxista, mas medida em que ultrapassa as bases de oposição dadas e abre um espaço de tradução: um lugar de hibridismo, para se falar de forma figurada, onde a construção de um objeto político que é novo, nem um e nem outro, aliena de modo adequado nossas expectativas políticas, necessariamente mudando as próprias formas de nosso reconhecimento do momento da política (BHABHA, 1998, p. 51).

A linguagem é uma constante para Bhabha (1998), pois ela apresenta um discurso. E, para ele, os discursos, principalmente quando apresentam críticas, devem se deslocar para refletir sobre algo, mesmo que eles sejam tratados como

antagônicos, eles não devem ser separados, mas tratados numa abordagem de coexistência, sendo a ideia principal o hibridismo¹⁰.

Nessa perspectiva é importante refletir sobre como a linguagem crítica se apresenta nos nossos discursos, geralmente costumamos apresentar as diferenças existentes e não identificar o elo de ligação, o hibridismo proporcionado pela coexistência no mesmo espaço. Em Icó, existe a necessidade de inserir na História Local elementos que pertencem aos povos que habitaram a cidade no período pré-colombiano, e também no período colonial e imperial.

Não se tratar de anular a presença cultural europeia da cidade, mas de expandir para atingir todos os habitantes, reconhecendo a formação cultural numa perspectiva híbrida, construída na fronteira que era a cidade no seu período de formação e também no tempo presente. Seria uma luta para reconhecer mais de uma presença étnica e um projeto além do eurocêntrico para História Local.

Em locais onde a História apresenta espaços de luta é comum identificar que as narrativas dos dominadores se sobrepõem sobre as dos demais grupos, na qual esses últimos lutam para apresentar seus discursos. Existe um campo de disputas no qual cada grupo evidencia suas produções de forma separada, como se não fosse possível elas coexistirem no mesmo espaço ou mesmo se interligarem para contar a história local. O hibridismo, assume uma perspectiva histórico cultural de reconhecer a coexistência de diferentes narrativas, e que essas assumem naturezas multiculturais, o hibridismo também representa uma ameaça a grupos de dominadores que impõem sua cultura sobre os povos.

A existência do hibridismo cultural é na verdade o reconhecimento que num mundo ainda polarizado, com divisões acentuadas entre polos, a cultura perpassa por entre os polos, e assim a ideia de dominadores se impondo sobre os povos que se encontram subjugados é substituída pela ideia de que esses povos não tiveram sua cultura aniquilada, mas transformada pela convivência em práticas culturais híbridas, com a perspectiva de manter registrada sua essência, mesmo nos diferentes espaços de coexistência.

¹⁰ Característica daquilo que provém de naturezas distintas. Falta de normalidade; ausência de proporção ou simetria; hibridez. Para Bhabha, o hibridismo é uma ameaça à autoridade cultural e colonial, subvertendo o conceito de origem ou identidade pura da autoridade dominante através da ambivalência criada pela negação, variação, repetição e deslocamento. É também uma ameaça porque é imprevisível.

Em tal temporalidade discursiva, o evento da teoria torna-se a negociação de instâncias contraditórias e antagônicas, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetivos e entre a teoria e a razão prática política (BHABHA, 1998, p. 51).

O primeiro passo sugerido pelo autor na temporalidade discursiva encontra-se justamente em um estado de negociação, seria como um interligar das instâncias contraditórias e antagônicas, isso através de reconhecimento da ligação histórica existente entre o sujeito e aquilo que é objeto de sua crítica. Dessa maneira Bhabha (1998) acredita que os discursos produzidos não serão constituídos de uma crítica simplista, mas sim a partir de uma reflexão da sua vivência.

As reflexões a partir das vivências da comunidade no local, deve produzir um discurso na cidade de Icó, na contramão da Histórica Local apresentada. Nesse discurso, o eurocentrismo ou o etnocentrismo devem ser ressignificados para ser compreendido como elementos que compõe a História da cidade, e que foi imposto ao local, como sendo os únicos. É necessário compreender que a produção desses novos discursos trará uma disputa política em torno da narrativa da história da cidade.

Outro passo importante no estado de negociação é pensar nas nossas referências e prioridades políticas. Ao produzir um discurso, nele vai aquilo que julgamos como prioritário ou essencial para a reflexão. É um espaço de luta de ideias: nossos discursos podem ter véis comunistas, antirracista, feminista entre outros. Assim, aquilo que reproduzimos está centrado numa perspectiva política, sobre o que consideramos importante ou não.

Na História local, a temporalidade da negociação também se faz presente. É comum encontrar um campo de disputa que defende a história local, pura, sem marcas das convivências com outros grupos ou interferências de lugares além das fronteiras. Desta feita, existe uma narrativa construída seguindo uma linha que identifica no lugar a identidade de um grupo construído coletivamente, distante de outras narrativas ou eventos além das suas fronteiras, é como se existisse nessa corrente historiográfica uma constante luta pela sobrevivência.

É possível afirmar que a história local se redefine no contexto das mudanças historiográficas, as quais trazem para a cena novas temporalidades, o interesse pelo cotidiano e por outros sujeitos históricos decorrentes também da atual aproximação e fértil diálogo da história com a antropologia e a geografia como áreas de conhecimento (TOLEDO, 2010, p. 750).

A história local não deve ser tratada como algo isolado ou mesmo um estudo diferente dos outros campos historiográficos. Assim, como os demais ela possui um conhecimento que é necessário na vida dos sujeitos, em especial para sua construção de identidade. É importante pensar que “sua vigilância conceitual nunca permite haver uma identidade simples entre o objetivo político e seus meios de representação” (BHABHA, 1998, p. 53), não existe homogeneidade quando falamos em História ou Cultura, o que temos são objetivos políticos que se apresentam através de representações, porém isso não extermina a ideia de identidade, na verdade só a defende como um objeto construído a partir de práticas culturais heterogêneas. E heterogeneidade não deve se configurar como vitória dos grupos dominadores sobre os dominados, mas sim práticas de coexistências.

Analisando a experiência de Icó, se percebe a correlação com as ideias de Bhabha (1998), especialmente quando encontramos na História dessa cidade, os objetivos políticos evidenciados nas suas representações. Esses objetivos, encontram-se direcionados para representar a elite atual da cidade. Sendo, a sua maioria ainda composta por descendentes da elite do período colonial, e que buscam manter a representação como produtora da cultura da cidade, e também detentora do poder político. Desprezando, dessa maneira, qual outra representação cultural do local, a tal ponto de vê-la como ameaça.

Pode ser um risco pensar no hibridismo como uma ameaça a História Local, visto que na verdade é ao contrário, ele reforça que a cultura dos dominadores / colonizadores não se impõem sobre os povos dominados / colonizados, ela vai sofrer interferência do local onde ela chega. Então, a ameaça existe para a cultura dominadora, pois reconhece que essa não venceu, que ela não está sobreposta sobre as demais, não é superior, e que tem menos influência que a local sobre a vida dos sujeitos.

Quando se pensa o hibridismo como uma ameaça a cultura dominadora, entende-se o risco que o local representa para os dominadores. Então, a partir desse entendimento, é perceptível o desejo de exclusão do outro, de uma ação política que busque eliminar as diferenças para se manter como detentora do poder e referência no espaço cultural. Nessa perspectiva o grupo ocidental ainda sugeriu justificativas como, evolução epistemológica do conhecimento produzido no mundo ocidental pelos grandes impérios europeus.

A narrativa e a política cultural da diferença tornam-se o círculo fechado de interpretação. O outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional. Embora o conteúdo de uma “outra” cultura possa ser conhecido de forma impecável, embora ela seja representada de forma etnocêntrica, e seu local enquanto fechamento das grandes teorias, a exigência de que, em teorias analíticas, ela seja sempre o bom objeto de conhecimento, o dócil cordo de diferença, que reproduz uma relação de dominação e que é a condenação mais séria dos poderes institucionais da teoria crítica (BHABHA, 1998, p. 59).

A diferença no mundo antigo sempre foi tratada com a necessidade de eliminação. Nas guerras a nação adversária não poupava nada que pudessem lembrar os adversários derrotados, pois caso isso não ocorresse, era visto como motivo de fraqueza. Parece que, mesmo com alguns séculos de divisão, os dominadores ainda buscam eliminar os dominados, é uma forma de poder, eliminar a cultura do outro, que apresenta diferenças com a sua própria. Eliminar as diferenças é manter seu local seguro e com garantias de permanência, nesse sentido, ele vai se fechar e continuar a existir por mais tempo.

Talvez, nessa perspectiva de dominação e imposição cultural, o local nem sempre reconheça que é um campo de disputas. Assim, sem o reconhecimento que é objeto de disputa, fica mais fácil aceitar a narrativa cultura imposta dos dominadores, e não buscar o enfrentamento. Em Icó, mesmo sendo uma cidade composta pela grande maioria de pessoas das classes sociais mais baixas, aceita a narrativa história imposta com as representações da elite. Mesmo não se reconhecendo ou se identificando com a História Local apresentada, aceitou essa narrativa como sendo a única do seu local.

É importante pensar que, mesmo que o desejo dos dominadores seja a eliminação das culturas dos povos dominados, isso não irá acontecer somente por imposição política, principalmente se houver uma maneira do local resistir a essa dominação e lutar contra a aculturação.

Ao apresentar a teoria crítica Bhabha (1998), identifica com tristeza o fato de as diferenças não serem tratadas como objeto do conhecimento, contribuindo para uma evolução das instituições que tem como objetos de desejo o saber. Na verdade, existe uma crítica do autor sobre como o pensamento equivocado do trato das diferenças. Na verdade elas são oportunidades de aprendizagem, sociedades que valorizam e respeitam as diferenças são as verdadeiramente evoluídas no campo social.

Nessa perspectiva para o local existe duas abordagens: focar nas diferenças culturais ou na diversidade cultural. A escolha epistêmica será fundamental para aprimorar sua abordagem do conhecimento. Quando o foco está nas diferenças, se pensa naquilo que separa e distancia os grupos sociais, mas quando se foca na diversidade cultural, se observa as influências e contribuições dos grupos nos encontros ao longo do tempo.

[...] devemos rehistoritizar o momento da “emergência do signo”, “a questão do sujeito” ou a “construção discursiva da realidade social”, para citar uns poucos tópicos em voga na teoria contemporânea. Isto só pode acontecer se relocarmos as exigências referenciais e institucionais desse trabalho teórico no campo da diferença cultural – e não na diversidade cultural (BHABHA, 1998, p. 61).

A construção da realidade social se apresenta como uma emergência contemporânea, à medida que os sujeitos são produtores dessa realidade, eles também são responsáveis por apresentá-las. Nessa apresentação construída da realidade social os discursos são essenciais para compreender os projetos políticos para determinado grupo social, não existe neutralidade nesses discursos, eles sempre são construídos com base em jogo de poder e domínio dos grupos existentes.

Assim, é necessário compreender o que Bhabha (1998) caracteriza como diversidade cultural, ou multiculturalismo, como representando as influências existente na formação cultural de cada sujeito. Numa abordagem do local, como sendo um espaço de produção cultural e influência social, é reconhecido sua influência e contribuição para história, economia, cultura e organização social dos grupos. O autor identifica que as linhas que demarcam as fronteiras não separam, mas interligam os conhecimentos e práticas culturais, possibilitando assim uma produção cultural construída através da diversidade.

No local, se produz cultura e essa se transporta para além da fronteira. É como se, na verdade, não existisse essa divisão que limita quando se fala a palavra local, por exemplo, não é cultura local, é cultura, pois é uma produção cultural, assim como não é História Local, é História. Bhabha (1998) nos permite reconhecer que o etnocentrismo colonizador, imperialista não venceu, que o local continua produzir sua cultura e sua história, mesmo reconhecendo a influência exercida pelo colonizador sobre os colonizados. O local produz um discurso dessa influência como crítica a partir da sua experiência de contato nas relações.

Ao refletir o Icó como um local de cultura, não devemos pensar que deva existir uma nova abordagem que vai abolir de vez ou eurocentrismo e o etnocentrismo das representações da História da cidade. No entanto, se pretende pensar numa abordagem que reconheça o Icó como um lugar de fronteiras, identificando e reconhecendo na História da cidade os povos dominados, as representações como objetos do povo simples, distante da elite, mas que convive com o patrimônio e se relaciona com ele. Trata-se de identificar o colonizador e os colonizados na História Local.

2.2 – A História Local como objeto de aprendizagem para o Ensino de História

As definições e representações sobre a concepção de História Local, atualmente, ainda são bastante conflitantes e requerem muitas discussões. Um dos motivos é a utilização do termo de forma genérica e as várias representações teóricas ao redor do mundo, que findam rompendo com o fato de que a História Local é puramente linear e não generalizante, o que ocasiona alguns conflitos¹¹. Porém, há um consenso comum entre historiadores da área: a história local toma forma e sentido através das transformações sociais e dos contextos históricos específicos nos diferentes espaços, onde ela encontra-se inserida.

É partindo dos acontecimentos locais, das transformações e dos contextos específicos, que as construções de sentido iniciam e refletem na história global e, por consequência, apresentam diferentes representações e dão importância para o campo de estudo da História Local. Os resultados dos diferentes eventos históricos e seus moldes, rompem muitas barreiras preexistentes e que muitas vezes são desconhecidas. A História Local, ultrapassa as fronteiras pré-existentes no espaço da sua produção.

Diante disso, compreendendo a importância de conhecer e reconhecer onde e como se vive, o ensino de História Local proporciona ao aluno a capacidade de se perceber enquanto sujeito histórico passível de mudanças, isso colabora para os educandos refletirem os moldes sociais que estão inseridos. Como dito anteriormente, a história local se transforma e é representada – por causa das

¹¹ Os conflitos na História Local podem aparecer quanto ao recorte geográfico, ou quanto a abordagem historiográfica, principalmente por críticos sugerirem uma série de críticas as fontes nessa linha de pesquisa.

inúmeras mudanças – de diferentes maneiras, ou seja, o sujeito sempre estará com novas perspectivas e interpretações sobre o eu e o espaço em que está inserido. Para Figueira e Miranda (2012) a concepção da história local se apresenta como um conhecimento de produção num espaço específico, “A história local refere-se ao conhecimento histórico da perspectiva local enquanto objeto de conhecimento e como espaço de referência para o conhecimento (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 115).

Podemos evidenciar uma via de mão dupla: ora o conhecimento da História Local age como objeto de conhecimento, ora como espaço de conhecimento para os educandos, ou seja, a história de uma região pode ser o objeto a ser estudado por uma turma ou pode, ainda, ser um espaço de referência, como, por exemplo, os patrimônios que podem colaborar para uma compreensão do meio na qual estão inseridos. Nesse contexto, um estudo bem elaborado da História Local, pode auxiliar um indivíduo ou um grupo no processo de preservação/valorização da cultura ou história do local, isso quando se apresenta numa perspectiva que valorize a memória dos sujeitos na comunidade.

É através do ensino da história local que se inicia a superação dos obstáculos que barram o conhecimento do passado e o presente. Isso porque, a aprendizagem histórica, através da capacidade de preocupar-se com a vivência mais próxima da realidade social local, estabelece uma relação entre o indivíduo, a sociedade e o meio em que vivem ou atuam. Por consequência, o complexo sistema de interações entre professor e aluno para entender o estudo da história local, além do próprio meio e a sociedade, representa um espaço de reflexão crítica acerca da realidade social e faz referência ao processo de construção das identidades dos sujeitos históricos e seus grupos de vivência.

Embora para muitos pareça ser informativo, existe uma função pedagógica no ensino de História Local, não se pode limitar a vê-la como uma ferramenta meramente informativa e fora de contextualização, uma vez que é primordial entender o valor educacional, social e a capacidade de transformação do indivíduo e do meio através do ensino. Sobre isto Bittencourt (2010) nos diz que:

A história local está intimamente ligada a história do cotidiano, ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram desse entrecruzamento de histórias, tanto no presente como no passado (BITTENCOURT, 2010, p.50).

Ao considerar a história local como um meio para estudar diferentes contextos, muitos aspectos precisam ser levados em consideração. Como colocado por Bittencourt (2010), não se trata apenas de ilustrar superficialmente uma ligação entre história e pessoas, trata-se, na verdade, de uma relação intrínseca entre história e construção de uma sociedade. Essa relação acontece diariamente porque um não existe sem o outro, logo, os grupos sociais, dia a dia se constroem e precisam da memória para compreenderem o passado e o presente. Isso se prontifica ao entendimento não apenas da cidade ou bairro ao qual os indivíduos ou os alunos pertencem, mas movimentos e dinâmicas sociais que ali ocorreram e que geram memória individual/coletiva do lugar em questão.

Muitas problemáticas podem surgir se o ensino da História Local não for efetivado de maneira coerente, isso relacionado aos objetivos da proposta de ensino. Não compreender objetivos da aprendizagem desse componente curricular, pode levar os educandos ao despertar o interesse pelo conhecimento. É necessário tomar para si uma memória que ajuda a conhecer e reconhecer muitos aspectos do presente. Essa preocupação de refletir sua funcionalidade e de não a perceber somente como objeto de decorar datas e acontecimentos existe desde o início dos estudos da História Local. Vejamos alguns pontos importantes a respeito de seu surgimento.

A proposta do ensino de História Local surge através de um movimento norte-americano chamado de Escola Nova¹². Esse movimento não compactuava com os ideais metodológicos tradicionais e lineares que superestimavam o estudo do passado em relação as sociedades contemporâneas e, além disso, criticava o ensino pautado em memorização de acontecimentos e datas. O processo de decodificação de datas e características perdurou por muito tempo, é com o surgimento do ensino através da História Local que há um afastamento dessas concepções.

A respeito da contextualização histórica, Viana (2016) faz a seguinte elocução:

No período que sucedeu entre 1940 e 1950, as mudanças na política educacional que ficaram conhecidas como “reforma Gustavo Capanema” reforçaram a importância de possibilitar ao discente o desenvolvimento do

¹² A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais com a chegada de Vargas ao poder na década de 1930 (Hamze, 2023).

conhecimento histórico local e crítico, bem como, defendiam que os professores precisavam ter autonomia didática para desenvolver a metodologia de ensino da História Local no processo de aprendizagem (VIANA, 2016, p.70).

A partir da década de 1960, o ensino da História Local começa a ser compreendido através de um projeto de integração social, reunindo em sua composição as disciplinas de geografia e história, ou seja, utilizando-se da interdisciplinaridade. Essa abordagem enfatizava o estudo do meio em que os sujeitos sociais estavam inseridos de maneira geral e longe de problematizações. Entretanto, a partir de 1964, os estudos de integração social deram lugar para materiais cívicos e políticos, pois o país estava mergulhado sobre as inconsistências democráticas da ditadura militar, ou na ausência da democracia no Brasil que atingia todos os estudos, mas em especial aos da área de ciências humanas.

Posteriormente, a discussão da inserção do ensino da História Local no processo de aprendizagem retorna com a reflexão madura a respeito de muitos aspectos, dentre eles, o ensino através dos períodos. Muitos profissionais da educação começam a reafirmar sobre a impossibilidade de transmitirem saberes históricos da humanidade em todas as periodizações. Com isso, reprovam a roupagem eurocêntrica da grade curricular do ensino de História e alguns professores iniciam a introdução de conteúdos da História Local e regional. Nessa vertente, o sentimento de pertença e de identidade começa a ser dialogado, uma vez que o ensino passa de um molde de apresentação de datas e características para um formato em que os alunos conseguem relacionar e reconhecer com memórias já ouvidas, experimentadas e relativamente conhecidas dentro e fora do contexto escolar.

Com o processo de reconhecimento de lugar e história, um novo ponto merece ser evidenciado, a identidade. As identidades são construídas através das relações, sejam elas diretas ou indiretas entre os sujeitos e suas interações na construção com a memória. A identidade é construída a partir vivências dos sujeitos, deve existir um reconhecimento que todas as experiências fazem parte da sua formação.

No mais, ela está ligada a memória, já que permite conexões entre estilos comportamentais no âmbito social passado que possibilita atribuir sentido e juízo de valor aos padrões de vida que irão suceder o local de estudo. A identidade se

comunica através de símbolos sociais, construindo sentidos e memórias através de transmutações das esferas sociais. Sobre o estudo da identidade Larrain (2003) descreve:

É um discurso sobre si mesmo ou sobre o grupo na interação com outros grupos, que só é possível por meio de uma estrutura de significados comuns e da linguagem. Estudar a identidade é estudar como as formas simbólicas são mobilizadas para sua construção (LARRAIN, 2003, p.32)

As relações de identidade – individuais e coletivas - são intrínsecas aos sujeitos que as constroem, evidenciando a centralidade e a importância desse elemento na construção e valorização de uma memória social. Assim sendo, é preciso valorizar a identidade dos indivíduos para que os sujeitos possam se reconhecer em sua identidade coletiva/individual. Desse modo, Noudelmann (2010) permite refletir sobre a identidade a partir das relações de alteridade que se concretizam na práxis, pois nela o sujeito se identifica através de um contexto de pluralidade, no conflito de sua própria realidade. Como evidenciado “A práxis individual se integra necessariamente no conjunto das práticas humanas que ela encarna singularmente e que a encarnam incorporando-a” (NOUDELMAANN, 2010 p.123). Entende-se, portanto, que todas as ações individuais se integram a um coletivo e vice-versa.

É importante compreender que as identidades são construídas coletivamente, para Bourdin (2001, p. 35) “Nossa identidade, até a mais individual, é construída a partir de um grupo de pertença.” Nesse sentido, compreendo que as identidades a partir de uma construção, sendo essa coletiva em torno das relações dos sujeitos com o seu meio, o local onde vivemos e com quem convivemos aparece de maneira muito forte na nossa identidade, a sua influência é muito significativa, as memórias produzidas no local geralmente irão perpassar toda nossa existência, pois ajudaram na nossa formação.

Desta feita, a memória está intrinsecamente associada a identidade. Ela também se configura como um importante elemento no estudo da história local, uma vez que transcende os próprios sujeitos através de lembranças, trazendo à tona aspectos sociais mais variados possíveis, tornando possível o entendimento e análise de contextos sociais mais adversos possíveis. Para melhor compreender a concepção de memória, Halbwachs (1990) compreende que o indivíduo que lembra

é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito.

A memória pode ser compreendida a partir Le Goff (1990, p. 51) “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” como elemento essencial na história. Destacando que existe uma diferença, o autor reconhece que a memória é um dos objetos da história e como tal deve ser analisado e construído para uma formação de uma identidade histórica nos sujeitos.

Assim, a escola e as aulas de história são instrumentos importantes nesse processo de construção das identidades. Candou (2011, p. 84) mostra que “as representações da identidade são inseparáveis do sentimento de continuidade temporal”, não podemos desvincular o presente das representações que classificamos como identidade, visto que ela apresenta a necessidade de continuidade, de uma construção inacabada e na escola, principal nas aulas de História devem existir competências e habilidades a serem desenvolvidas que possam fortalecer as representações de identidade dos sujeitos a partir das suas vivências e do seu local.

Nessa perspectiva, a memória é essencial no processo de construção de identidades, através dela os sujeitos vão se formando, valorizando suas vivências e procurando um novo significado para suas experiências. Ao que Debray (1994) nos prontifica;

A memória de um país, da família, das épocas, das instituições integra o conjunto a que chamamos de memória social. Os registros, sejam quais forem, permitem o desenvolvimento da cultura, guardam nossa memória coletiva, o que incide sobre a possibilidade de alterações culturais (DEBRAY, 1994, p. 16).

Desse modo, as memórias contribuem para a formação de novas perspectivas e abordagens sobre o passado, uma vez que estas revelam informações sobre o passado de forma inédita, garantindo assim a permanência de grupos através da “exaltação” ou valorização de sua memória.

Nesse contexto, preservar a memória é também cuidar do meio social em que nós encontramos inseridos. Sobre esse entendimento Leal (2012, p.3) discorre que (...) “a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja na família, na

escola, em um grupo de amigos ou no ambiente de trabalho”. Ou seja, de forma gradativa a memória de um indivíduo vai se construindo através dos inúmeros contextos que ele vivencia ao longo da vida. Há, portanto, uma combinação de diferentes realidades, o que contribui para a permanência de muitas comunidades.

Ao conceber a importância de estudar a História Local, tendo em vista o reconhecimento e apropriação/valorização da memória e da identidade individual e coletiva, se faz necessária estudá-la em sala de aula, como já fora mencionado, um estudo bem arquitetado sobre a disciplina traz benefícios para o aluno e para a sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), datados de 1997, norteiam uma proposta de ensino que desenvolvam nos educandos uma compreensão mais abrangente sobre sua identidade e memória, na verdade essa proposta apresenta a importância de um ensino que contribua na formação dos sujeitos a compreender esses conceitos e assim se tornar cidadãos mais atuantes na sociedade.

O ensino de História Local ampara o entendimento sobre as imediações que cercam o aluno, apresentando as temporalidades como passado e presente. Isso se configura como um elemento plural nos mais variados âmbitos de convivência. A observação da História Local nos PCN's (1997) necessita ter um olhar mais cuidadoso para alguns aspectos estruturais importantes, apesar de ter novos documentos orientados, os PCN's apresentam o estudo da História Local a partir de uma abordagem que valoriza a formação dos educandos de forma integral.

Dentre as inúmeras concepções presentes nos PCNs, no que diz respeito ao saber histórico, pode-se destacar a construção de uma identidade, sendo ela social ou individual, através da mútua relação entre memória e identidade, novamente confirmando o que discutido anteriormente sobre identidade e memória. Percebe-se, portanto, a necessidade de uma inserção da História Local a favor da construção de sujeitos sociais.

Além disso, através dos estudos da História Local, é possível perceber mobilizações que estimulam os estudos dos grupos minoritários e que priorizam elementos que até então eram esquecidos pelo modelo tradicional de ensino. Dessa maneira, intensifica-se a preocupação em superar antigas concepções de História, trazendo a História Local como um objeto capaz de suscitar a diversidade da disciplina para o âmbito escolar.

Os PCNs, na parte introdutória ao Ensino da História, exemplificam a diferença entre o saber histórico escolar e o saber histórico científico. Embora não haja a necessidade de segregá-los, uma vez que ambos se constroem ao mesmo tempo, evidencia-se, nos documentos, a necessidade e a utilidade de adaptar e associar o conhecimento científico para a realidade na prática social dos educandos. Eis as considerações do próprio documento:

Considera-se que o saber histórico escolar reelabora o conhecimento produzido no campo das pesquisas dos historiadores e especialistas do campo das ciências humanas, selecionando e se apropriando de partes dos resultados acadêmicos, articulando-os de acordo com seus objetivos (BRASIL, 1997, p. 29).

Na verdade, o objetivo geral para o ensino de História, segundo os PCN's (1997), é oferecer uma orientação didática, aos professores, para que o conhecimento acadêmico consiga ser reconfigurado na forma de saber histórico escolar, fazendo com que ocorra uma conversão de saberes, propondo uma abordagem que esteja articulada com a realidade social dos alunos, já que são espaços de aprendizagem diferentes, mas que apresentam lugares comuns de todos os indivíduos.

Ao que concerne às competências e habilidades necessárias para trabalhar a História Local no espaço escolar, embora seja quase impossível descrevê-las, devido as suas inúmeras variações, observamos a importância de uma contextualização do conhecimento histórico e do reconhecimento dos alunos como agentes históricos de seu tempo. Tudo isso pode proporcionar um ensino que o aluno aprenda a História, tendo como ponto de referência seu próprio lugar de memória. Ainda assim é preciso refletir sobre algumas questões, sobre isto os PCNs afirmam que:

Reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no seu grupo de convívio escolar e na sua localidade; reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência (BRASIL, 1997, p. 39-40).

Nesse recorte podemos perceber a valorização das pessoas “comuns” que não tem os seus nomes em escritos nos documentos ou mencionados em

“grandes feitos”, no entanto essa sensibilidade adquire um papel importante dentro de um contexto de construção de histórias do cotidiano, uma abordagem que liga diretamente com a realidade do estudante o fazendo perceber as rupturas, construções e desconstruções em relação ao tempo e espaço, buscando um parâmetro da própria realidade em relação a construção de suas vivências.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também discute diretrizes para a inserção do ensino da História Local, o novo documento normatizador da Educação Brasileira, em sua versão final, datada de 2018, se apresenta como

(...) um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p.7).

A BNCC (2018, p.11) afirma que (...) “as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos”, percebe-se que se trata de um documento teórico, e tal afirmação é bem diferente da realidade. Realmente, isso se apresenta de maneira diferente nas escolas brasileiras, os currículos tendem a reproduzir um padrão, muitas vezes seguindo a BNCC. O que a teoria evidencia é que as competências e diretrizes são comuns para todas as instituições, mas os currículos deveriam ser diversos porque os contextos sociais de cada escola são diferentes, logo, os moldes de estudá-los também deveriam representar essa diversidade.

Se nas escolas brasileiras os currículos fossem diversos, o ensino de história local seria posto em primeiro plano pelas instituições. Podemos confirmar isso com duas afirmações presentes no documento:

Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter **base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada apud Brasil, 2018, p.11)

E na citação a seguir:

(...) ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de

cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106 (BRASIL, 2018, p. 11)

Diante dessas colocações, percebe-se que a BNCC se preocupa em demonstrar para as instituições e docentes um conhecimento comum, relegando a uma pequena parte do currículo, competências e habilidades nos estudantes a partir de vivências de cada região. É comum essa pequena parte do currículo que deve apresentar o local, ser esquecida ou desprezada no processo de aprendizagem. Assim, a concepção de ensino da história local, com perspectiva de identidade e memória, muitas vezes pode não ocorrer no espaço escolar.

A construção de uma identidade individual e social, cria ainda mais uma aproximação com a construção da memória local. A memória é um ponto de ligação importante nos estudos quando se fala em ensino de História Local, criando pontes cada vez mais acessíveis a outras histórias, onde a realidade pessoal possa atravessar essa ponte, e ambas conversarem, construindo um diálogo fundamental de tempo e espaço.

O documento, na área de ciências humanas, na disciplina de história, por diversas vezes cita a necessidade de estudar a historicidade dos fatos e relacioná-los com a História Local, como bem pontuado na série do nono ano na seção sobre as habilidades apreendidas: “Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.” (Brasil, 2018, p. 429, grifo nosso). Porém existe uma série de obstáculos que impede que essas habilidades sejam trabalhadas no espaço escola, entre elas o material para tal proposta, a falta de tempo dedicado a pesquisa, o número de aulas por turma, geralmente acima de 40 estudantes. E assim, não é possível desenvolver o ensino de História Local em sala de aula.

Com essas postulações, espera-se que o ensino de História seja através de uma abordagem pedagógica que permita aos educandos refletir, pensar, argumentar e compreender o contexto, deferente de uma abordagem com prioridade somente na memorização de datas e nomes de personagens notáveis. Um ensino que utilize diferentes abordagens pedagógicas e não somente a tradicional, pode formar sujeitos capazes de entender as transformações sociais a partir de seus lugares de convivência. Embora, pareça utópico, e bem distante da realidade,

principalmente na minha cidade, acredito que se tal ensino fosse trabalhado, seria mais eficaz e mais significativo para todos.

O ensino de História Local aparece como nova tendência metodológica do ensino de História. Isso acontece porque há uma aproximação com a esfera real dos estudantes. Entretanto, a disciplina acaba permanecendo vinculada aos anos iniciais e ausente ao decorrer dos anos de escolarização finais, ainda que seja indicada pelos documentos nacionais. Ficamos, portanto, com algumas indagações: se o objetivo da aprendizagem histórica é formar cidadãos que entendem sua memória e identidade, sendo a História Local uma ferramenta para tal, já que dispõe de aptidões para trabalhar com a memória e a identidade, não seria uma controvérsia restringi-la apenas aos anos iniciais escolares?

Com base em algumas lacunas estruturais/metodológicas, é necessário perceber o valor educacional do ensino de História Local de forma qualitativa em progressão, para que o efeito transformador da disciplina não seja apenas uma noção introdutória para os anos iniciais escolares, mas que, na verdade, visem contribuir na formação de um sujeito que valoriza e respeita sua identidade/memória. Proust (1998) nos faz refletir com a seguinte colocação:

Com efeito, a formação dos estudantes em história inclui [...] o ensino de historiografia ou de epistemologia que, através de diferentes abordagens, visa suscitar um olhar crítico sobre o que se faz quando se pretende fazer história (PROUST, 1998, p. 7).

Existe ainda uma visão tradicional que tente separar a História global e as Histórias Locais, como sendo abordagens distintas. No entanto, como nos apresenta Bhabha (1998), o hibridismo nos permite compreender que a cultura e a história acontecem nos diferentes locais. Assim, um ensino de História que apresente o seu local como referência, está seguindo uma proposta que reconhece e valoriza o multiculturalismo.

Portanto, podemos perceber os enfrentamentos teóricos e metodológicos do ensino de História no Brasil, partindo da necessidade de romper com olhares arraigados sobre a História Local e projetar um novo olhar sobre a especificidade histórica, social e cultural. Sobre isso, vejamos, “Trata-se, portanto, de formular uma história local com as referências do processo histórico local e regional de forma a

perceber, tomar consciência e valorizar os seus traços distintivos” (Ribeiro; Gonçalves, 2017, p. 20).

À vista disso, se torna evidente como o papel da História Local juntamente ao conhecimento científico, potencializam a importância social/educacional na formação do educando, fundamentando e aperfeiçoando o estudo e a atividade que valorizam o sujeito e seu envolvimento no processo de formação da sua identidade, bem como reconheça sua memória como fonte de aprendizagem.

A formação da identidade, envolve um processo de contínuo que apresenta as referências de tudo que o cerca e de todas as relações desenvolvidas ao longo da vida. Nessa perspectiva, a memória representa um papel fundamental na formação da identidade, assim como a comunidade, o local e as aulas de História. Trata-se de reconhecer o papel que cada elemento mobiliza nos sujeitos e no seu processo de aprendizagem.

Sendo o papel da história não apenas elencar nomes e grupos coletivo considerados “importantes”, mas se atentar as dinâmicas conduzidas por qualquer grupo social que modifica e dinamiza seu espaço social. [...]; A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não vale a pena esgotar-se para compreender o passado quando nada se sabe do presente (BLOCH, 2001 p.100).

Sendo assim, Bloch (2001) nos auxilia na compreensão de que o tempo histórico é dinâmico. Ou seja, leva em consideração o que se conhece da ação humana na longa duração, em função das fontes ou das linhas de pensamento em vigor. Elas estão sujeitas a transições e novas interpretações coincidentes ao desenvolvimento do trabalho dos investigadores e da disciplina histórica. Partindo do aspecto do ensino, podemos tangenciar suas etapas entendendo a importância de cada uma no processo formador de opinião, desde a seleção de conteúdos até as habilidades que se pretende atingir no processo de ensino aprendizagem. É necessário buscar a devida coerência entre os objetivos e fundamentação pedagógica.

Com isso, o aluno estará construindo um instrumental conceitual que permitirá a identificação das diferenças e de suas formas próprias de realização na História; estará também superando o egocentrismo e o individualismo na compreensão de caráter social da experiência humana (SEE/RJ, 1994, p.77).

Para além de uma construção superficial da História, os educandos necessitam de um ensino prático, que valorize suas vivências e experiências a partir do local. Isso porque, os conteúdos históricos, quando trabalhados de forma sistemática, favorecem a construção do conhecimento através de contextualização e problematização, também fornece aos estudantes uma base de discussão necessária para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para o sucesso da aprendizagem no meio escolar. Os conteúdos, por sua vez, precisam estar de acordo com os problemas sociais que marcam a periodização de cada momento da História, fazendo com que estes ocupem o ponto central no processo de ensino.

Assim, espera-se que os educandos comecem a entender que a disciplina de História, não se traduz a linearidade, como apresentada na visão eurocêntrica, muito menos a memorização, mas sim numa interpretação constante do passado, através de vários entendimentos, de novas óticas, partindo dos interesses de reconstrução de tal, movida pelos interesses que o buscam.

A instrução adequada de metodologias a favor do conhecimento histórico, irá nortear o educando para o aprofundamento e entendimento da trajetória de seu lugar de pertencimento para sua própria História. Desse modo, a História como disciplina se projeta ao auxílio dos sujeitos sociais no que se refere ao entendimento dos processos e agentes históricos. Isso contribui para o desenvolvimento das relações que se estabelecem entre os grupos em diferentes espaços e temporalidades. Sobre o papel da História na construção identitária Zamboni et al (1998) discorre:

[...] o objetivo fundamental da História no ensino fundamental, é situar o aluno no momento histórico em que vive [...]. O processo de construção da história de vida do aluno, de suas relações sociais, situado em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente em sua formação social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva-lhe o sentido de pertencer (ZAMBONI et al, 1998, p.7)

De modo geral, o intuito do ensino de História se traduz no exercício de tentar desenvolver no educando a compreensão sobre a humanidade nos diferentes tempos e espaços, além de tentar compreender o contexto vivenciado e ajuda-lo na formação da sua identidade, contribuindo e estimulando seu contato com diferentes esferas: sociais/culturais. O estudo do cotidiano também se mostra como um valioso objeto para a ampliação das práticas de conhecimento do lugar. Fazendo com que os

indivíduos se identifiquem como sujeitos ativos na transformação de seu meio de convivência. A respeito da história local Bittencourt (2008):

A História do Cotidiano pode ser bastante útil em sala de aula, servindo como suporte fundamental para se reconsiderar o papel dos agentes sociais nas transformações históricas, levar à reflexão sobre a atuação dos sujeitos neste processo e rever concepções de tempo histórico. (BITTENCOURT (2008) apud Silva, 2005, 104).

Podemos perceber o uso da história do cotidiano como uma ferramenta coesa para romper com o ensino tradicional e o uso de periodização clássica, que evidencia a disciplina histórica como progressiva e linear. Assim, o ensino da História cotidiana é visto como uma estratégia válida para romper com as metodologias de ensino tradicionais. Com o ensino da História cotidiana o sujeito é o alvo do dinamismo histórico, como afirma Heller (2018):

Vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (HELLER, 2018, p.17).

Partindo da mesma premissa, Duarte (1998) afirma que “as atividades cotidianas do indivíduo se referem ao conjunto de atividades que caracterizam a representação de cada indivíduo a partir da reprodução da sociedade (DUARTE, 1998).

Diante dessas colocações, é perceptível que o cotidiano – a vivência de cada grupo social - não pode se distanciar da realidade escolar, principalmente porque os alunos devem ser os sujeitos ativos nessa construção. O ensino da História pode se efetivar através das realidades mais próxima dos educandos, como seu local apresentado numa perspectiva de objetivo de conhecimento.

O cotidiano se configura como um elemento que deve ser trabalhado conjunto à realidade social e os processos, e não de maneira isolada, para que este não perca sua aplicabilidade no processo de consolidação do ensino, percebendo sua relação através das vivências com os conhecimentos da disciplina. Diante disso, podemos perceber que o cotidiano, também apresenta um conhecimento, e esse pode se relacionar com os conhecimentos da disciplina de História.

Já em relação as políticas públicas de valorização do ensino de história local, podemos alocar os Parâmetros Curriculares Nacionais e a BNCC como documentos norteadores para o processo ensino aprendizagem no ambiente escolar, sendo estes planejados para trabalhar os mais variados contextos e experiências dos alunos, embora não seja na prática. Conforme os PCNs (2002):

Os estudos da História Local conduzem aos estudos de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais. Classificando-os como mais evoluídos ou atrasados (BRASIL, 2002, p. 52)

Os PCNs afirmam que os estudos da História Local favorecem os diferentes modelos de compreender o presente e as diferentes comunidades, costumes, crenças, etc. Com isso, há uma valorização/preservação da história que ali está instaurada, além de contribuir para identificação da vida cotidiana dos alunos. É possível, ainda, através desses estudos, perceber a transcendência dos valores e costumes de cada comunidade.

Compreendendo tais parâmetros, os professores, incorporam um desafio de interpenetrar as diversas abordagens contextuais para trabalhar com as mais diferentes realidades dos alunos, tornando possível a consolidação e o sucesso do ensino de História Local para favorecer a o enaltecimento das identidades e memória social.

Esse exercício possibilita a recuperação de vivências coletivas e individuais do estudante, implementando de perceber as experiências constitutivas de um contexto histórico mais completo, gerando um conhecimento que, ao ser analisado e reconstruído, contribui para a edificação de seu conhecimento sobre a História Local. Segundo Neves (1997):

A construção do conhecimento a partir da vivência, portanto, do local e do presente, é a melhor forma de superar a falsa dicotomia entre a produção e a transmissão, entre pesquisa e o ensino/divulgação, enfim, entre o saber e o fazer. (NEVES, 1997, p.7)

Em relação ao objetivo do ensino da disciplina de História no ambiente escolar, Bittencourt (2010) destaca a importância do entendimento dos educandos

para as transformações e dinâmicas sociais e como estas estão ligadas ao sentido de sociedade coletiva.

O objetivo da História escolar tem sido o de entender as organizações das sociedades em seus processos de mudanças e permanências ao longo do tempo e, nesse processo, emerge o homem político, o agente da transformação entendido não somente como indivíduo, mas também como sujeito coletivo: uma sociedade, um Estado, uma nação, um povo” (BITTENCOURT, 2010, p.186).

O ambiente escolar acaba sendo o centro primordial para a construção e problematização da consciência histórica. A escola é o lugar responsável por sustentar debates e indagações sobre concepções tradicionais, em sua maior parte, exemplificadas pelos materiais didáticos, e orientações pedagógicas escolares. Também se faz de extrema importância a capacitação continuada de profissionais aptos para a consolidação do ensino de história no ensino médio. Barbosa (2006) nos reporta essa necessidade quando descreve;

A oferta frequente e sistemática de projetos consistentes de formação continuada de professores, no sentido de capacitá-los para a implementação, em sala de aula, de conteúdos, metodologias e novas concepções de aprendizagem que efetivamente abordem a História local e nela a educação patrimonial, e cumpram o papel de construtor de saberes e renovador de um conhecimento histórico escolar relacional de variados espaços e temporalidades, tanto para os professores quanto para os alunos (BARBOSA, 2006, p.84).

Isto posto, é importante desenvolver a capacidade de ampliar a orientação dos educandos no tempo através da identificação com o meio em que vive, um processo dinâmico e contínuo que desenvolverá uma determinada consciência histórica nos mesmos. A consciência histórica, como condição do pensamento humano, orienta-nos a entender o ensino em concordância com a vida prática, com as experiências dos agentes históricos no tempo. Rüsen (2001) analisa que:

A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso (RÜSEN, 2001, p.78).

Nesse sentido, a afluência com o fator localidade, finda se tornando um plano conciso no processo de ensino aprendido, haja vista as experiências corriqueiras dos alunos e de seu grupo de vivência, proporcionando o desenvolvimento de habilidades de entender e perceber a pluralidade social. O modelo estratégico pedagógico acaba sendo um meio incisivo e necessário para articular os temas trabalhados em sala de aula. A função do ensino História na formação identitária dos alunos é o aspecto mais relevante para considerar-se ao planejar sobre estudos da história local no ambiente escolar.

Tendo por objetivo de inserir sujeitos comuns na constituição histórica e não exclusivamente em ações lineares, tradicionais, arcaicas, voltadas para um ensino que veja o lugar como local de conhecimento. A nova abordagem do ensino de História Local se desloca para uma perspectiva social que busca reconstituir as situações de grupos minoritários de determinadas cidades, bairros, distritos, etc. Como descreve Goubert (1998, p.73): “A volta à história Local origina-se de um novo interesse pela História Social – ou seja, a história da sociedade como um todo”.

Desse modo, se faz de suma relevância que o ensino de História anexe em seus métodos e estratégias a possibilidade de inserir em sala de aula o cotidiano dos alunos, enfatizando a importância de uma História do Local que valorize e enalteça sua memória e identidade. É necessário valorizar a memória dos indivíduos que, como artesãos moldam e tecem suas experiências e histórias todos os dias, o ensino de História Local possibilita ver o local como lugar de conhecimento.

O ensino de História se projeta a formar cidadãos, nesse ensino os educandos conseguem perceber seu local como fonte de conhecimento e conseguem refletir sobre o contexto vivenciado no seu meio, dessa forma é possível desenvolver a criticidade na sua aprendizagem.

A utilização de temáticas locais se faz necessário dentro dos âmbitos escolares, buscando alternativas para desenvolver nos educandos competências e habilidades referentes ao componente curricular de História. O ambiente escolar também é um fator a ser considerado no processo de contemplação do ensino de História Local, para que os profissionais consigam desenvolver metodologias ativas, capazes de incorporar e associar conteúdo e componentes dos parâmetros curriculares estabelecidos no ambiente de ensino. Incluindo e dando voz para seus estudantes como futuros cidadãos críticos.

O nosso papel, como formadores de cidadãos, é de gerar um ensino que faça parte do cotidiano dos estudantes, ressignificando assim o sentido da disciplina para os educandos, ajudando a desenvolver em cada aluno a consciência de que ele, assim como qualquer outro grande nome da história, pode ser uma figura ativa da História, mudando a realidade de seu meio através do conhecimento histórico, portador de identidade e memória.

CAPÍTULO 3: O PROFESSOR DE HISTÓRIA E A MEDIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS HISTÓRICOS ATRAVÉS DE AULAS OFICINAS (BARCA, 2012) EM HISTÓRIA LOCAL

O “grande homem” não é o que se impõe aos outros de cima para baixo ou através da história: é o homem que estende a mão aos semelhantes e engole a própria amargura para compartilhar a sua condição humana com os outros, dando-se a si próprio, como fariam os meus Tupinambá. Os que não têm nada que dividir repartem com os outros as suas pessoas.

Florestan Fernandes

A aprendizagem do uso da evidência história ocorre na escola, durante as aulas de História, para que, ao longo da vida os sujeitos possam utilizá-la de forma racional. O componente curricular de História faz parte do itinerário formativo das ciências humanas e sociais aplicadas, junto com geografia, sociologia e filosofia “a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tem ainda o grande desafio de desenvolver a capacidade dos estudantes de estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas” (Brasil, 2017, p. 548).

O processo ensino aprendizagem do componente curricular de História tem como objetivo o desenvolvimento de diversas habilidades e competências que possam contribuir para formação integral dos sujeitos, e nesse sentido, a aprendizagem possa levá-los a se tornar um sujeito mais reflexivo frente a realidade que o cerca. É importante salientar que nesse processo de ensino aprendizagem o professor é uma peça fundamental que conduz os educandos à reflexão dos fatos históricos que os cerca, e, desta feita, se faz necessários que nas aulas de História, as metodologias propostas, as atividades desenvolvidas e os conteúdos trabalhos deve ser pensado na necessidade de formação desses estudantes no espaço escolar.

Quando se pensa no Ensino História Local, entende-se o quanto essa abordagem encontra-se próxima da realidade dos estudantes, bem como o quanto ela pode contribuir na formação desses, pela possibilidade do uso do lugar como objeto de aprendizagem. Nesse sentido é essencial que se use metodologias que possam levá-los ao caminho da reflexão referente ao seu meio e também ao que faz parte da sua identidade, visto que esses encontram-se situado na sua história.

Assim, para o ensino de História Local, a partir da reflexão dos sujeitos do seu lugar, enquanto sujeitos na história será oferecidas oficinas de História Local para os professores da rede municipal de educação em Icó, visando construir um saber que permita contextualizar a história de todos os povos que habitaram na cidade.

As oficinas serão ministradas através de diálogos com a rede municipal e estadual para ofertar uma formação continuada dos professores, apresentado as oficinas de História Local. Compostas de um conjunto de atividades que permitam aos educadores levarem para suas aulas as propostas de reflexões e adotarem em sua prática de ensino de História Local por meio de Aulas Oficinas, um conceito desenvolvido por Isabel Barca, que será produzido a partir do cenário vivenciado na cidade de Icó – CE e apresentado aos professores trabalham com esse componente curricular, seja como disciplina ofertada no currículo como obrigatória, ou seja, como disciplina eletiva.

Abaixo, apresenta-se algumas das características, objetivos e também métodos da Aula-Oficina que, segundo Isabel Barca, pode ser descrita com a seguinte estrutura:

1. Recolha inicial de dados sobre as ideias prévias dos alunos acerca de um conceito substantivo, selecionado dentro de uma determinada unidade em estudo.
2. Análise das ideias prévias dos alunos segundo um modelo (simplificado) de progressão conceptual: categorização das ideias de alunos desde ideias incoerentes e alternativas até às relativamente válidas.
3. Desenho, planeamento e implementação de uma unidade temática tendo em conta um refinamento progressivo das ideias históricas dos alunos previamente diagnosticadas.
4. Recolha de dados sobre as ideias dos alunos a posteriori, aplicando o mesmo instrumento do momento inicial.
5. Aplicação de um instrumento de metacognição aos alunos para monitorizar o processo de ensino e aprendizagem (BARCA, 2012, p. 47).

Trata-se de uma metodologia que deve permitir aos educadores construir uma aprendizagem significativa no ensino de História a ser desenvolvida junto aos educandos. Nessa aula, o professor desenvolve um caminho que percorre desde os conhecimentos prévios dos estudantes até o momento que esses começam a desenvolver um conhecimento histórico refletindo através do conteúdo abordado. Esse modelo de aula oficina foi proposto por Barca (2004), em contraposição ao que a historiadora denomina aula conferência (onde o professor detém todo conhecimento e usa a aula para transpor esse conhecimento aos alunos) ou a aula colóquio (onde

as ações pedagógicas são pensadas como centro do processo de ensino, diminuindo a importância do conteúdo a ser trabalhado).

A aula oficina propõe o trabalho do professor como um investigador, que ao levantar os questionamentos identifica o conhecimento dos educandos sobre o tema, e faz desse conhecimento a matéria-prima para o desenvolvimento da aula. Essa matriz investigativa é muito acentuada durante a aula oficina, esse princípio advindo de Rüsen¹³, leva em consideração o professor como uma peça fundamental no processo educativo, ele é um investigador social, que nesse processo irá desenvolver um link entre mundo conceitual dos estudantes e a consciência histórica, iniciando através de uma investigação social do mundo conceitual trazido pelos estudantes.

A aula-oficina tendo como base o princípio investigativo – sob a matriz disciplinar de Rüsen – implica no professor como investigador social, que apreende e interpreta o mundo conceitual de seus alunos no sentido de modifica-lo positivamente e esta progressão pode ser manifesta nas narrativas dos alunos, pois também integra a construção do conhecimento histórico escolar, a capacidade de apresentar, divulgar, comunicar os “resultados” do conhecimento histórico produzido (RAMOS, 2018, p. 49).

A perspectiva proposta na matriz disciplinar de Rüsen, destaca que o mundo conceitual dos estudantes pode ser modificado positivamente, e nesse sentido ao analisar as narrativas produzidas pelos educandos, pode-se observar a progressão do conhecimento histórico, bem como identificar esse conhecimento extrapolando os muros escolares.

Ao pensar, as oficinas de História Local, como um produto a ser ofertado para os professores de História e História Local, espera-se desenvolver práticas de ensino que levem o conhecimento histórico aos estudantes e também uma mudança social frente ao seu espaço local. A partir de uma perspectiva de ensino que busque os educandos a se ver como sujeitos históricos, e encontrar sua história no seu local.

Nessa perspectiva de ensino, que levem em consideração a formação do conhecimento histórico, desenvolvido através de uma ação investigativa do professor e ao despertar o desenvolvimento da consciência histórica do lugar, foi pensado na oferta de oficinas para o ensino de História Local a partir da experiência educativa e

¹³ Jörn Rüsen é historiador da cultura e estudioso de ensino, teoria e metodologia da história. Ele desenvolveu o conceito de Consciência Histórica. Seus estudos traz contribuições para didática do ensino de História e outros campos do conhecimento.

vivenciada na cidade de Icó-CE. Nessa metodologia, o princípio investigativo é o ponto inicial da abordagem.

Enquanto que a pergunta-base nas pesquisas mais tradicionais sobre ensino de história centravam em como motivar alunos para a aprendizagem de história, ou como utilizar estratégias/recursos didáticos para atingir bons resultados, ou ainda, quais as atividades didático-pedagógicas de um ensino de história exitoso, a problemática de algumas vertentes, por exemplo, da Educação Histórica, corre no sentido de responder sobre como os alunos compreendem a história, seja quanto aos conceitos substantivos (como entendem alguns acontecimentos históricos), seja quanto aos conceitos estruturais (como compreendem a elaboração do conhecimento histórico) [...] (RAMOS, 2018, p. 38).

Ouvir os educandos e interpretar as suas falas sobre como eles entendem a história é o norte que direciona o professor na perspectiva de caminho a ser percorrido. Não trata-se apenas de oferecer as oficinas de História Local como mais uma formação para cumprir uma exigência da legislação brasileira educacional, na qual prevê a formação continuada, mas propor uma reflexão sobre o conhecimento de História Local, trabalhado nas aulas da disciplina, e também desenvolver um conjunto de atividades práticas que possam ser usadas para um ensino mais significativo, trabalhando numa metodologia que permite os educandos desenvolverem a sua consciência histórica sobre seu local e sua história.

Oficina 1: As Diversas Vertentes Históricas da Rua General Piragibe na Cidade de Icó - Ceará

Cronograma de aplicação:

As oficinas foram planejadas para ocorrer num período com carga horária de 16h. E para isso, como sugestão uma formação dividida em dois dias.

Dia 1 - Manhã: Abertura e apresentação

Dia 1 – Tarde: Práticas reflexivas sobre a construção histórica da cidade.

Dia 2 – Manhã: Desenvolvimento de algumas atividades propostas de forma prática com os professores

Dia 2: Momento de escuta e avaliação da oficina

Duração: a previsão de aplicação dessa oficina são de 2 (dois) dias, incluindo a aplicação prática de algumas das atividades proposta para melhor reflexão e direcionamento no momento dos educadores a desenvolverem em sala de aula.

Objetivo Geral:

- Proporcionar aos participantes um mergulho nas diversas vertentes históricas da Rua General Piragibe, conhecida como Rua do Meio, também conhecida como rua dos escravos, na cidade de Icó, Ceará. Por meio da contextualização histórica e da realização de atividades práticas, buscamos compreender o significado de resistência e preservação cultural dessa rua.

Objetivos Específicos:

- Investigar o contexto histórico da Rua General Piragibe no cenário brasileiro e na cidade de Icó, Ceará.
- Analisar a importância cultural e patrimonial da Rua General Piragibe em relação a outras ruas históricas do município.
- Refletir sobre o estado de preservação e a atuação do poder público na infraestrutura dessa via.
- Despertar a consciência sobre o epistemicídio¹⁴ cultural e patrimonial, evidenciando a necessidade de preservação e valorização do patrimônio histórico negro¹⁵ na cidade.

Contextualização Histórica

A história da Rua General Piragibe remonta ao período colonial brasileiro, onde serviu como espaço de moradia para escravos e povos tradicionais que buscavam sobreviver às condições adversas da época. Localizada nos arredores da Rua Grande, habitada pelos nobres da época, a Rua do Meio ganhou significado como um espaço de resistência e mistura cultural. Em Icó, cidade historicamente

¹⁴ Epistemicídio, um conceito apresentado por Boaventura de Sousa (década de 1990), que caracteriza o extermínio ou a morte do conhecimento dos povos, pelos europeus.

¹⁵ Patrimônio Negro se compreende como todo patrimônio material e imaterial, que apresenta os valores culturais dados a população, a memória, a história e também a cultura afrodescendente presente nesse bem.

marcada pela presença de diversas etnias e culturas, a Rua General Piragibe representa um importante ponto de convergência e identidade.

Rua do Meio - Atualmente, é a General Piragibe; ela separava as ruas dos ricos (Rua Larga, hoje Inácio Dias) e a Rua Grande (hoje rua Ilídio Sampaio) da rua dos pobres. Lá, existe um conjunto de casinhas de teto baixo, que eram ocupadas por trabalhadores da época em que a cidade tinha como principal atividade econômica a venda do couro de gado e da carne do sol (BRASIL, 2002, p. 12).

A descrição do documento do IPHAN sobre a Rua do Meio, faz parte de um encarte que foi distribuído na cidade para população em fase escolar. Ela condiz com a visão atual da população sobre esse espaço tombado. Também existe memórias dessa rua em toda população local, elas são memória sobre falas dos moradores da cidade, que geralmente a caracterizam como rua dos pobres, como uma rua com muita “confusão”, “baderna” por ser uma rua agitada. É um espaço social de convívio bem intenso, as casas são realmente pequenas, as calçadas são movimentadas, sempre com pessoas nas cadeiras de balanço, conversando. É uma rua viva. Conta a história de um povo que trabalhou e desenvolveu a economia da cidade.

O que se observa sobre tombamento da Rua General Piragibe, é que falta de uma política de uso pedagógico desses espaços. Assim, é importante trabalhar no sítio de histórico as relações étnicas raciais, bem como abordando as origens e formação social da cidade de Icó-CE, seria uma forma de pensar a história do local numa perspectiva decolonial.

Figura 4 – Rua General Piragibe I



Registro fotográfico da rua General Piragibe
Foto: Vando Rodrigues.

Figura 5 – Rua General Piragibe II



Registro fotográfico da rua General Piragibe
Foto: Autor (2022)

Figura 6 – Igreja do Rosário em Icó-CE



Registro fotográfico da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pardos em Icó-CE,
localizada ao final da rua General Piragibe.
Foto: Autor (2022)

Atividades Práticas:

Atividade 1: Visita Guiada à Rua General Piragibe

Objetivo:

- Conhecer de perto a arquitetura e os vestígios históricos da Rua General Piragibe. E assim, observar os elementos que evidenciam a resistência e a diversidade cultural do povo preto residente na rua.

Introdução:

A população icoense, constituída de grupos étnicos diferentes, convive com os patrimônios edificados numa perspectiva que não apresentam relações de pertencimento ou mesmo identidade. A convivência que, em alguns momentos é conflituosa, sempre apresentou problemas quanto a valorização e preservação desses. Nesse sentido, mesmo conhecendo a rua General Piragibe e passando por ela frequentemente, nem sempre há espaços para problematizar esse patrimônio na cidade. Desta feita, uma visita guiada nessa rua, deve trazer indagações e reflexões importantes no conhecimento histórico da cidade para a população.

Antes de ir até a rua, é interessante aplicar e refletir sobre o poema de Adão Ventura, intitulado de Negro Forro, que, em seus versos, mostra o quanto o negro foi deixado de lado e nos cantos mais pequenos e distante de uma sociedade elitizada por uma minoria europeia. Reflita e em seguida conheça a Rua General Piragibe (Rua do Meio).

Negro Forro**Adão Ventura**

Minha carta de alforria
não me deu fazendas,
nem dinheiro no banco,
nem bigodes retorcidos.

minha carta de alforria
costurou meus passos
aos corredores da noite
de minha pele.

Durante a visita guiada, os participantes serão conduzidos a uma problematização, sobre a construção social do lugar. Por meio de um guia

especializado que destacará pontos histórico e cultural ao longo da Rua General Piragibe. Os participantes terão a oportunidade de observar as características arquitetônicas das construções, bem como ouvir relatos de moradores locais sobre a história da região.

Como segundo ato dessa atividade, deve ser feita uma visita que começa no início da Rua General Piragibe (atrás do prédio de Câmara e Cadeia) e finaliza na Igreja do Rosário. Ao andar e conhecer a rua, instigue sua consciência e perceba diferença de arquitetura e conservação que a rua possui com as outras, tendo em vista que são casas mais simples, sendo percebido pela falta de detalhes que possuem outras casas nas ruas ditas nobre: como as beiras seveira, Ornatos na platibanda e nos portais menos trabalhados, rua mais estreita, principalmente no meio dela, calçamento menos preservado, porém, de muita beleza e cuidado (por parte dos moradores).

Forma de Avaliação:

A avaliação será realizada através da participação ativa dos alunos durante a visita guiada, bem como de registros fotográficos e anotações feitas durante o percurso. Ao final da atividade, os participantes serão convidados a compartilhar suas impressões e reflexões sobre a experiência.

Fontes:

VENTRURA, Adão. **Poema Negro Forro**. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/47790/negro-forro>, acesso em 20 de janeiro de 2024, as 16h.

LIMA, Idelsuite de Sousa; SOUSA, Maria Eleneuda de. **Princesa dos Sertões**. 1. ed. Fortaleza: Tropical, 1996. 137 p. v. 1. ISBN 85-86332-01-1.

Atividade 2: Debate sobre o Contexto Histórico da Rua General Piragibe

Objetivos:

- Ampliar a compreensão sobre o contexto histórico da Rua General Piragibe.
- Promover a reflexão e o debate entre os participantes sobre a importância cultural e patrimonial da rua.

Introdução:

A escuta constitui um dos métodos de aprendizagem, assim como o falar. Nesse sentido, o momento de troca de ideias, através de um debate, contribui de forma muito rica para aquisição do conhecimento. No conhecimento sobre a História Local, deve sempre haver espaços para debate e reflexões, para uma melhor compreensão das relações existente, e formação da narrativa apresentada.

O debate será conduzido a partir de uma contextualização histórica da Rua General Piragibe, abordando sua origem, as influências culturais presentes na região e os eventos marcantes ao longo do tempo. Os participantes serão incentivados a compartilhar suas opiniões e questionamentos, promovendo uma troca de ideias enriquecedora.

Forma de Avaliação:

A avaliação será realizada com base na participação ativa dos alunos no debate, na qualidade dos argumentos apresentados e na capacidade de reflexão sobre o tema. Os alunos serão incentivados a expressar suas opiniões de forma respeitosa e fundamentada.

Fontes:

LIMA, Idelsuite de Sousa; SOUSA, Maria Eleneuda de. **Princesa dos Sertões**. 1. ed. Fortaleza: Tropical, 1996. 137 p. v. 1. ISBN 85-86332-01-1.

Atividade 3: Análise da Infraestrutura da Rua**Objetivos:**

- Identificar os pontos a infraestrutura presente na arquitetura da Rua General Piragibe.
- Refletir sobre o papel do poder público na preservação e manutenção do patrimônio histórico.

Introdução:

Uma atividade que ofereça conhecimentos técnicos sobre arquitetura e urbanização, traz uma perspectiva de conhecimento mais amplo, permitindo uma melhor reflexão sobre a história registrada nas edificações a serem analisadas.

Os participantes serão divididos em grupos para realizar uma análise detalhada da infraestrutura da rua, observando aspectos como conservação das calçadas, iluminação pública e acessibilidade. Cada grupo fará um levantamento infraestrutura encontrada na rua, identificando seus pontos de atenção pela necessidade de melhorias, além de propor sugestões de melhorias.

Forma de Avaliação:

A avaliação será realizada através da apresentação dos resultados da análise da infraestrutura, destacando as principais conclusões e sugestões de cada grupo. Os participantes serão avaliados quanto à capacidade de observação, análise crítica e proposição de soluções.

Fontes:

ARQUITETURA Brasileira - Estilo Colonial | URBANIZAR. S.I., 2019. (6 min.), P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1UFDqslGuKs&ab_channel=Urbanizar. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Conjuntos Urbanos Tombados: Icó-CE**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/240>. Acesso em 10 de jul. de 2022.

Atividade 4: Elaboração de Cartazes Temáticos

Objetivos:

- Sintetizar aspectos importantes da história e da cultura da Rua General Piragibe.
- Estimular a criatividade e a expressão artística dos participantes.

Introdução:

O ensino de História, ou de outro componente curricular pode ser compartilhado com outras áreas ou outros componentes, e assim ser trabalhado de forma interdisciplinar, permitindo os educandos desenvolverem competências e

habilidades significativas sobre determinado objeto de estudo. História e Arte são componentes riquíssimos que em diferentes tempos podem ser saberes compartilhados.

Os participantes serão organizados em grupos e receberão materiais para elaborar cartazes temáticos sobre diferentes aspectos da história e da importância cultural da Rua General Piragibe. Cada grupo ficará responsável por abordar um tema específico, como a origem da rua, os personagens históricos e as manifestações culturais presentes na região.

Forma de Avaliação:

A avaliação será realizada com base na criatividade, originalidade e qualidade visual dos cartazes produzidos. Além disso, os grupos serão avaliados quanto à capacidade de síntese das informações e à relevância dos temas escolhidos.

Fontes:

LIMA, Idelsuite de Sousa; SOUSA, Maria Eleneuda de. **Princesa dos Sertões**. 1. ed. Fortaleza: Tropical, 1996. 137 p. v. 1. ISBN 85-86332-01-1.

Atividade 5: Dramatização Histórica

Objetivos:

- Vivenciar momentos significativos da história da Rua General Piragibe através da dramatização.
- Estimular a interpretação e a expressão corporal dos participantes.

Introdução:

A dramatização é um processo de aprendizagem como elementos ricos em reflexões, ao realizar uma atividade que envolve dramatizar fatos históricos, os sujeitos são direcionados a pensar e interpretar acontecimentos que podem contribuir para compreender um conhecimento histórico do lugar.

Os participantes serão divididos em grupos e receberão um roteiro baseado em eventos históricos da Rua General Piragibe. Cada grupo ficará responsável por ensaiar e apresentar uma breve encenação que retrate esses

momentos, como a chegada dos escravos, as festividades culturais e os conflitos sociais.

Forma de Avaliação:

A avaliação será realizada com base na disponibilidade e interesse em realizar a dramatização, incluindo a interpretação dos personagens, a fluidez da encenação e a capacidade de transmitir a mensagem histórica de forma envolvente. Os grupos serão avaliados também quanto à originalidade na abordagem dos temas propostos.

Fontes:

TEATRO DA RIBEIRA DOS ICÓS. Icó, 2019. (8 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LrXNPRhqvGg&ab_channel=Ic%C3%B3emFatos%26Mem%C3%B3rias. Acesso em: 12 jan. 2024.

Atividade 6: Entrevista com Moradores Locais**Objetivos:**

- Captar relatos e memórias dos moradores locais sobre a história da Rua General Piragibe.
- Valorizar e preservar o conhecimento transmitido pela comunidade.

Introdução:

As entrevistas representam um momento de escuta valiosa para os participantes, onde esses podem através das falas conhecer a visão dos moradores e reconhecer o quanto de permanência ou de mudanças esses moradores detém sobre esse espaço. Também pode evocar como se observa a visão atual dos moradores sobre a rua General Piragibe e através dos relatos refletir sobre como é a convivência com esse patrimônio.

Os participantes serão orientados a entrevistar moradores locais da Rua General Piragibe, buscando registrar suas experiências e vivências relacionadas à história da região. Cada grupo elaborará um roteiro de entrevista e conduzirá as conversas, registrando os relatos em áudio ou vídeo. As entrevistas serão realizadas preferencialmente com os moradores mais antigos da rua, utilizando perguntas

como: o que você sente ao morar aqui? Quais as principais histórias que o senhor(a) ouviu falar ou viveu aqui nesta rua? Seus pais ou avós contavam alguma história da época deles? Há uma valorização da rua de forma geral? Você considera sua rua um patrimônio?

Após as entrevistas, deve-se reunir os principais fatos contados, e fazer uma socialização, sempre visando assuntos e trechos que possam ajudar a entender o porquê, aquela rua ainda ser tão pouco explorada historicamente e culturalmente, sendo um exemplo clássico de epistemicídio cultural (Sousa, 2008).

Forma de Avaliação:

A avaliação será realizada com base na qualidade das entrevistas realizadas, incluindo a relevância das perguntas feitas, a capacidade de escuta dos participantes e a habilidade em registrar os relatos de forma clara e precisa. Os grupos serão avaliados também quanto à organização e estruturação do material coletado.

Fontes:

3 dicas de como fazer uma boa entrevista. S.I., 2020. (9 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5NfzKRoWtHA&ab_channel=MarcelaRosaMarco n. Acesso em: 14 jan. 2024.

Atividade 7: Reflexão Final e Produção de Texto

Objetivos:

- Consolidar os aprendizados adquiridos ao longo da oficina.
- Estimular a reflexão crítica sobre a importância histórica e cultural da Rua General Piragibe.

Introdução:

A escrita é um momento de transpor os pensamentos e as ideias que se tem sobre determinado conteúdo, por isso, essa atividade é importante, como uma prática pedagógica no Ensino de História. Nesse momento, a atividade irá estimular a refletir sobre a importância dessa rua na formação cultural e histórica dos moradores da cidade de Icó-CE.

Os participantes serão convidados a participar de uma roda de conversa para compartilhar suas reflexões e experiências durante a oficina. Cada um terá a oportunidade de expressar suas opiniões e insights sobre os temas abordados, promovendo uma troca de ideias entre os participantes.

Será proposto inicialmente, a reflexão do poema “Encontrei minhas origens”, de Oliveira Silveira, que aborda de forma interessante de como conseguimos nos conectar e entender nossas origens através dos acervos históricos e culturais de nossas cidades, mostrando como é importante a luta contra o epistemicídio cultural.

Encontrei minhas origens

Oliveira Silveira

Encontrei minhas origens
em velhos arquivos
livros,
Encontrei em malditos objetos,
troncos e grilhetas,
Encontrei minhas origens no leste
no mar em imundos tumbeiros
Encontrei em doces palavras
cantos em furiosos tambores ritos
Encontrei minhas origens na cor de minha pele,
nos lanhos de minha alma,
em mim, em minha gente escura
em meus heróis altivos, encontrei
Encontrei-as enfim
Me encontrei

Em seguida, os participantes serão incentivados a produzir um texto individual sintetizando suas reflexões e aprendizados ao longo da oficina.

Forma de Avaliação:

A avaliação será realizada com base na participação ativa dos alunos na roda de conversa, na qualidade das reflexões compartilhadas e na originalidade e relevância dos textos produzidos. Serão valorizadas a profundidade das análises, a

clareza na exposição de ideias e a capacidade de relacionar os conteúdos abordados durante a oficina.

Conclusão:

Por meio das atividades práticas propostas, os participantes terão a oportunidade de mergulhar nas diversas memórias históricas da Rua General Piragibe, compreendendo sua importância como espaço de resistência e diversidade cultural na cidade de Icó, Ceará. Ao longo da oficina, serão estimulados a refletir sobre o contexto histórico da região, a analisar sua infraestrutura e a valorizar o conhecimento transmitido pela comunidade local. Espera-se que, ao final da oficina, os participantes estejam mais conscientes sobre a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural e motivados a contribuir para sua valorização e difusão.

Também se espera que as experiências vivenciadas nos encontros para realização das oficinas, os professores percebam a necessidade de trabalhar a temática e buscar novos olhares para a Rua General Piragibe, deixando de limitar a mesma como uma senzala urbana, ou rua dos escravos e de fato trabalhar esse espaço como um importante lugar de memória negra na cidade de Icó. As atividades devem ser levadas para a sala de aula para que o conhecimento histórico local possa ser compartilhado e inserido numa perspectiva de ensino significativo, valorizando a memória e a cultura local, utilizando a metodologia da aula oficina, embora o professor não precise realizar todas, ele pode escolher a que melhor se adequa ao perfil da turma e desenvolvê-la.

Fontes:

SILVEIRA, Oliveira. **Minhas Origens**. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/estante/encontrei-minhas-origens/>. Acesso em 11 de janeiro 2024.

Oficina 2: Os Dois Icós: relatos sobre vivências e percepções de uma perspectiva histórica da cidade.

Cronograma de aplicação:

Dia 1 - Manhã: Abertura e apresentação oficina e introdução com a exibir de um trecho do documentário AmarElo: é tudo pra ontem, do Emicida.

Dia 1 – Tarde: Práticas reflexivas sobre a construção histórica da cidade.

Dia 2 – Manhã: Desenvolvimento de algumas atividades propostas de forma prática com os professores

Dia 2 – Tarde: Momento de escuta e avaliação da oficina

Duração: a previsão de aplicação dessa oficina são de 2 (dois) dias, incluindo a aplicação prática de algumas das atividades propostas para melhor reflexão e direcionamento no momento de os educadores desenvolverem em sala de aula.

Objetivo Geral:

- O propósito central desta oficina é analisar as diversas percepções históricas que os residentes locais têm sobre sua própria cidade, ao investigar diferentes narrativas sobre as construções dos patrimônios culturais materiais da cidade de Icó, em uma perspectiva decolonial que busca os sujeitos silenciados, subalternos ou mesmo tratados como derrotas e os grupos étnicos que fizeram parte da construção dessas edificações, que por ventura foram esquecidos e silenciados pela arquitetura classista e colonial europeia do estilo barroco que marca boa parte do centro histórico da cidade de Icó.

Objetivos Específicos:

- Identificar as diferentes narrativas históricas presentes na cidade de Icó.
- Compreender o contexto histórico do Brasil e da cidade de Icó, destacando aspectos silenciados na narrativa histórica, para a compreensão das percepções locais.
- Reconhecer os sujeitos e grupos étnicos historicamente silenciados na construção do patrimônio cultural da cidade.
- Analisar criticamente a influência da arquitetura colonial europeia no centro histórico de Icó.
- Estimular a valorização e preservação do patrimônio cultural local.

Contextualização Histórica do Brasil e da cidade de Icó, CE:

A cidade de Icó, localizada no estado do Ceará, possui uma rica história marcada por diversos destaques econômicos ao longo tempo e influências culturais. Elevada a condição de cidade em 1842, durante o período colonial brasileiro, Icó desempenhou um papel significativo no contexto político e econômico da região Nordeste.

Seu patrimônio arquitetônico, notadamente o centro histórico, é caracterizado por construções de estilo barroco, refletindo a influência da colonização portuguesa. No entanto, essas edificações também testemunham a participação de diversos grupos étnicos e sujeitos silenciados que foram essenciais para a formação da identidade cultural da cidade, mas que muitas vezes foram silenciados pela narrativa oficial.

Com a realização das atividades dessa oficina, almeja-se compreender as concepções existentes acerca da origem de Icó, sem necessariamente recorrer à revisão de literatura formal, embora se reconheça que tal compreensão pode demandar reflexões sobre aspectos interessantes, como a influência das famílias europeias nas construções emblemáticas da cidade. Ademais, é imprescindível destacar a presença persistente de vestígios da cultura dos povos nativos e afro-brasileiros em Icó, resultante de suas participações diretas na história local, particularmente no contexto da escravidão, os quais moldaram significativamente a estrutura social e cultural da região. Dessa forma, as atividades procuram elucidar as múltiplas perspectivas históricas sobre Icó e sua relevância para os habitantes contemporâneos, valorizando as narrativas e percepções dos moradores como fonte fundamental de compreensão histórica.

Figura 7 – Teatro da Ribeira dos Icós Início do Século XX



Fotografia da década de 19-, autor desconhecido, do Teatro da Ribeira dos Icós - Construído com influência francesa da família Theberge (IPHAN, 2023)

Figura 8 – Igreja do Rosário em Icó Início do Século XX



Fonte: Fotografia da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pardos, autor desconhecido, 19-, Blog Icó na Rede (2023).

Atividade 1: Visita Guiada ao Centro Histórico

Objetivo:

- Apresentar aos participantes o patrimônio histórico de Icó, promovendo a reflexão sobre sua importância e significado histórico-cultural.

Introdução:

Ao adentrar o centro histórico de Icó, os participantes serão imersos em um ambiente repleto de história e tradição. A arquitetura barroca das edificações remonta aos tempos coloniais, evidenciando a riqueza cultural da região. Esta visita guiada visa proporcionar uma experiência sensorial e educativa, estimulando a percepção crítica dos participantes sobre o legado histórico da cidade.

Durante o percurso, o guia especializado fornecerá informações detalhadas sobre cada patrimônio, destacando sua relevância histórica e arquitetônica. Serão abordados temas como a influência da colonização portuguesa, a presença de grupos étnicos diversos e a importância do patrimônio cultural para a identidade local. Serão discutidos por meio de indagações, quais sujeitos foram silenciados dentro da perspectiva histórica por essas edificações.

Dessa forma, os participantes terão a oportunidade de observar de perto as características únicas de cada construção, e refletir sobre uma história que de certa forma foi silenciada, mas que precisa contada para as novas gerações de Icoenses.

Forma de avaliação:

Ao término da visita, os participantes serão convidados a compartilhar suas impressões e reflexões sobre o centro histórico de Icó, destacando suas impressões. Serão incentivados a expressar suas opiniões e a fazer conexões entre o passado e o presente, enriquecendo assim a experiência coletiva. A avaliação deste momento se dará pela participação ativa dos alunos durante a visita e pela capacidade de relacionar os elementos observados com os conceitos discutidos previamente.

É importante de que suas impressões possam encontrar as vozes dos sujeitos que foram silenciados na narrativa oficial da história local.

Fontes:

Secretária Municipal de Cultura em Icó-CE

Atividade 2: Debate sobre Narrativas Históricas

Objetivo:

- Promover o diálogo e a troca de ideias entre os participantes, estimulando uma análise crítica das diferentes narrativas históricas presentes na cidade de Icó.

Introdução:

O debate é uma ferramenta poderosa para explorar e compreender diferentes perspectivas sobre um determinado tema. Na cidade de Icó, onde a história é rica e multifacetada, é essencial abrir espaço para a discussão e reflexão sobre as diversas narrativas que moldam a identidade local. Esta atividade visa criar um ambiente propício para o questionamento e a análise, incentivando os participantes a pensar de forma crítica sobre o passado e suas repercussões no presente.

Os participantes serão divididos em grupos e receberão orientações sobre os principais pontos a serem debatidos, como a influência da colonização, a participação de grupos étnicos diversos e o papel do patrimônio cultural na construção da identidade de Icó. Cada grupo terá a oportunidade de apresentar seus argumentos e defender suas posições, promovendo assim um intercâmbio de ideias enriquecedor. O debate será mediado pelo professor, que garantirá o respeito mútuo e a igualdade de oportunidades para todos os participantes.

Forma de Avaliação:

Ao final do debate, os participantes serão convidados a refletir sobre os pontos levantados e a compartilhar suas conclusões pessoais. Será destacada a importância do diálogo e da diversidade de perspectivas para uma compreensão mais completa da história de Icó. A avaliação deste momento se dará pela qualidade dos argumentos apresentados, pela capacidade de escuta e respeito às diferentes opiniões, e pela participação ativa de todos os envolvidos.

Fontes:

MARQUES, Janote Pires. **Educação Patrimonial e Ensino de História Local na Educação Básica**. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6208/5438>. Acesso em 26 de jun. 2022.

Atividade 3: Oficina de Memória Oral**Objetivo:**

- Valorizar as vivências e memórias dos participantes, reconhecendo sua importância na construção da história e identidade da cidade de Icó.

Introdução:

As memórias individuais são peças fundamentais para a compreensão do passado e sua relação com o presente. Nesta oficina, os participantes serão convidados a compartilhar suas experiências pessoais e memórias relacionadas à cidade de Icó, enriquecendo assim o acervo histórico local. Através da escuta atenta e da valorização das narrativas individuais, buscamos resgatar e preservar os diferentes aspectos da identidade cultural de Icó.

Os participantes serão divididos em grupos e terão a oportunidade de compartilhar suas histórias em um ambiente acolhedor e respeitoso. Serão utilizados materiais para registro das memórias, como gravadores de áudio e câmeras fotográficas, e também papel e caneta possibilitando assim a criação de um arquivo histórico audiovisual. O professor estimulará a participação de todos, valorizando as diferentes experiências e perspectivas. E, em seguida, dará início a atividade, estimulando o momento de escuta.

Forma de Avaliação:

Ao término da oficina, os participantes terão contribuído para a construção de um rico acervo de memórias sobre a cidade de Icó. Será ressaltada a importância da memória e preservação das vivências individuais para a compreensão da história coletiva. A avaliação deste momento se dará pela capacidade dos participantes de compartilhar suas memórias de forma significativa e pela qualidade do registro audiovisual produzido.

Fontes:

COMO entender Memória e História? | Referências: Jaques Le Goff e Pierre Nora. S.I., 2022. (9 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OjH5gYy_gyw&ab_channel=ProfessorMagno. Acesso em: 4 jan. 2024.

Atividade 4: Análise de Fontes Históricas**Objetivo:**

- Desenvolver habilidades de análise crítica de fontes históricas do arquivo público da cidade, contribuindo para uma compreensão mais profunda da história de Icó.

Introdução:

As fontes históricas, como documentos (testamentos), fotografias (do início do século XX) e mapas (produzidos pelo IPHAN, na cronologia de desenvolvimento do povoado), são fundamentais para a reconstrução do passado. Nesta atividade, os participantes serão desafiados a examinar diferentes tipos de fontes relacionadas à história de Icó, desenvolvendo assim habilidades de análise e interpretação crítica. O objetivo é fornecer ferramentas para uma compreensão mais completa e contextualizada da história local.

Os participantes serão apresentados a uma variedade de fontes históricas, selecionadas previamente pelo facilitador. Em grupos, eles analisarão cada fonte, identificando informações relevantes, contextos históricos e possíveis vieses. Será estimulada a discussão e o debate entre os grupos, incentivando a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento. O facilitador fornecerá orientações e esclarecimentos conforme necessário, garantindo o engajamento e a participação ativa de todos.

Forma de Avaliação:

Ao final da atividade, os participantes terão aprimorado suas habilidades de análise crítica e interpretação de fontes históricas. Será ressaltada a importância das fontes como ferramentas para a reconstrução da história e sua relevância para a compreensão do presente. A avaliação deste momento se dará pela qualidade da análise realizada pelos grupos, pela participação ativa dos participantes e pela capacidade de aplicar os conceitos discutidos durante a atividade.

Fontes:

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Conjuntos Urbanos Tombados: Icó-CE**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/240>. Acesso em 10 de jul. de 2022.

_____. **Um passeio por Icó**.
Disponível:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ce_construindo_ico_guia.pdf. Acesso em 12 de jul. de 2022.

Atividade 5: Oficina de Fotografia

Objetivo:

- Estimular a percepção visual dos participantes e promover uma reflexão sobre a relação entre imagem e memória na construção da história de Icó.

Introdução:

A fotografia é uma fonte para registrar e preservar momentos da história. Nesta oficina, os participantes serão introduzidos aos fundamentos básicos da fotografia e desafiados a capturar imagens que representem o patrimônio cultural de Icó. O objetivo é promover uma experiência estética e reflexiva, incentivando os participantes a explorar diferentes perspectivas e composições fotográficas.

Os participantes receberão orientações sobre técnicas de composição, enquadramento e iluminação fotográfica. Em seguida, serão conduzidos a locais estratégicos do centro histórico de Icó, onde terão a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos. O facilitador oferecerá suporte técnico e estimulará a criatividade dos participantes, incentivando a busca por ângulos inusitados e detalhes significativos. Ao final da oficina, os participantes terão produzido uma série de fotografias que retratam o patrimônio cultural de Icó sob uma nova perspectiva.

Forma de Avaliação:

A oficina de fotografia proporcionará aos participantes uma experiência única de expressão artística e reflexão histórica. Será destacada a importância da imagem como meio de comunicação e registro da memória coletiva. A avaliação deste momento se dará pela qualidade técnica e estética das fotografias produzidas, pela capacidade dos participantes de transmitir uma mensagem ou emoção através das imagens e pela participação ativa durante a atividade.

Fontes:

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

Atividade 6: Roda de Conversa

Objetivo:

- Proporcionar um espaço de diálogo e troca de experiências entre os participantes e os moradores locais mais antigos, enriquecendo assim a compreensão da história e identidade de Icó.

Introdução:

Os moradores mais antigos de Icó possuem um conhecimento sobre as vivências históricas e as transformações da cidade ao longo do tempo. Nesta roda de conversa, os participantes terão a oportunidade de ouvir relatos pessoais e memórias dos moradores mais experientes, ampliando assim sua visão sobre o passado e presente de Icó. O objetivo é valorizar o conhecimento local e promover uma troca intergeracional enriquecedora.

Os participantes serão convidados a formar um círculo, onde terão a oportunidade de interagir e compartilhar suas experiências. Os moradores locais mais antigos serão convidados a compartilhar suas memórias e vivências, abordando temas como as mudanças na paisagem urbana, as tradições culturais e os eventos históricos marcantes. O facilitador mediará a conversa, garantindo o respeito mútuo e a igualdade de oportunidades para todos os participantes.

Formas de Avaliação:

Ao final da roda de conversa, os participantes terão ampliado seu conhecimento sobre a história e identidade de Icó através dos relatos dos moradores locais mais antigos. Será ressaltada a importância do resgate e valorização do conhecimento local na construção da memória coletiva. A avaliação deste momento se dará pela qualidade dos relatos compartilhados, pela participação ativa dos participantes e pelo enriquecimento da compreensão sobre as vivências dos moradores de Icó.

Fontes:

PEREIRA, Antônio José Lima. **Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural**: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação. Universidade Regional do Cariri. Mestrado Profissional em Ensino de História. Crato: URCA, 2021.

Atividade 7: Elaboração de Projeto de Preservação do Patrimônio Cultural

Objetivo:

- Estimular o pensamento crítico e criativo dos participantes na elaboração de propostas para a preservação e valorização do patrimônio cultural de Icó.

Introdução:

O patrimônio cultural de Icó é um tesouro que deve ser preservado e valorizado para as futuras gerações. Nesta atividade, os participantes serão desafiados a pensar em estratégias e ações concretas para a conservação e promoção do patrimônio histórico da cidade. O objetivo é incentivar o engajamento cívico e a responsabilidade social, capacitando os participantes a serem agentes de transformação em sua comunidade.

Os participantes serão divididos em grupos e receberão orientações para a elaboração de um projeto de preservação do patrimônio cultural de Icó. Cada grupo deverá identificar os principais desafios e ameaças ao patrimônio histórico da cidade, bem como propor soluções e ações concretas para sua conservação e valorização. Será incentivada a criatividade e a originalidade na elaboração dos projetos, que poderão incluir ações de educação patrimonial.

Formas de Avaliação:

Ao final da atividade, os grupos apresentarão seus projetos para os demais participantes e para uma banca avaliadora. Será destacada a importância do engajamento da comunidade na preservação do patrimônio cultural de Icó e a relevância dos projetos elaborados para o futuro da cidade. A avaliação deste momento se dará pela qualidade e originalidade dos projetos apresentados, pela capacidade dos participantes de identificar desafios e propor soluções criativas, e pela participação ativa durante a elaboração e apresentação dos projetos.

Fontes:

PEREIRA, Antônio José Lima. **Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural**: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação. Universidade Regional do Cariri. Mestrado Profissional em Ensino de História. Crato: URCA, 2021.

Considerações Finais

A oficina "Dois Icós: relatos sobre vivências e percepções de uma perspectiva histórica da cidade" proporcionou aos participantes uma experiência enriquecedora de reflexão e análise crítica sobre a história e identidade cultural de Icó. Através de atividades práticas, debates e interações com a comunidade local, os participantes puderam explorar diferentes perspectivas e ampliar sua compreensão sobre o patrimônio histórico da cidade. Espera-se que os conhecimentos adquiridos e as reflexões realizadas durante a oficina possam contribuir para a valorização e preservação do rico legado cultural de Icó, garantindo assim sua continuidade e relevância para as futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...]

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato

O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade
(EVARISTO, 2008, p. 10-11).

A história do Brasil foi escrita a partir de uma narrativa cheia de privilégios de um grupo e exclusão de outros, sendo todos esses grupos povos formadores da sociedade, e assim como cita Conceição Evaristo (2008), existe “vozes mudas caladas engasgadas” no passado colonial, escravocrata, com a presença europeia dominando o território brasileiro. No entanto, como ainda reflete na poesia, Conceição Evaristo (2008), nos convida a um presente e um agora na qual as vozes serão ouvidas, e esse momento, mesmo que a passos lentos ocorre a partir desse tempo.

Na construção de uma narrativa histórica, vários elementos vão contribuindo na formação de um discurso que será reproduzido ao longo do tempo. Em Icó, cidade localizada na região centro sul do Ceará, tombada pelo IPHAN com um centro histórico em 1998, sua história traz nos monumentos as impressões de um passado colonial, representando a exploração econômica pelos europeus, logo no início da ocupação do Ceará. Nesse contexto, a história Local da cidade é sempre evidenciada como muito importante, no entanto, esse destaque não deveria ser limitado pela presença europeia nos monumentos históricos, e sim pela construção social e histórica dos povos que ficaram ocultos nessas edificações.

A História Local de Icó, tem de fato sua importância associada ao que Bhabha (1998) denomina de hibridismo, a mistura das culturas dos povos formadores da sociedade, os europeus, os povos originários e os povos africanos. No entanto, a valorização da cidade Icó, como um lugar de fronteiras, onde o multiculturalismo reina, valorizando cada povo e suas contribuições de saberes, bem como força de trabalho no território, ainda não acontece de maneira satisfatória, e assim o que se observa

na História narrada é um discurso eurocêntrico, de cultura pura, erudita, cheio de elementos que representa a elite europeia que explorava a cidade e os demais povos no período colonial e imperial.

Numa perspectiva de História Local que abrace os sujeitos históricos e ouse as vozes silenciadas é essencial o processo educativo da população icoense, em especial dos educandos, e desta feita a narrativa ora apresentada possa ser superada por uma que compreenda o contexto da cidade e o seu local, como local de cultura. O multiculturalismo, visto como uma ameaça a hegemonia das narrativas coloniais, é um princípio indispensável para as sociedades que almejam libertar-se dessas narrativas, e para o ensino de História Local em Icó uma peça fundamental.

Desta feita, no ensino de História Local é necessária uma abordagem que guie os educandos há reflexões que os levem a serem inseridos na história do lugar, a pensar o quão é valiosa e rica a história da cidade pela mistura de culturas presentes na sua construção social. E isso envolve repensar uma prática de ensino que valorize eventos, feitos e personagens até então compreendidos como notáveis na cidade.

Assim, o que se busca atualmente é desenvolver uma prática de ensino, inspirada nas concepções de História Local, com ideias de pertencimento, memória e identidade, os educandos por meio dessa poderão romper a lógica de reprodução das narrativas coloniais imposta, e dar as vozes a sujeitos silenciados, e também contribuir para que cada um possa encontrar um lugar de falar. Dessa forma, também é possível contribuir para uma valorização da História Local pela população icoense.

Na perspectiva de um ensino de História Local com princípios de multiculturalismo e hibridismo, foram propostas oficinas que serão trabalhadas com os professores de história da cidade de Icó, contendo estratégias pedagógicas para uma abordagem de superação da narrativa colonial imposta pelos dominadores europeus ao longo do período colonial, e perpetuada pela elite que ainda busca ações de afirmação da sua cultura, como pura, erudita e descende do velho continente. As estratégias entregues são um conjunto de aulas oficinas, que durante sua aplicação desenvolve a criticidade e insere as vozes silenciadas na História Local da cidade de Icó.

A pesquisa permitiu reflexões sobre a História Local apresentada em Icó, bem como compreender a lógica de dominação imposta pelo colonialismo a partir da necessidade de afirmação. Nesse sentido, a ideia de História Local voltada para uma

vivência de vários povos e não apenas dos europeus, pode ser compartilhada no ambiente escolar.

Os conceitos analisados e partir de Homi Bhabha e outros autores, permitiu uma compreensão sobre como a história do Icó, pode ser evidenciada e ter sua importância reconhecida pela população local, a partir da ideia do multiculturalismo presente na formação histórico social da cidade. E por fim, compreender que Icó é sim especial pelos diferentes grupos que tem sua história ligada à História da cidade.

Nesse sentido fazer a população reconhecer o hibridismo na História da cidade, e estimular a preservar e valorização dessa, deve ocorrer a partir de ações que forme todos a reflexão sobre o passado e presente dos povos formadores do lugar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. OMURO, Selma de Araujo Torres. **História a Ser Ensinada: Algumas Reflexões em Torno da História Local**. 2012. Disponível em: www.unifia.edu.br. Acesso em: 28 dez. 2022.

AMARELO: É tudo pra ontem. Direção Frened Ouro Preto. Produção Emicida. Netflix, 2019. Documentário.

ARQUITETURA Brasileira - Estilo Colonial | URBANIZAR. S.I., 2019. (6 min.), P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1UFDqslGuKs&ab_channel=Urbanizar. Acesso em: 12 jan. 2024.

BARCA, Isabel. **Aula Oficina: do Projeto à Avaliação**. In. BARCA, Isabel [Org.] Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica.

BARCA, Isabel. **Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter) identidades**. História Revista, Goiânia, v. 17, n. 1, 2012, p. 37- 51. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2023. BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. In: Educar, Curitiba: Editora UFPR. Especial, p. 93-112, 2006.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. **Ensino de História, Memória e História Local**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia/ensino-historia-memoria-historia-local.htm>. Acesso em 16 de jun. de 2022.

BEZERRA, Maria Lucineide Ribeiro. **Práticas Educativas para o Patrimônio Cultural Brasileiro: Um Estudo de Caso das Ações Desenvolvidas pelo Iphan na Cidade de Icó**. Universidade Federal do Cariri – Instituto de Estudos do Semiárido (graduação). Icó: UFCA/IESA, 2019.

BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará: defesa ao Desembargador Suares Reimão à vista dos documentos do seu tempo**. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História Local: redescobrimos sentidos, 2006. **Saeculum – Revista de História**: João Pessoa, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. tradução de Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glaucê Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed, São Paulo: Editora Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil.

In: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula – conceitos, práticas e propostas**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

BLOCH, Marc. Apologia da história. Zahar, 2001.

BOTO, Carlota. **Na revolução francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 84, p. 735-762, 2003.

BOURDIN, Alain. **A Questão Local.** Trad. De Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro, DP&A, 2001

BRAGA, Renato. In: **Revista Acadêmica Cearense de Letras.** Nº 60. Fortaleza: 1956.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Conjuntos Urbanos Tombados: Icó-CE.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/240>. Acesso em 10 de jul. de 2022.

_____. **Um passeio por Icó.**
Disponível:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ce_construindo_ico_guia.pdf. Acesso em 12 de jul. de 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 3ª versão. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 19 de dez.2021.

BURKE, Peter. **A história como memória social. O Mundo como Teatro.** Lisboa: Difel, 1992.

CAINELLI, Marlene Rosa; TOMAZINI, Elizabete Cristina de Souza. **A Aula-Oficina como campo metodológico para a formação de professores em História: um estudo sobre o PIBID/História/UEL.** In: História & Ensino, Londrina, v. 23, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2017.

CAMPOS, Eduardo. **As irmandades religiosas do Ceará provincial: (apontamentos para sua história).** Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

CERRI, Luís Fernando, ZAMBONI, Ernesto. **Representações e usos sociais da história no Ensino.** Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/274528702>. Acesso em 07 de ago. de 2022.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHUVA, Márcia. **O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural**. In: OFICINA DE PESQUISA: A PESQUISA HISTÓRICA NO IPHAN, 1, 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Iphan/ Copedoc, 2008.

COMO entender Memória e História?| Referências: Jaques Le Goff e Pierre Nora. S.I., 2022. (9 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OjH5gYy_gyw&ab_channel=ProfessorMagno. Acesso em: 4 jan. 2024.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem uma história do olhar no Ocidente**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DUARTE, Newton. **A Individualidade Para Si** – Contribuição e uma Teoria Histórico-Social da Formação do Indivíduo. Campinas, Autores Associados, 1998.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção de patrimônio cultural**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3160394/mod_resource/content/1/Para%20a%20pedra%20e%20cal%20por%20uma%20concep%C3%A7%C3%A3o%20ampla%20de%20patrim%C3%B4nio%20cultural.pdf. Acesso em 12 de jul. de 2022.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. MEINERZ, Carla Beatriz. **Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização de saberes**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/159737>. Acesso em 10 de jul. de 2022.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

GOUBERT, P. **História local**. História & Perspectivas, Uberlândia, n. 6, p. 51-52, 1992.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2018.

LEAL, Luana Aparecida Matos. **Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs**. Revista Linguagem, UFSCar - São Carlos, 18º ed, p. 1-8, 1º Semestre de 2012.

LE GOFF, Jacques. "Memória". In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

LIMA, Idelsuite de Sousa; SOUSA, Maria Eleneuda de. **Princesa dos Sertões**. 1. ed. Fortaleza: Tropical, 1996. 137 p. v. 1. ISBN 85-86332-01-1.

LIMA, Miguel Porfírio de. **Icó em Fatos e Memórias**. 1. ed. Icó: [s. n.], Imagem 40: Cordel Icó: um museu a céu aberto Fonte: Acervo do autor 151 1995. 215 p. v. I.

MARQUES, Janote Pires. **Educação Patrimonial e Ensino de História Local na Educação Básica**. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6208/5438>. Acesso em 26 de jun. 2022.

MELO, Cristiane Castro Feitosa; CRUZ, Maria Lucia Brito. **O processo migratório no Ceará: evidências a partir da microrregião do Sertão dos Inhamuns**. Geosul, v. 31, n. 61, p. 201-226, 2016.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, nº 34, p. 287-324, 2008

MIRANDA, Licínio Nunes de. O liberto Napoleão e o movimento abolicionista, 1881–1884. **Revista Instituto do Ceará**. Fortaleza, 2020.

MONTENEGRO, Ana Maria da Costa. Ensino de História: das Dificuldades e possibilidades de um fazer. In. DAIVES, N. (org.) **Para Além dos Conteúdos no Ensino de História**. Niterói: Eduff, 2000.

NASCIMENTO, José Clewton do. **(Re) descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre Areal e Patrimônio Nacional**. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Curso de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

NASCIMENTO, José Clewton do. **Um panorama da arquitetura tradicional do Ceará, a partir do relatório de João José Rescala, de 1941**. Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, v. 5, n. 1, 2013

NOUDELMAAN, François. **Sartre: l'incarnation imaginaire**, L'Harmattan, Paris, 1996.

OLIVEIRA, Pedro Alberto de. As Origens da Escravidão no Ceará. Revista Instituto do Ceará. **Revista Instituto do Ceará**. Fortaleza – 99. Jan – Dez de 1979.

PEREIRA, Antônio José Lima. **Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação**. Universidade Regional do Cariri. Mestrado Profissional em Ensino de História. Crato: URCA, 2021.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, Dominique. **Musée, nation, patrimoine**. 1789-1815. Paris : Gallimard, 1997.

_____. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido** – No caminho de Swann, Globo, 19 ed. São Paulo, 1998.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. **Considerações sobre a construção da história escrita, ensinada e divulgada através da matriz disciplinar de Jörn Rüsen**. In. Diálogos. Maringá. v. 22, n. 3. 2018.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. In: CHUVA, Márcia (Org.) História e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N. 34. SEPS 713/913, IPHAN: Brasília – DF, 2012.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. **Letramento(S) Histórico(S): Uma Proposta Plural Para O Ensino E A Aprendizagem De História**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 13, n. 2, jul.-dez., 2020.

RÜSEN, J. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: BARCA; SCHMIDT; MARTINS (orgs.) **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SALOMOM, Marlon. **História, verdade e tempo**. Chapecó, Ed. Unochapecó, 2011.

SAMUEL, Raphael. **História local e História Oral**. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, vol.9, n.9, set.89/fev.1990

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A queda do *Angulos Novus*: entre raízes e opções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº 45. Maio de 1996.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In PINHEIRO, Adson (org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial**, v. 1, Fortaleza: Secultfor/Ipahan, 2015, pp. 193-206.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: UFPR, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e Ação no Magistério).

SCHMIDT, M. A; CAINELLI, M. (org.). **Aprender história: perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

SILVEIRA, Oliveira. **Minhas Origens**. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/estante/encontrei-minhas-origens/>. Acesso em 11 de janeiro 2024.

SOUSA, Eusebio de. Pela História do Ceará. **Revista Instituto do Ceará**. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1930/1929-1930-PelaHistoriadoCeara.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

TEATRO DA RIBEIRA DOS ICÓS. Icó, 2019. (8 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LrXNPRhqvGg&ab_channel=Ic%C3%B3emFatos%26Mem%C3%B3rias. Acesso em: 12 jan. 2024.

THEBERGE, Dr. Pedro. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Fortaleza: Secretária de Cultura, Desporto e Promoção Social do Estado do Ceará. 1973.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 743-758.

VENTRURA, Adão. **Poema Negro Forro**. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/47790/negro-forro>, acesso em 20 de janeiro de 2024, as 16h.

ZAMBONI, Ernesta et al. **O Ensino de História e a Construção da Identidade**. História-Série Argumento. São Paulo: SEE/Cenp, 1998.

3 dicas de como fazer uma boa entrevista. S.I., 2020. (9 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5NfzKRoWtHA&ab_channel=MarcelaRosaMarco. Acesso em: 14 jan. 2024.